

comércio justo:
interdependência
sul/norte



Apresentação

O presente dossier destina-se a todas as pessoas que queiram trabalhar, de forma dinâmica, os temas transversais dos direitos humanos e da interdependência entre o Sul e o Norte do mundo com crianças e jovens, quer na sala de aula, quer numa sessão de formação ou numa acção de sensibilização.

A par da compilação de actividades pedagógicas, foram realizadas algumas adaptações, tendo igualmente sido criadas novas dinâmicas, com o objectivo de oferecer um leque variado de sugestões. Tomando como eixo as questões do comércio internacional e as injustiças na repartição da riqueza entre os diversos países do mundo, são abordados temas como o Comércio Justo, o consumo responsável, os direitos laborais, os direitos das crianças ou o turismo ético.

Gostaríamos que estas propostas não fossem vistas como estanques, tendo sido criados meios e ferramentas para que educadoras e educadores possam dar vida às actividades pedagógicas e fazer delas o melhor uso possível face aos objectivos a que se propõem. Algumas actividades podem inclusive ser exploradas em mais do que uma sessão, gerando um processo contínuo de reflexão e possibilitando resultados mais consistentes. Por outro lado, a informação aqui disponibilizada pode ser enriquecida com outros materiais, tais como artigos de imprensa ou documentários televisivos. Várias das dinâmicas estão igualmente adequadas a grupos de adultos.

Consideramos estes temas uma parte integral do processo educativo e formativo das crianças e dos jovens, para que se tornem verdadeiros cidadãos e cidadãs responsáveis, contribuindo com as suas acções para um mundo mais justo.

Queremos ainda destacar que este produto é fruto de uma experiência acumulada por muitas pessoas e organizações, que trabalham no reforço da Educação para o Desenvolvimento em Portugal e que partilham as suas aprendizagens, colocando à disposição de outros os seus materiais. Lançamos o desafio para que nos façam chegar os vossos contributos, permitindo que esta ferramenta possa acompanhar a actualidade dos temas aqui abordados.

Gostaríamos que também partilhassem connosco as vossas adaptações e inovações nestas actividades através dos e-mails cidac@cidac.pt ou info@imvf.org – são contributos essenciais para manter esta cadeia em movimento!

Ficha técnica

Título: Comércio Justo: Interdependência Sul/Norte - Actividades Pedagógicas

Autoria: CIDAC

Concepção e execução gráfica: Diogo Lencastre

Edição: IMVF

Lisboa, Janeiro 2008

1ª Edição

Tiragem: 1.000 unidades

As reproduções são permitidas, desde que citada a fonte.

Esta edição faz parte da produção de materiais no âmbito do projecto “Comércio Justo: Interdependência Sul/Norte”. Este projecto (2006-2008) é dinamizado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pelo Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), em parceria com 5 organizações nacionais de Comércio Justo: Aventura Marão Clube, Cores do Globo, Mó de Vida, Planeta Sul e Reviravolta.



Co-financiamento:



Apoio:



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

Índice

Nº	Nome da Actividade	Duração	Palavras-chave	Página
Comércio Internacional e Consumo Responsável				5
1	População mundial e consumo	1 hora	consumo, população mundial, comércio internacional, CJ	7
2	Ideias a defender	1 hora	países produtores, preço justo, princípios de CJ, divulgação, criatividade	9
3	Hábitos de consumo	1 hora – 1 hora 30 minutos	consumo, consumo responsável	11
4	Conferência mundial de comércio	1 hora – 1 hora 30 minutos	comércio internacional, agricultura, subsídios, multinacionais	13
5	Assembleia de Comércio Justo	45 minutos	CJ, banana, cacau, comércio internacional, consumo	17
6	O impacto do Comércio Justo	1 hora	CJ, cacau, Cooperativa Kuapa Kokoo, comércio internacional, consumo	21
7	O jogo da cadeia do café	1 hora	CJ, café, comércio internacional, consumo	27
8	O jogo do comércio internacional	1 hora 30 minutos – 2 horas	comércio internacional, economia, relações internacionais	31
9	O mundo do algodão	2 horas – 3 horas	algodão, cadeia de produção, maquiladora, condições de trabalho, decomposição do preço, comércio internacional	39
10	O jogo da banana	2 horas	banana, cadeia de produção, condições de trabalho, comércio internacional	53
11	Luzes e Sombras	1 hora 30 minutos	turismo internacional, turismo responsável, impactos locais do turismo	59
12	Vamos de viagem!	1 hora	turismo internacional, turismo responsável, Código Ético Mundial para o Turismo	63
Globalização e Pobreza				67
13	A luta por riqueza e poder	1 hora 30 minutos	pobreza, globalização, desigualdade, poder	69
14	Horóscopo da pobreza	1 hora	pobreza, globalização, direitos sociais	73
Direitos Humanos				79
15	A vida do Ashique	1 hora 30 minutos	trabalho infantil, direitos das crianças, rendimento das famílias	81
16	Os direitos das crianças	1 hora	convenção dos direitos das crianças, direitos fundamentais das crianças, rendimento das famílias	93
17	O que vês na imagem?	30 minutos – 1 hora	direitos humanos, interpretação / visão individual dos direitos	101
18	O que vês no Pancho?	30 minutos – 1 hora	direitos humanos, interpretação / visão individual dos direitos	111
19	Direitos humanos, mostra-me o que são	1 hora 30 minutos	direitos humanos, encenação (teatro sem palavras)	115
Anexos				117
Mapa Mercator e Mapa Peters				
Publicação “Boletim Comércio Justo - para um consumo responsável”				
Para saber mais				

Abreviaturas

CJ – Comércio Justo

CDC – Convenção dos Direitos das Crianças

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA – Estados Unidos da América

IBA – Associação Internacional de Bauxite

OMC – Organização Mundial do Comércio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

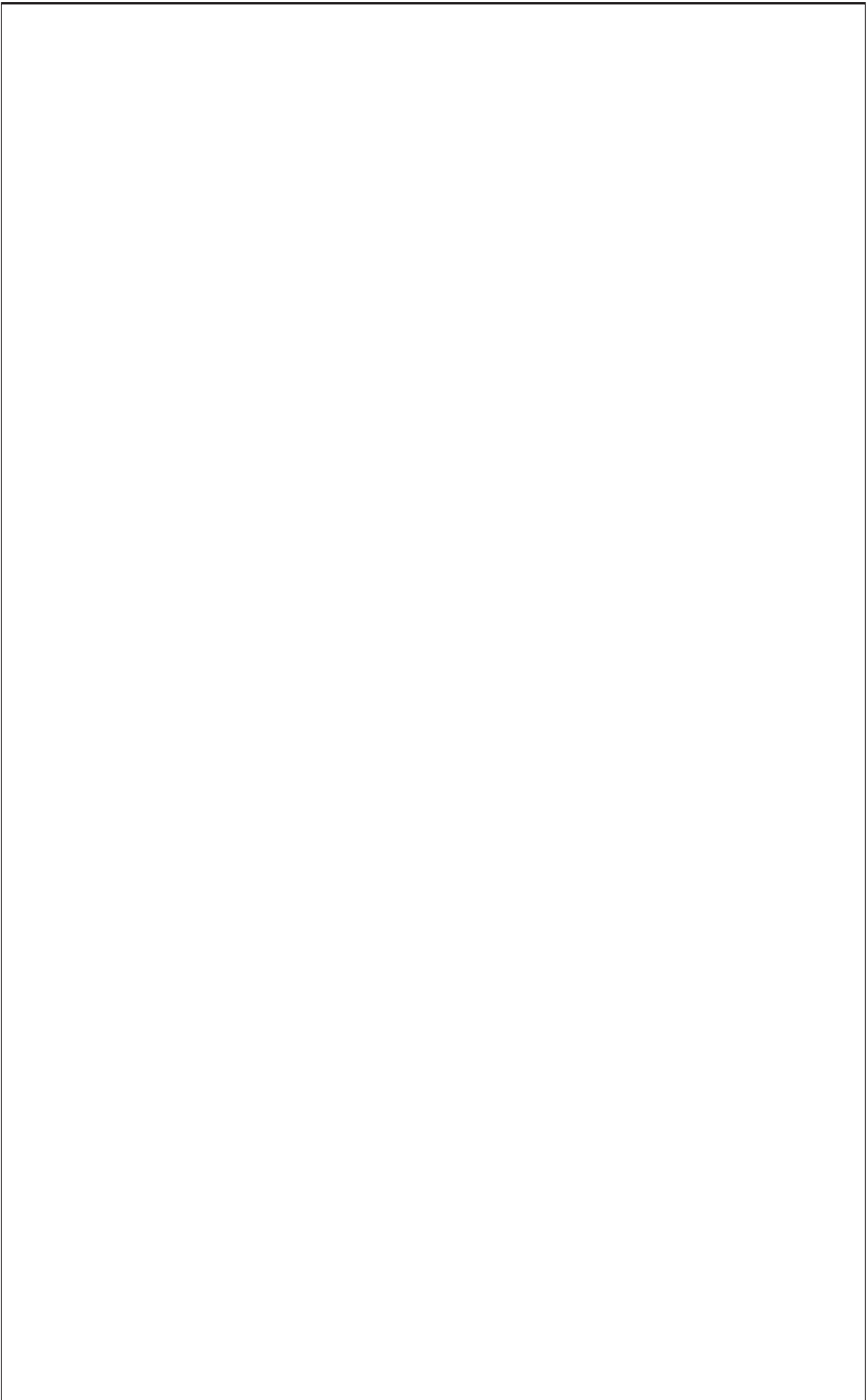
OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

UE – União Europeia

Comércio Internacional e Consumo Responsável



População Mundial e Consumo

Fonte: Suedwind Agentur

Adaptação e tradução: CIDAC

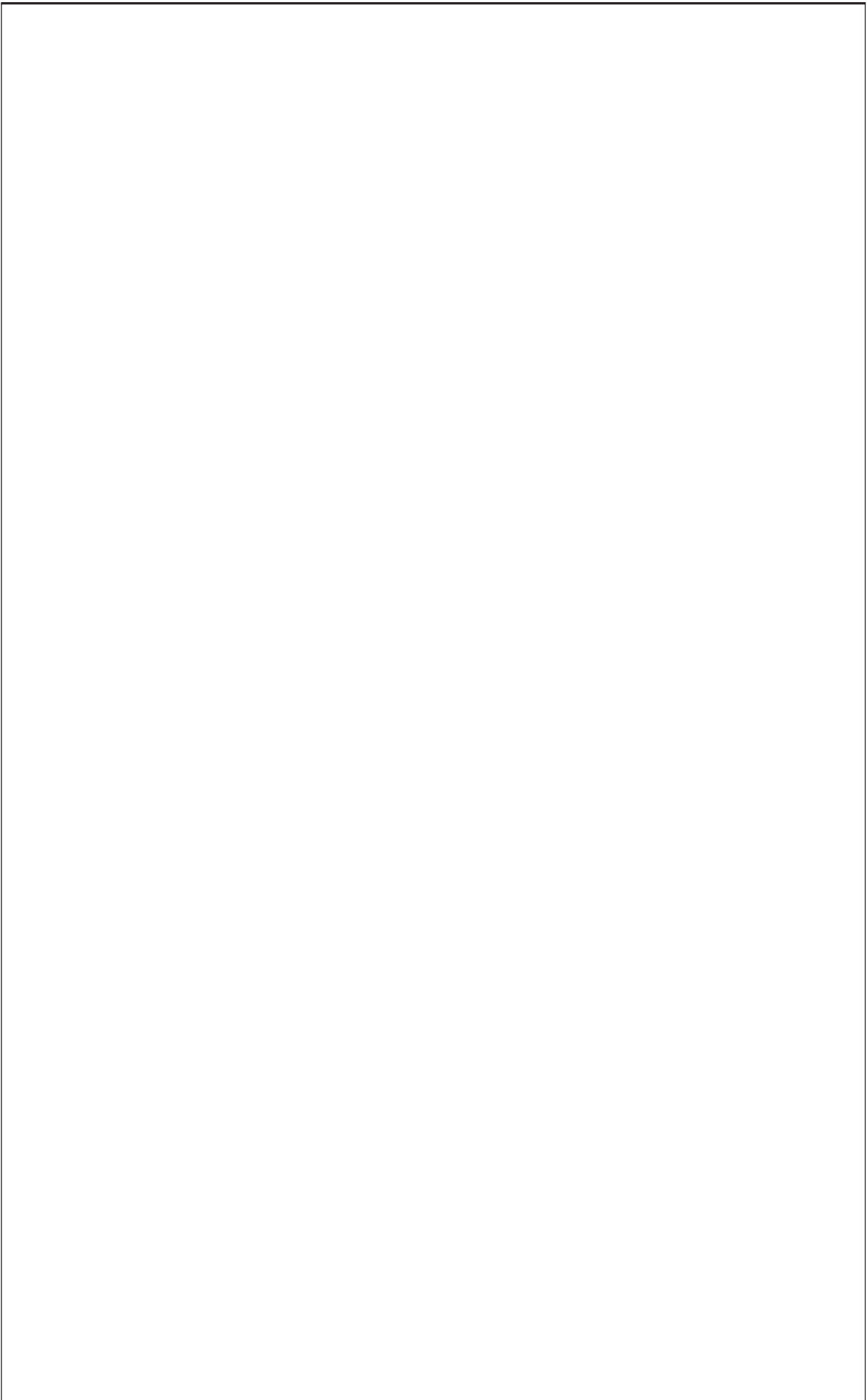
Duração aproximada: 1 hora

Palavras-chave: consumo, população mundial, comércio internacional, CJ

Materiais: 10 chocolates de CJ (variados)

Instruções:

1. Introduzir o jogo: explicar que o conjunto dos alunos representam a população mundial; 10 tabletes de chocolate do CJ representam os bens de consumo;
2. Pedir que os alunos se dividam em 2 grupos, representando os países ricos (Norte = 20% da população) e os países pobres (Sul = 80% da população);
3. Dar a cada grupo a sua parte dos bens de consumo: 80% Norte (= 8 tabletes de chocolate) e 20% Sul (= 2 tabletes de chocolate);
4. Convidar os alunos a provar os chocolates – observar como o grupo lida com a situação, eventualmente tomando notas sobre o que vai sendo dito. Prestar atenção se há partilha, se há “conflitos”, como lidam os alunos com esta situação injusta;
5. Discussão: o objectivo não é avaliar como os alunos lidaram com a situação, mas sim os paralelismos com a realidade e que possíveis explicações podem ser encontradas. Mediante a capacidade dos alunos, podem inclusive discutir-se temas como o passado histórico, as dívidas externas, a economia, entre outros.
6. Conclusões-chave: injustiça na distribuição mundial dos recursos; desequilíbrio entre origem dos produtos (cacau proveniente do Sul) e respectivo consumo (os principais consumidores encontram-se nos países desenvolvidos); riqueza gerada pelo comércio internacional beneficia muito mais os países do Norte;
7. Fazer ligação com o CJ: ler as embalagens dos chocolates; perceber que o CJ pode contribuir para melhorar esta realidade; reforçar o poder, direitos e deveres dos consumidores.



Ideias a Defender

Fonte: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora

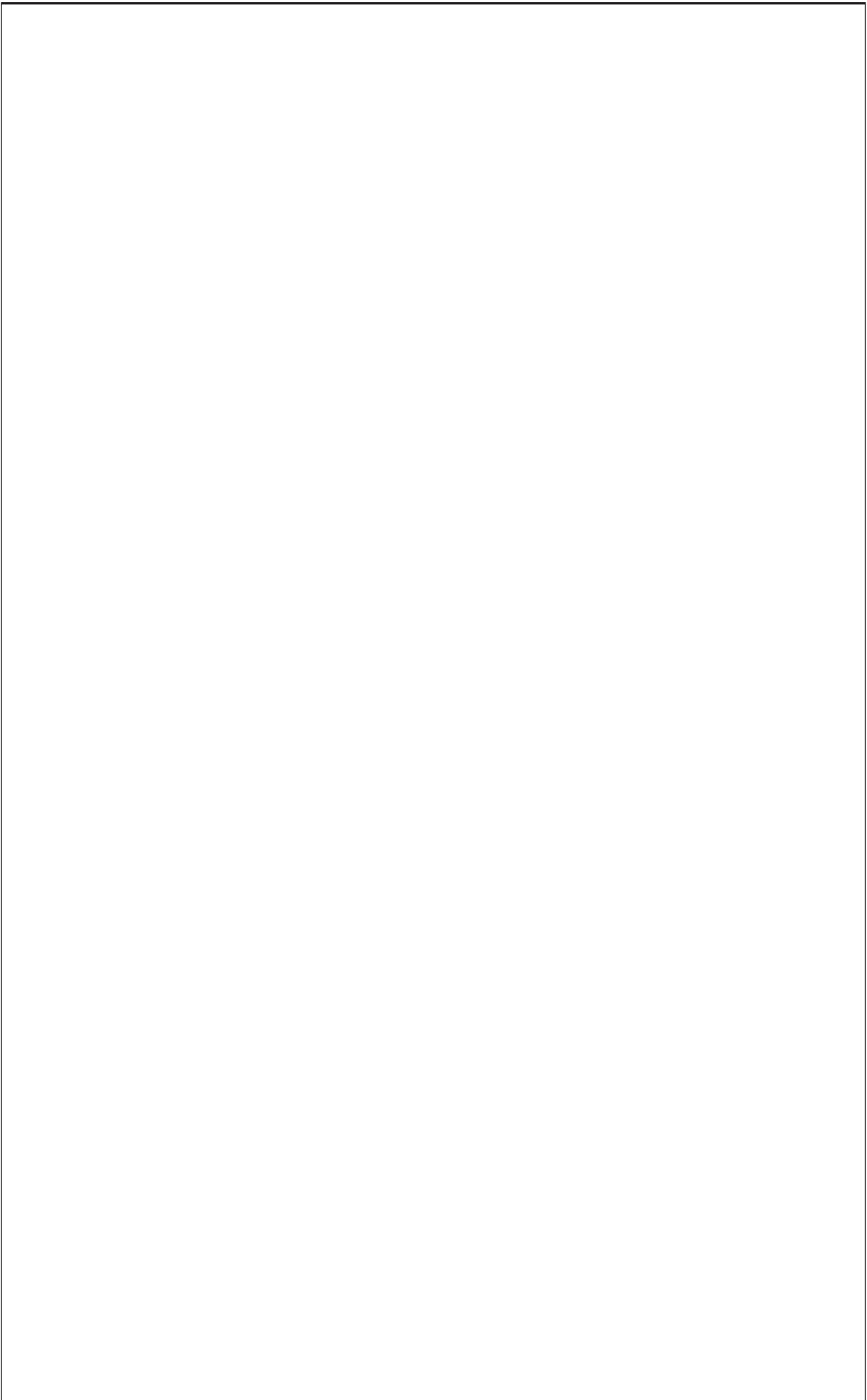
Palavras-chave: países produtores; preço justo; princípios do CJ; divulgação; criatividade

Materiais: alguns produtos de CJ, Brochura “Comércio Justo: uma alternativa”, cartolinas e marcadores de várias cores

Objectivo: Introdução ao CJ

Instruções:

1. Dividir a turma em grupos de 4 ou 5 elementos;
2. Apresentar alguns produtos de CJ: dar a cada grupo um produto distinto e pedir, com base na informação das embalagens, que digam em voz alta onde e por quem foi produzido; colocando no quadro uma lista com a origem dos produtos;
3. Introduzir, sumariamente, o conceito de preço justo - os produtores têm que ser capazes de viver com dignidade com a parte do preço do produto que lhes é destinada pelo facto de estarem integrados no circuito do CJ;
4. Pedir a cada grupo para ler os princípios do CJ que vêm na Brochura “Comércio Justo: uma alternativa” e, com base nesta informação, elaborar um cartaz sobre o CJ – incentivar a criatividade, de modo a que o cartaz não seja apenas uma cópia da brochura;
5. Apresentação à turma dos cartazes finalizados; partilhando os comentários entre os grupos.



Hábitos de Consumo

Adaptação do CIDAC de uma sessão da animadora Ana Bastos

Duração aproximada: 1 hora/ 1 hora e 30 minutos

Palavras-chave: consumo, consumo responsável

Materiais: questionário “Hábitos de Consumo”, quadro de sala de aula

Instruções:

1. Introduzir a actividade e distribuir os questionários (10 minutos);
2. Durante os 10 minutos seguintes, os participantes devem responderem individualmente; entretanto o animador prepara no quadro uma tabela para sistematização das respostas do grupo;
3. Recolha e registo das respostas; ter em atenção fazer a ligação entre as respostas e as perguntas 1 e 2 (20 minutos);
4. Discussão com o grupo a partir das principais conclusões. Perguntas orientadoras:
 - Será que compramos apenas o que precisamos? Há desperdícios? Porquê?
 - Será que podíamos, às vezes, aproveitar melhor as coisas que temos em casa, logo, precisar de comprar menos produtos? Por exemplo?
 - Ter mais variedade é sempre bom?
 - Consumir contribui para a felicidade?
 - Já alguma vez pensaram, antes de comprar, onde foi produzido o produto? E em que condições humanas? E em que condições ambientais?
 - Já pensaram se as pessoas que vos atendem nas lojas estão satisfeitas com o seu trabalho? Será que trabalham demais? Será que são bem pagas?
 - Será que noutros países as pessoas têm outros hábitos de consumo? Exemplos?
 - Queremos mudar esta forma de consumo? Como podemos fazê-lo?(20 minutos, mas no caso de haver tempo, alargar a discussão)

Sugestão para seguimento: pedir que cada aluno faça uma pequena lista com alguns dos passos que vai pôr em prática nos dias seguintes (um primeiro passo para um consumo mais consciente e responsável).

Questionário sobre hábitos de consumo

Por favor coloca uma cruz na(s) alternativa(s) que se aplica aos teus hábitos de consumo e completa quando for caso disso.

1. Onde costumás fazer compras?

- a) Supermercados ☐
- b) Hipermercados ☐
- c) Comércio local (mercearias, lojas) ☐
- d) Feiras ☐
- e) Centros Comerciais ☐

2. Porquê?

- a) maior variedade da oferta ☐
- b) maior qualidade da oferta ☐
- c) proximidade ☐
- d) preços mais baixos ☐
- e) espaços mais atractivos / mais confortáveis ☐
- f) Outros factores (indica quais): ☐

3. Com que frequência?

- a) 1 vez por mês ☐
- b) 1 vez por semana ☐
- c) 2 a 3 vezes por semana ☐
- d) mais do que 3 vezes por semana ☐

4. Ao comprares os produtos, quais são os teus critérios de selecção?

- a) marca ☐
- b) preço ☐
- c) qualidade ☐
- d) hábito ☐
- e) aspecto / imagem ☐
- f) outros factores (indica quais): ☐

5. Que outros factores, a teu ver, influenciam os teus hábitos de consumo?

- a) publicidade ☐
- b) promoções ☐
- c) informação sobre os produtos,
tais como "testado cientificamente" ☐
- d) forma de exposição dos produtos ☐
- f) outros factores (indica quais): ☐

Conferência Mundial de Comércio

Fonte: "Milking it", Oxfam

http://www.oxfam.org.uk/coolplanet/milkingit/activities/news_and_views/news_and_views.htm

Adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos a 2 horas

Palavras-chave: comércio agrícola internacional; país desenvolvido; país economicamente menos desenvolvido; Fundo Monetário Internacional; multinacional; economia de mercado

Materiais: ficha "Conferência Mundial do Comércio – Posições dos diferentes delegados"; papel e canetas

Instruções:

1. Dividir os participantes em 7 grupos e distribuir a cada grupo a imagem da conferência e uma das 7 posições dos diferentes delegados. Cada grupo irá assim representar um dos delegados;
2. Explicar que o jogo se baseia na simulação de uma conferência mundial do comércio. O objectivo do jogo é conhecer e analisar criticamente as posições de um conjunto distinto de actores do comércio mundial (aqui representados através de delegados), as quais estão estreitamente ligadas aos objectivos e necessidades de cada actor;
3. Os grupos têm 15 minutos para discutir a sua posição e preparar a intervenção que irão fazer na conferência; cada grupo escolhe um/a porta-voz para intervir;
4. A simulação da conferência deve ser feita em 2 fases: primeiro, cada porta-voz tem 5 minutos para apresentar a posição do grupo que representa. Depois de todos os 7 grupos terem intervindo, cada porta-voz pode dispor de mais 5 minutos, opcionais, para reforçar a sua posição através da confrontação com as posições expostas pelos outros grupos.
É essencial controlar o tempo; uma boa tática é ir avisando, ao longo de cada intervenção, o tempo que resta;
5. Mediante a riqueza das intervenções e caso seja possível dispor de mais tempo, reflectir sobre a conferência em plenário 15 a 30 minutos. Qual o ponto de vista com que mais se identificam? Qual o ponto de vista que tem mais força na economia mundial? Que soluções podem ser encontradas para algumas das questões colocadas?

Sugestão para uma variante

Em vez de fazer a simulação da conferência, trabalhar sobre as posições dos delegados assumindo que a conferência já terminou. O objectivo é fazer um breve artigo jornalístico sobre a conferência e o comércio agrícola internacional.

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos (para cerca de 20 participantes)

Instruções:

- Dividir os participantes em grupos com o máximo de 4 elementos; não convém fazer mais do que 5 ou 6 grupos. Distribuir a cada participante a ficha com a imagem da Conferência e as posições dos diferentes delegados;
- Os grupos terão entre 30 a 45 minutos para escrever o artigo. Os grupos podem optar por escrever: a) um artigo noticioso factual, resumindo os pontos de vista principais; ou b) um artigo que discuta as várias contribuições e talvez argumente em defesa de um ponto de vista em particular; poderá também esboçar as suas próprias soluções para algumas das questões;
- (cerca de 30 minutos) Discutir em plenário as principais conclusões do grupo, anotando-as no quadro ou num flipchart. Pode também perguntar aos grupos que dificuldades sentiram e porquê.

Conferência Mundial do Comércio – Posições dos diferentes delegados



Representante do Fundo Monetário Internacional

A economia de mercado livre afirma que os países devem especializar-se naquilo que podem fazer melhor. O comércio livre (comércio sem barreiras e tarifas) deverá fazer com que, a longo prazo, cada país fique numa posição melhor.

Quando emprestamos dinheiro a países pobres, precisamos de impor condições rigorosas, que ajudem o país a tornar-se mais competitivo. Estas passam por obrigá-los a abrir os seus mercados ao comércio livre. Sem estas condições, como poderá o país pagar a dívida que contraiu junto de nós?

Ministro da Agricultura de país desenvolvido

A agricultura é uma indústria importante para o nosso país e deve ser, como tal, apoiada. Emprega muitos milhares de pessoas e assegura que somos auto-suficientes em termos de alimentação.

Proteger os nossos agricultores oferecendo-lhes subsídios directos e indirectos pode significar que ficamos com um excedente de produção. Mas se conseguirmos fazer algum dinheiro vendendo-o mais barato a outros países, isso é certamente melhor do que desperdiçá-lo!

Director de uma Multinacional

Como empresa comercial, o nosso objectivo é fazer dinheiro para os nossos investidores e accionistas. Como multinacional temos interesses em todo o mundo. Deslocamos as nossas operações para países onde possamos obter maiores dividendos.

Dada a influência e riqueza da nossa empresa, estamos em condições de negociar com governos de forma a assegurar condições de comércio favoráveis, tais como impostos mais baixos e dispensa da obrigatoriedade em relação a determinadas leis. Afinal, contribuímos para a economia desse país empregando pessoas locais nas nossas fábricas e escritórios.

Especialista em comércio de uma ONG

No que diz respeito ao comércio internacional, há um conjunto de regras para os países ricos e outro conjunto para os países pobres. Os países ricos estão em vantagem.

Os países ricos exigem que os países pobres abram os seus mercados e extingam as tarifas de importação. Contudo, os países ricos protegem os seus mercados impondo tarifas de importação. Estas são regras fraudulentas e critérios duplos! Como poderá o mundo assegurar uma produção sustentada de forma a alimentar toda a gente, se uma metade é beneficiada às custas da outra? Temos de rever as regras de comércio para assegurar que estas são justas para todos.

Pequeno agricultor de país desenvolvido

O preço que obtenho pelo leite e outros produtos tem baixado nos últimos anos. Não consigo manter o negócio se não receber apoio financeiro.

As políticas da UE ajudam a manter estável o preço que recebo pelo meu leite. Sem as tarifas que evitam a importação barata, enfrentaria a forte competição de agricultores estrangeiros.

Pequeno agricultor de país economicamente menos desenvolvido

O meu objectivo é fazer dinheiro suficiente com a minha quinta para alimentar a minha família, pagar a escola dos meus filhos e pagar os cuidados médicos e outras coisas essenciais.

Mas não consigo fazê-lo, porque os mercados estão inundados de bens importados que são mais baratos do que os meus. Os agricultores que produzem estes bens recebem dinheiro dos seus governos, mas não é permitido ao meu governo ajudar-me. Não consigo competir contra estes bens importados. Se fico sem a minha quinta, como alimentarei a minha família? Quem pagará a escola dos meus filhos?

Ministro da Agricultura de país economicamente menos desenvolvido

O meu país teve de pedir dinheiro emprestado ao FMI porque tivemos problemas financeiros. Como parte do negócio, tivemos de concordar em retirar todos os obstáculos ao comércio livre, incluindo as tarifas sobre a importação.

Os países ricos controlam o FMI, uma vez que lhe fornecem a maior parte do seu dinheiro. Os países que dão mais dinheiro têm mais votos, por isso não temos grande poder de intervenção. Seria melhor para nós se o FMI fosse mais democrático, e se os países que têm de contrair empréstimos tivessem mais poder de intervenção nas suas decisões.

Glossário

Comércio livre: Comércio entre países, que não é restringido por obstáculos como impostos elevados sobre as importações.

Tarifa: Um imposto sobre um bem importado.

Subsídio, subsídios, subsidiado: Auxílio dado pelos Governos para ajudar produtores. Um produto que tenha sido subsidiado é um produto que foi produzido ou vendido com a ajuda de um subsídio. O facto de custar menos a produzir significa que pode ser vendido a um preço inferior.

Fundo Monetário Internacional (FMI): Criado em 1944 para financiar países em dificuldades económicas, especialmente aqueles com problemas na balança de pagamentos.

Assembleia de Comércio Justo

Fonte: "Fair Trade in your school", Fairtrade Foundation

<http://www.fairtrade.org.uk/downloads/pdf/fairtradeinyourschool.pdf>

Adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 45 minutos

Palavras-chave: CJ, banana, chá, cacau, comércio internacional, consumo

Materiais: 8 cartões informativos e respectivas etiquetas de identificação (1 para cada voluntário/a), 4 factos sobre Comércio Justo (a escolher da lista anexa), folhas de cartão grandes, "adereços" (produtos de CJ – bananas, saquetas de chá, tabletes de chocolate; e sacos de compras).

Objectivos:

- Desenvolver um entendimento das nossas escolhas enquanto consumidores e do impacto do poder do consumidor;
- Consciencializar acerca do Comércio Justo como uma alternativa ao comércio convencional;
- Apresentar a ideia de uma "Escola de Comércio Justo", para permitir e incentivar alunos/as a assumir o seu estatuto de cidadãos globais.

Instruções

1. Parte I. Esta é uma reunião sobre compras. Peça aos alunos para levantarem a mão se já alguma vez tiverem ido às compras – diga-lhes então que esta reunião é sobre eles... enquanto consumidores. É também sobre os bens que escolhem comprar e sobre as pessoas que os produzem. Diga que vamos conhecer alguns destes "produtores" e peça aos participantes para descobrir as diferenças entre cada par;
2. Distribuir os 8 cartões informativos e respectivas etiquetas e adereços por voluntários; cada voluntário assume um papel segundo a seguinte distribuição:
 - 2 agricultores de banana com cachos de bananas
 - 2 cultivadores de chá com sacos de chá
 - 2 cultivadores de cacau com tabletes de chocolate
 - 2 alunos/consumidores com sacos de compras
3. Apresentação de cada um dos agricultores. Peça aos voluntários para contar aos participantes sobre o seu trabalho de cultivo de bananas/chá/cacau. Poderá pedir aos voluntários para lerem informações dos cartões ou informações que eles próprios tenham pesquisado, se o tempo para a preparação da reunião assim o permitir. (Com participantes mais pequenos/jovens poderá ser desejável pedir para apresentar um feedback nesta fase);
4. Peça aos agricultores que não pertencem ao Comércio Justo para se juntarem em grupo e aos agricultores Comércio Justo para se juntarem noutro grupo;
5. Apresentação dos consumidores: cada um lê a parte 1 dos seus cartões; pergunte-lhes se conseguem descobrir as diferenças entre cada par;
6. Resuma as diferenças entre cada par de agricultores e de seguida peça a cada um dos consumidores para ler a parte 2;
7. Peça aos participantes para decidir se concordam com o consumidor "A" ou com o consumidor "B" – ou se não concordam com nenhum deles.

Parte II

Lançar em plenário a pergunta: “O que é que sabemos acerca do Comércio Justo?”

Desafie o conhecimento/percepção dos participantes. Leia/mostre factos sobre o Comércio Justo. Peça para levantarem a mão se pensarem que cada um deles é verdadeiro (são todos verdadeiros!). Os cartões com os factos podem ser entregues aos agricultores para estes os segurarem.

Explique que cada vez mais pessoas apoiam o Comércio Justo porque faz realmente a diferença para a vida das pessoas que cultivam ou produzem os bens que consumimos.

Cartões Informativos

(os/as alunos/as mais novos poderão receber versões simplificadas de cada cartão)

Cultivador de banana “A”

Eu cultivo bananas numa grande plantação na América Central. O nosso salário é extremamente baixo. Os pesticidas pulverizados nas bananas podem ter efeitos colaterais terríveis – podem tornar os homens estéreis. As mulheres que trabalham nas cabanas a embalar as bananas sofrem do dobro da taxa média de leucemia. Os bebés nascem com deformações. Não temos terra própria, portanto trabalhar na plantação é a única forma de ganhar a vida.

Cultivador de banana “B”

Eu planto bananas na Costa Rica. Desde que aderimos ao Comércio Justo, o nosso salário aumentou. Isto significa que a nossa vida é agora muito melhor, pois já podemos ter água canalizada e electricidade.

O ambiente também melhorou. Os resíduos plásticos são reciclados e podemos estar na plantação sem inalar químicos. Isto significa que a nossa saúde melhorou. As ervas daninhas são arrancadas à mão, em vez de usarmos herbicidas nocivos e muitos dos trabalhadores estão a receber cursos de formação.

O Comércio Justo deu-nos a oportunidade de nos ajudarmos a nós próprios – podemos olhar com esperança para o futuro em vez de pensarmos apenas como conseguiremos sobreviver.

Plantador de chá “A”

Eu trabalho numa grande propriedade de chá, na Índia. É um trabalho duro, mas o nosso salário é muito baixo. Isto significa que, como ganhamos tão pouco, os nossos filhos também têm de trabalhar. Não vão à escola.

As nossas casas são miseráveis, mas se nos queixamos ao gerente da propriedade arriscamo-nos a ficar sem trabalho. Qualquer abrigo é melhor do que nada.

Plantador de chá “B”

Eu também trabalho numa grande propriedade de chá na Índia. O trabalho é muito duro, mas nos últimos anos a vida mudou para melhor. A nossa propriedade vende agora chá através do Comércio Justo. Usámos algum do dinheiro extra que obtivemos com o Comércio Justo para comprar uma ambulância. Mas a maior diferença que o dinheiro trouxe foi a electricidade nas casas dos trabalhadores. Isto significa que as mulheres têm agora mais tempo – já não precisam de recolher lenha e as casas já não se enchem de fumo, o que é mais saudável para todos. Antes de termos electricidade muitos de nós tinham problemas respiratórios e muitas mulheres tinham abortos e complicações durante a gravidez. Outra vantagem é que as crianças têm luz para estudar à noite.

Plantador de cacau “A”

Quando os preços do cacau descem, temos de tomar decisões difíceis. Poderemos ter de adiar a ida dos nossos filhos para a escola e apenas podemos comprar medicamentos para membros da família que estejam a trabalhar e, por isso, a receber um salário.

Não são apenas as pessoas que ficam doentes – as cápsides e cochinelhas podem destruir grande parte da plantação anual de cacau, se não conseguirmos cuidar devidamente das plantas.

Outro problema são os intermediários que nos enganam; nem sempre pesam os nossos grãos de cacau justamente e nem sempre nos pagam.

Não podemos plantar mais nada, não conseguiríamos colocar o produto no mercado.

Plantador de cacau “B”

As coisas estão-nos a correr muito melhor desde que vendemos o nosso cacau através do Comércio Justo. Temos um contrato de longo-prazo com a empresa de chocolate e por isso, o nosso trabalho árduo é recompensado. Os plantadores que tinham de abandonar as suas quintas para procurar trabalho por conta de outro regressaram às suas aldeias para plantar cacau. As comunidades uniram-se novamente. Usámos algum do dinheiro extra que ganhámos com o Comércio Justo para fazer um chão de cimento na nossa casa – antes tínhamos apenas um chão de terra. Agora podemos enviar os nossos filhos para a escola secundária, bem como comprar-lhes livros escolares e sapatos. Plantámos também mais cacau porque confiamos no Comércio Justo – com ele conseguimos um bom preço. O Comércio Justo faz realmente a diferença.

Consumidor “A” – apontando para os agricultores do grupo ‘A’ (não-Comércio Justo)

1. Quando descasco uma banana ou como um bocadinho de chocolate, ou bebo uma chávena de chá, não penso na pessoa que os plantou. Mas estes agricultores têm, de facto, uma vida muito difícil – não tinha a mínima ideia das dificuldades por que passam. Não sabia que eram tão pobres ao ponto de não poder mandar os filhos para a escola ou fazer obras básicas nas suas casas.

2. Não vejo o que é que tenho a ver com isso, portanto não é problema que me diga respeito. Quanto ao Comércio Justo – porque é que deverei pagar mais quando outras marcas são mais baratas? Se estas pessoas querem ganhar dinheiro, então também deviam vender as suas colheitas através do Comércio Justo.

Consumidor “B” – apontando para os agricultores do grupo ‘B’ (Comércio Justo)

1. A vida também é difícil para estes agricultores, mas o Comércio Justo garante que lhes seja pago um preço justo pelo seu trabalho. Isto significa melhor educação para os filhos, melhores casas e cuidados de saúde, bem como um melhor ambiente.

Têm agora uma palavra a dizer sobre a sua vida e mais esperança no futuro.

2. Os agricultores não podem mudar para o Comércio Justo assim sem mais nem menos e ganhar mais dinheiro. Se assim fosse, fá-lo-iam! É aqui que nós entramos. O que escolhemos quando fazemos as nossas compras tem efeito sobre pessoas a milhares de quilómetros de distância. Se escolhermos marcas de Comércio Justo a procura aumentará e mais agricultores poderão juntar-se a este movimento. Poderá custar-nos mais alguns cêntimos, mas não pensam que é um preço pequeno a pagar quando as nossas escolhas podem de facto fazer a diferença?

Factos sobre o Comércio Justo

(escolher 4 para fazer 4 cartões)

Os agricultores têm contratos de comercialização, podendo desta forma planear o futuro.

Os agricultores podem ser pagos antecipadamente, para que não tenham de contrair dívidas.

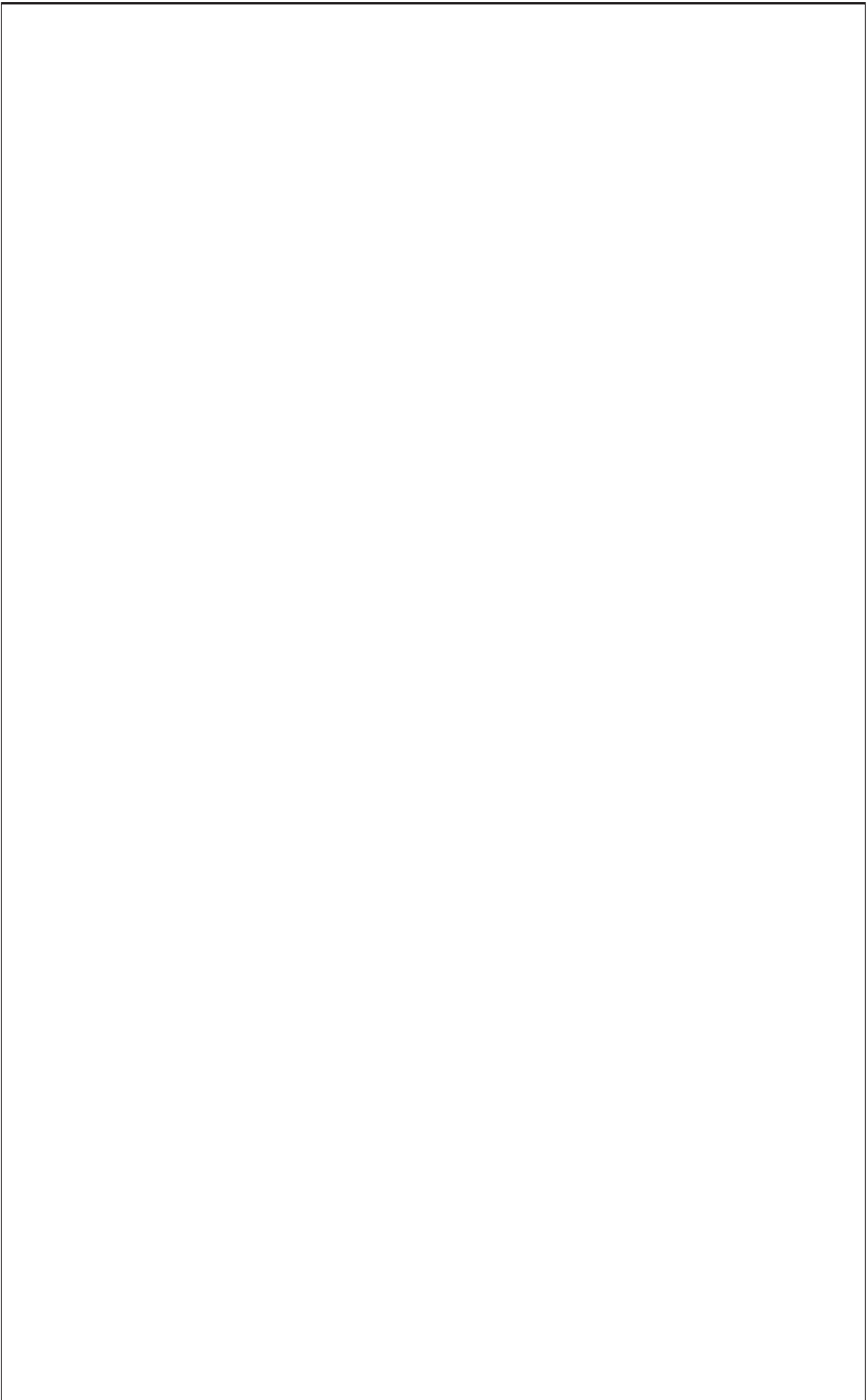
Os trabalhadores das plantações têm padrões de saúde e segurança decentes.

Os trabalhadores podem filiar-se em sindicatos.

É dado apoio aos agricultores para poderem parar de usar químicos nocivos.

Os direitos dos trabalhadores são respeitados – homens e mulheres são tratados igualitariamente.

Os trabalhadores podem ter mais controlo sobre as suas próprias vidas.



O impacto do Comércio Justo

*Adaptado da fonte: "Fair Trade in your school" Abril de 2005, Fairtrade Foundation
<http://www.fairtrade.org.uk/downloads/pdf/fairtradeinyourschool.pdf>*

Duração aproximada: 1 hora a 1 hora 20 minutos

Palavras-chave: consumo; países produtores; exportação; país economicamente menos desenvolvido; benefícios do Comércio Justo; cacau

Materiais: saco de compras com vários artigos de Comércio Justo; folhas brancas; pedaços de papel em branco (2 para cada participante); mapa-mundo; pins ou "bost-it" (para marcar os países produtores no mapa mundo); quadro; fotocópias da informação sobre a cooperativa Kuapa Kokoo; folha de trabalho "O Comércio Justo significa..."

Objectivos:

- Sensibilizar os alunos em relação ao Comércio Justo e permitir-lhes escolhas informadas enquanto consumidores;
- Permitir aos alunos reconhecer o impacto que o poder de consumo pode ter;
- Incentivar os alunos a realizar acções de apoio ao Comércio Justo.

Instruções

1. (20 min.) Dê a cada par/pequeno grupo de alunos um artigo do saco de compras, e uma folha branca. Peça-lhes para descobrirem onde é que foi produzido e por quem. Eles podem utilizar a folha para registar as informações e localizar os produtores no mapa-mundo.
Quando todos tiverem dado a sua contribuição, o mapa pode ser usado como base para a discussão. Podem ser feitas as seguintes perguntas: onde são produzidos os produtos? Os países produtores são economicamente desenvolvidos? Porque será que esses países produzem e exportam os seus produtos mas mesmo assim têm tantos problemas económicos e sociais?
2. (20-30 min.) Dê a cada aluno dois pedaços de papel. Peça-lhes para escrever "Problema" num e "Benefício" no outro. Leia a informação sobre os agricultores Kuapa Kokoo aos alunos – usando uma tablete de chocolate de Comércio Justo como elemento de apoio visual.
Peça-lhes para ouvir com atenção e para mostrarem o cartão apropriado sempre que ouvem um problema que os agricultores têm de enfrentar ou quando ouvem um benefício que o Comércio Justo traz.
Peça aos alunos para darem feedback da informação que ouviram. Este pode ser registado no quadro como listas de problemas e benefícios.
Cada lista pode, de seguida, ser organizada de várias formas. Por exemplo: problemas que podem ser ultrapassados versus dificuldades que estão para lá do controlo das pessoas; benefícios directos que se relacionam com o dinheiro que é pago aos agricultores versus benefícios indirectos que melhoram as condições de vida, mas que são de difícil quantificação.
Pergunte aos alunos como é que nós, enquanto consumidores, podemos envolvermo-nos na redução de problemas e contribuir para o aumento dos benefícios.
No final, dê uma fotocópia com a informação sobre a cooperativa Kuapa Kokoo a cada aluno/a.

3. (10-20 min.) Utilize a folha de trabalho “O Comércio Justo significa...” para reforçar os princípios do CJ. (Devem ser assinaladas todas as caixas “sim!”). Poderá ser necessário fornecer mais explicações, dependendo da idade e nível de escolaridade dos alunos.

Sugestão

Possível extensão: conceba um anúncio para um dos produtos de Comércio Justo que tenham visto – torne-o atractivo e não se esqueça de explicar o que significa o Comércio Justo para as pessoas que produziram aquele produto. Poderá ser um anúncio de televisão, rádio, jornal ou revista.

Cooperativa de produtores de cacau Kuapa Kokoo, Gana

No Gana há cerca de um milhão e meio de produtores de cacau. Nos últimos 30 anos, o preço que recebem pelos grãos de cacau desceu significativamente, de tal forma que o dinheiro quase não é suficiente para sobreviver. Muitas das vezes têm de pedir dinheiro emprestado, tendo depois dificuldades para pagar a dívida. Para piorar a situação, tem havido muitos incêndios florestais e meses sem chuva.

Em 1993 vários grupos de produtores de cacau juntaram-se para formar uma cooperativa chamada Kuapa Kokoo. O nome significa “A boa companhia de produtores de cacau”. Eles vendem algum do seu cacau através do Comércio Justo, o que significa que recebem mais dinheiro por cada saco de grãos de cacau.

Os produtores Kuapa Kokoo podem utilizar o rendimento adicional que advém do Comércio Justo para formação e para comprar instrumentos agrícolas que os ajudam no seu trabalho. Aprendem a cuidar do ambiente e a cultivar o cacau sem utilizar produtos químicos nocivos. O Kuapa Kokoo inclui mulheres e homens agricultores – há agora muitas mais mulheres a trabalhar na organização e a tomar decisões importantes.

Também há escolas novas para as crianças – o dinheiro adicional do Comércio Justo ajuda a pagar as despesas da escola e os livros. A Kuapa Kokoo dá formação aos seus agricultores de forma a saberem pesar e empacotar os seus grãos de cacau. Esta questão representava anteriormente um problema, porque alguns dos compradores de cacau enganavam os agricultores utilizando balanças manipuladas que não pesavam correctamente. Os agricultores da Kuapa Kokoo podem aprender noções de alimentação saudável, saúde e cuidados a ter com as crianças e também têm novas bombas de água potável.

Os agricultores também aprenderam a gerir o seu dinheiro e a ter dinheiro na “época de fome”, que é quando o cacau está em crescimento. Por exemplo, fazendo sabão da casca do cacau, o que significa que, uma matéria anteriormente desperdiçada é agora reciclada. Cada vez mais aldeias querem juntar-se à Kuapa Kokoo, mas de momento não conseguem vender todos os seus grãos de cacau através do Comércio Justo – não há ainda procura suficiente de chocolate de Comércio Justo nos países desenvolvidos (países do Norte).

O Comércio Justo significa...

(A tabela está repetida para que cada folha seja cortada ao meio e seja utilizada para duas pessoas)

Comércio Justo significa que...	SIM	NÃO
Os agricultores obtêm um preço justo pela sua produção.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores têm contratos de comercialização, para que possam planear o seu futuro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores podem juntar-se a organizações que os apoiam, por exemplo cooperativas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores são pagos quando entregam os produtos, não existindo pagamentos antecipados. Quando precisam de dinheiro têm que contrair dívidas..	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores das plantações têm ordenados e casas decentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores das plantações têm padrões de saúde e segurança adequados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não é permitido aos trabalhadores aderir a sindicatos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores são obrigados a usar químicos nocivos para aumentar a produção e o seu rendimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É dado apoio para que se possa proporcionar uma boa educação e cuidados de saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não é permitida a exploração do trabalho infantil ou trabalho forçado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os direitos dos trabalhadores são respeitados – há igualdade de tratamento entre homens e mulheres.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores podem ter mais controlo sobre as suas próprias vidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Comércio Justo significa que...	SIM	NÃO
Os agricultores obtêm um preço justo pela sua produção.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores têm contratos de comercialização, para que possam planear o seu futuro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores podem juntar-se a organizações que os apoiam, por exemplo cooperativas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agricultores podem ser pagos antecipadamente, para que não tenham de contrair dívidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores das plantações têm ordenados e casas decentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores das plantações têm padrões de saúde e segurança adequados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É permitido aos trabalhadores aderir a sindicatos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É dado apoio a agricultores para que possam deixar de utilizar químicos nocivos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É dado apoio para que se possa proporcionar uma boa educação e cuidados de saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não é permitida a exploração do trabalho infantil ou trabalho forçado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os direitos dos trabalhadores são respeitados – há igualdade de tratamento entre homens e mulheres.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os trabalhadores podem ter mais controlo sobre as suas próprias vidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Jogo da Cadeia do Café

Fonte: OXFAM, adaptado de «The Coffee Chain Game, an activity on trade for participants aged 14 years and upwards», 1994.

Tradução e adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora

Palavras-chave: CJ, café, comércio internacional, consumo

Materiais: 1 pacote de café (embalagem de 250 gr); cópia da grelha sem os números da coluna «Proporção Actual», desenhada numa folha grande de papel ou num quadro de uma sala de aula e colocada de modo a que todos a possam ver; ficha “Descrição de cada um dos intervenientes na produção do café”

Introdução

É um jogo que coloca os alunos no lugar das pessoas envolvidas em todo o processo do comércio de café. Tem como objectivo ajudar os participantes a compreender o modo como um sistema de troca afecta as vidas dos produtores de café no Uganda, exportadores, compradores e donos de supermercados nos países do Norte.

A grande questão é: quem beneficia e quem perde com o comércio?

Nota: Este jogo foi desenvolvido com base num estudo de caso da cadeia do café do Uganda, em 1994. Embora já tenham passado mais de 10 anos, estes dados continuam a ser demonstrativos da realidade do comércio internacional do café.

Instruções

1. Dividir a turma em 5 grupos
Explicar que cada grupo assumirá o papel dos actores envolvidos no processo que traz o café das plantações no Uganda para as suas mesas do pequeno-almoço. Dar a cada grupo uma carta com as respectivas instruções;
2. Pedir a uma pessoa para ler a «carta de instruções» do seu grupo aos restantes elementos do grupo.
Dar a cada grupo 5 ou 10 minutos para pensar sobre o seu “papel” (descrito na carta). Como é que o sentem? Com que tipo de problemas é que pensam defrontar-se? Quais os pontos fortes enquanto grupo?
3. Mostrar o pacote de café
Dizer ao grupo que o pacote custa 1,75 € no supermercado. Os grupos devem discutir quanto é que cada intermediário deve receber do «preço de venda» (isto não deve ser uma discussão sobre quanto é que os alunos pensam que as pessoas efectivamente ganham, mas antes quanto é que lhes é devido pelo trabalho que desenvolvem – 15 minutos);
4. Pedir a cada grupo para dizer aos restantes quanto é que eles devem receber. Encorajá-los a justificar as suas reivindicações. Registrar cada quantia na folha grande de papel/quadro na coluna da «Proporção Inicial»;
5. Some a quantia e provavelmente descobrirá que a sua totalidade é bem maior do que os 1,75 Euros. Agora, peça a cada grupo que negocie a sua posição, até que o grupo chegue ao preço de 1,75 Euros. Provavelmente o grupo não conseguirá chegar a este valor, mesmo com as negociações, o que reforça a dificuldade de chegar a acordo. Incentivar o debate sobre porque é que cada

grupo sente que lhe deveria ser pago essa quantia? Há algum grupo que tenha ficado com a sensação de que obteve uma margem de lucro maior? Encorajar os alunos a discutirem entre si;

6. Quando se obtiver consenso, registre cada quantia negociada na folha grande de papel/quadro na coluna da «Proporção Negociada»;
7. Por fim, anuncie as proporções actuais que cada pessoa (grupo) recebe em cada fase do processo de produção, revelando a última coluna: «Proporção Actual».

	Proporção Inicial	Proporção Negociada	Proporção Actual
Produtores			0,09 €
Exportadores			0,09 €
Distribuidores/Transportadores			1,14 € (/2)
Torrefacção (torradores)			
Retalhistas/Comerciantes			0,43 €
TOTAL			1,75 €

Todos estes números referem-se ao café ugandês (preço por pacote de café de 250g em Portugal, é de 1,75 € [valores de 1994]). Note-se que o Uganda recebe apenas 0,18 € (10%) do total do preço do pacote de café. É frequente as multinacionais tanto fazerem a torrefacção como a distribuição/transporte do café.

Desconstrução:

É importante deixar tempo suficiente para que os alunos discutam o jogo que acabaram de desenvolver. Embora seja um «jogo justo», o «jogo da cadeia do café» gera, por norma, sentimentos fortes. Os alunos devem ter a oportunidade de reflectir sobre o que acabou de acontecer e o que sentem sobre isso.

Os participantes precisarão também de comparar as suas experiências no jogo com a experiência das pessoas reais envolvidas na produção de café. É muito provável que os produtores e exportadores se sintam particularmente prejudicados e isto pode ser o ponto de partida para uma forte discussão.

Enquanto os alunos ainda estão “no papel”, pedir a cada grupo que descreva o que aconteceu, a partir da sua perspectiva. Porque é que eles pensam que a divisão do dinheiro foi feita daquela forma? Há alguma coisa que eles possam pensar e fazer para melhorar a situação? O que acham os outros grupos disso?

No final é importante trazer os alunos para “fora do papel” e alargar a discussão, perguntando a cada um o que pensa do que pode ser feito relativamente ao «comércio injusto».

Descrição de cada um dos intervenientes na produção do café

OS TORRADORES

Você compra os grãos de café “verde” a uma companhia de navegação e mistura as diferentes variedades de grão de modo a obter um “lote”.

Torra os grãos e processa-os de modo a obter café “instantâneo”, que depois empacota e vende aos retalhistas/comerciantes. É um negócio muito competitivo, de modo que você tem de despende de grandes somas de dinheiro para publicitar a sua marca junto do público e estabelecer uma embalagem atractiva. Você precisa de investir constantemente dinheiro para melhorar o sabor do seu lote e continuar à frente da competição

EXPORTADORES DE CAFÉ

Você visita os produtores para lhes comprar o café. Os produtores estão espalhados por uma grande área, de modo que você tem de pagar o transporte e combustível para ir carregar o café.

A sua fábrica processa os bagos de café para extrair deles os “grãos verdes”. Você selecciona (ou “classifica”) os grãos, embala-os em sacos e transporta-os pela costa, onde depois os vende a uma companhia de navegação / importação.

O Uganda é um país cercado por terra (é interior), de modo que você tem de pagar pesadas taxas de transporte por caminho-de-ferro.

O mercado do café é imprevisível e por isso, às vezes, você tem de pagar para manter o seu café armazenado. Você precisa igualmente de dinheiro para renovar e reparar a maquinaria na fábrica, que é cara e de pagar a pessoas especializadas para as manusear.

COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO/IMPORTAÇÃO

Você compra os bagos de grão “verde” de café ao exportador, carrega-os no seu navio, e transporta-os para Portugal, onde os vende ao torrador de café. Você tem de pagar a pessoal altamente especializado para operar os seus navios.

Há riscos envolvidos e você tem de fazer seguros do navio e da carga, bem como pagar o combustível. Você precisa igualmente de pagar taxas portuárias e de importação do café.

PRODUTORES DE CAFÉ

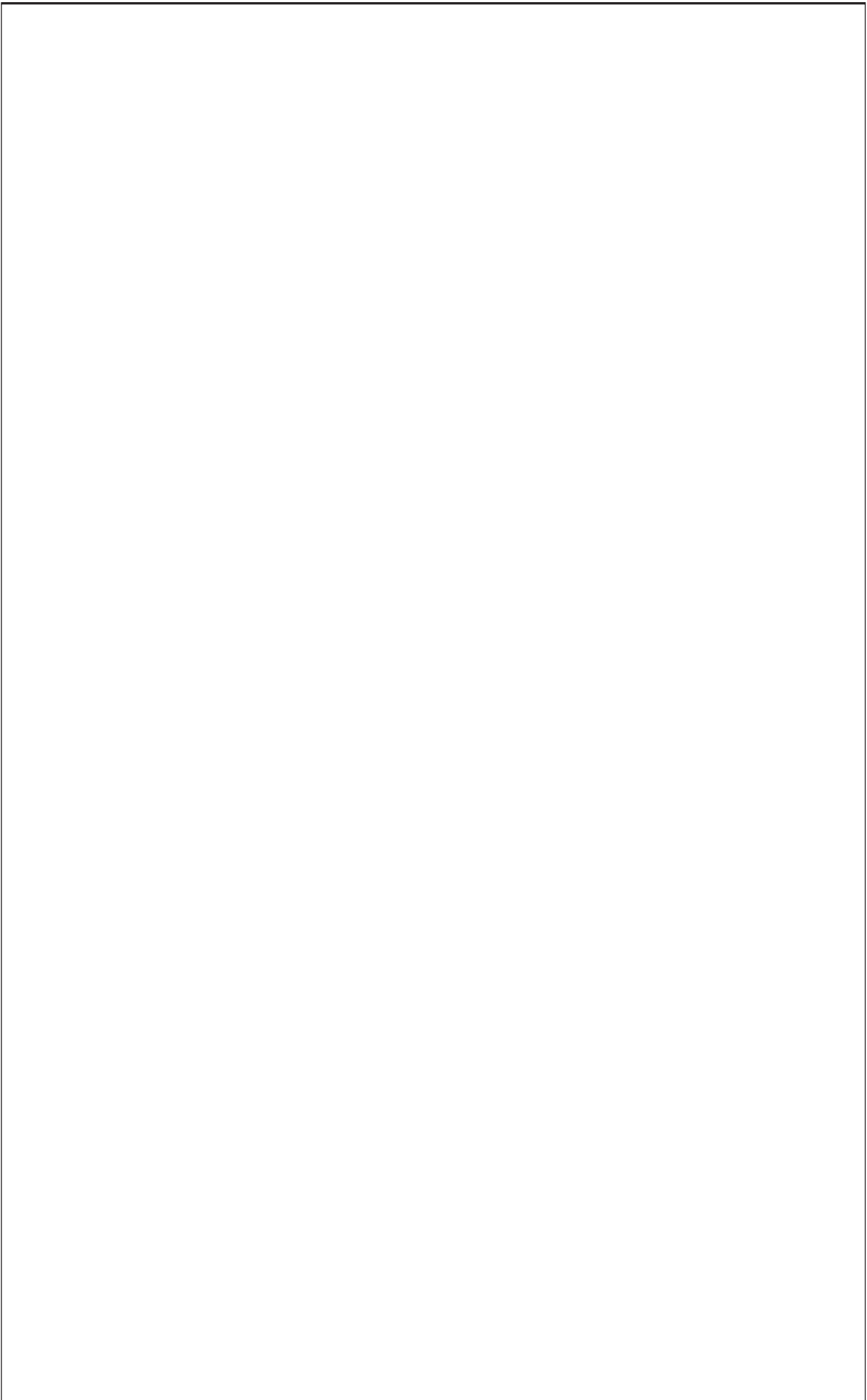
Você vive numa parte rural do Sul do Uganda e tem cerca de 2 hectares de terra que cultiva. A sua principal fonte de rendimento é a produção e venda de café.

Você planta árvores de café, arranca as ervas daninhas do solo à volta delas, de modo a que o café não tenha que competir com outras plantas. As árvores requerem muito trabalho e atenção regulares, de modo a conservá-las devidamente podadas para, assim, produzir bons frutos. Você faz a colheita dos bagos de café à mão quando eles estão vermelhos e maduros. Seca-os ao sol e vende-os a um comprador visitante. O dinheiro que você ganha com o café é essencial para pagar a educação dos seus filhos e as despesas de saúde familiares. A cada 15 anos você precisa de comprar novas sementes para substituir as velhas árvores.

RETALHISTAS, COMERCIANTES

Você compra os grãos de café a um grossista (torrador). Armazena o café até precisar dele, marca-lhe um preço, coloca-o no expositor e vende-o ao cliente. Você tem de pagar rendas elevadas para vender os seus bens numa localidade movimentada.

Você tem de tornar a sua loja atractiva, o que significa uma decoração cara, e precisa de formar e pagar a uma extensa força de vendas para fornecer um bom serviço ao cliente.



O Jogo do Comércio Internacional

Fonte: Christian Aid, "The trading game"

Tradução: CIDAC

Público a que se destina: alunos com mais de 14 anos, ensino secundário; grupos de 15 a 30 participantes

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos/ 2 horas

Palavras-chave: comércio internacional, economia, relações internacionais

Materiais: descrição em baixo

Contexto:

Os países estão divididos em dois grandes grupos: o primeiro é constituído pelos países industrializados do Norte, como os Estados da América do Norte, a Europa e o Japão, que detêm um nível de vida bastante elevado; o segundo grupo é constituído pelos países pobres e em desenvolvimento da América Latina, Ásia e África.

Esta dicotomia pode ter muitas explicações, mas a diferença entre as nações ricas e pobres é reforçada pelo sistema actual do mercado internacional que favorece os países mais ricos e organizados, em detrimento dos mais pobres. Este jogo procura mostrar quem beneficia e quem é prejudicado pela complexidade das relações sociais e económicas internacionais. De facto, o seu objectivo principal é tentar definir as questões fundamentais que determinam estas relações.

Objectivos:

O jogo do «Comércio Internacional» está preparado para demonstrar como o comércio internacional pode favorecer ou impedir o desenvolvimento económico de comunidades e países. A utilização deste jogo pode incentivar a discussão sobre o comércio mundial de uma maneira não académica e agradável. É muito provável que os participantes, depois de terem terminado o jogo, desejem conversar sobre a sua experiência e, numa perspectiva mais alargada, sobre as relações comerciais internacionais.

Organização:

Para poder realizar o jogo é necessário uma sala suficientemente grande para criar seis espaços distintos, onde grupos de 4 a 6 jogadores se possam sentar à volta de uma mesa.

Se o número de jogadores não chegar a 30, se forem 15/20, os participantes devem ser divididos em proporções semelhantes àsquelas indicadas na tabela. Recorde que deve haver, pelos menos, 5 grupos e um deles ter os recursos do conjunto A. Se houver só um grupo A, retire dos outros grupos algumas folhas de papel, de modo a manter o equilíbrio entre «tecnologia» e «matéria-prima».

O coordenador precisa de uma mesa ou cadeira e de um quadro para escrever, ou parede para colar cartazes. Precisa igualmente de 30 folhas de papel, igual ao dos participantes ou de cor diferente, para criar situações de descoberta de novos recursos, de lápis e papel para escrever e enviar mensagens aos grupos.

O Banqueiro precisa de uma mesa e de uma folha de seis colunas onde regista o que cada grupo vai ganhando. O registo pode igualmente ser feito num cartaz com seis colunas, colocado na parede, para que todos os participantes possam seguir a evolução do jogo.

Materiais:

Para 30 jogadores (6 grupos) é necessário:

- 30 folhas de papel A4 da mesma cor;
- 30 notas de 5 € cada;
- 2 folhas de papel autocolante (10 x 10 cm);
- 4 tesouras;
- 4 réguas;
- 2 compassos;
- 2 esquadros;
- 2 transferidores (instrumento geométrico em forma de semicírculo dividido em 180 graus para medição de ângulos no desenho.- conforme indicação em baixo);
- 14 lápis;
- cartazes com as figuras e seu valor.

Preparação:

Todos os jogadores devem ver as «figuras geométricas» durante o tempo em que decorre o jogo. Será necessário, portanto, copiar as figuras e o seu valor no quadro de escrever ou num cartaz. Se a sala é grande, talvez seja conveniente preparar dois cartazes, de modo a que todos os participantes possam ver as figuras.

Os materiais devem ser organizados da seguinte maneira:

Cada grupo A recebe:

- 2 tesouras;
- 2 réguas;
- 1 compasso;
- 1 esquadro;
- 1 transferidor;
- 1 folha de papel;
- 12 notas de 5 €;
- 4 lápis.

Cada grupo B recebe:

- 10 folhas de papel;
- 1 folha de papel autocolante;
- 4 notas de 5 €.

Cada grupo C recebe :

- 4 folhas de papel;
- 4 notas de 5 €;
- 2 lápis.

As funções dos dois organizadores por grupo, o Coordenador e o Banqueiro, são as seguintes:

O Coordenador é responsável pelo andamento do jogo. Ele observa atentamente a dinâmica do grupo e pode, de vez em quando, influenciar o curso dos acontecimentos, introduzindo novos elementos. O Coordenador guia, igualmente, a discussão e a reflexão final devendo, por isso, tomar nota daquilo que os participantes fazem e dizem durante o jogo.

O Banqueiro recebe as figuras produzidas e regista os depósitos que cada grupo realiza. Ele precisa de uma folha de papel com seis colunas (uma para cada grupo) e um lápis. Seria conveniente preparar um cartaz com seis colunas para registar os depósitos bancários de cada grupo. O cartaz pode ser colocado na parede de modo a ser visto por todos os participantes.

Com o cartaz das figuras colado na parede, as mesas arrumadas, o material distribuído e a folha de registo de depósitos do banqueiro preparada, tudo está a postos para iniciar o jogo.

Organização dos grupos

GRUPOS	JOGADORES	MATERIAIS	PAISES REPRESENTADOS
1 2	6	A	Japão EUA Europa
3 4	5	B*	Índia Brasil Marrocos
5 6	4	C	Sudão Tanzânia Moçambique Guiné-Bissau

Não informar os grupos de que recebem materiais diferentes. Eles vão descobrir isso sozinhos e muito rapidamente.

Instruções para o Coordenador

Estas instruções devem ser usadas unicamente pelo coordenador e não ser lidas em público.

- 1 - Divida os participantes em cinco ou seis grupos, distribuindo-os pelas mesas, previamente preparadas e dê a cada grupo um conjunto de materiais como foi indicado.
- 2 - Seguidamente apresente os objectivos e as regras do jogo (podem ser copiados para um cartaz, colocado na parede durante o jogo).

- 3 - Os participantes podem fazer perguntas como: Para que serve isto? Posso pedir emprestadas as tesouras? Podemos negociar? Porque é que nós não temos tesouras (papel, etc.)? Para que serve o papel autocolante?

O animador não deve responder a estas questões, mas sim repetir apenas as regras do jogo ou manter-se em silêncio. Depois da confusão inicial, os participantes começam a orientar-se e a negociar. A iniciativa deve ser deles e não partir do animador.

- 4 - O período de tempo para o jogo não deve ultrapassar os 45 minutos.

Regras

Há apenas quatro regras:

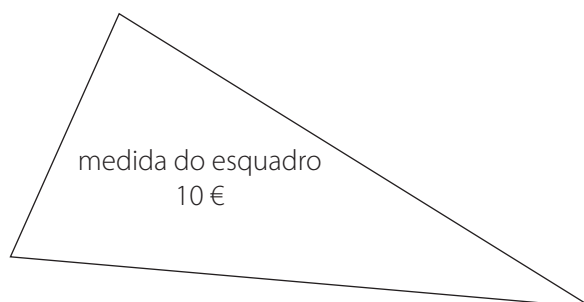
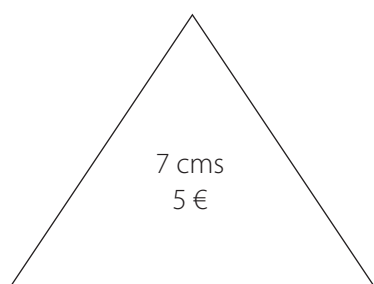
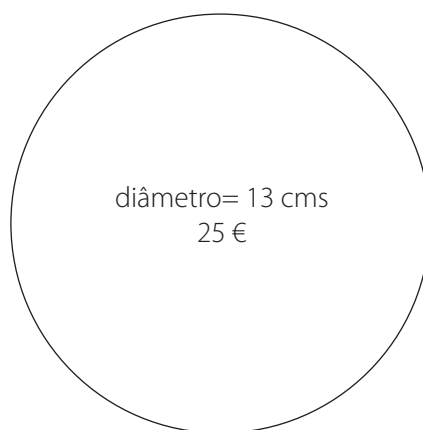
- Todas as figuras devem ter as medidas indicadas no cartaz e serem cortadas com as tesouras;
- Só podem ser utilizados materiais distribuídos pelo coordenador do jogo;
- Não se pode recorrer à violência durante o jogo;
- O coordenador (representa a ONU) tem poder para alterar as regras do jogo e intervir em caso de desacordo.

Repita as regras uma segunda vez e informe os participantes que a produção pode começar.

Objectivos do grupo

O objectivo do grupo é depositar no Banco a maior quantia de dinheiro possível. O grupo consegue o seu capital produzindo, com os materiais que recebeu, as figuras geométricas de papel indicadas no cartaz. Cada figura tem um valor que será pago e registado na sua conta, quando estas forem depositadas no Banco. O grupo pode produzir o tipo e a quantidade de figuras que desejar. Importa recordar que quantas mais figuras entregar ao banqueiro, maior será a sua conta bancária.

Figuras e respectivos valores



Instruções para o Coordenador

O Coordenador deve ter guardadas, secretamente, folhas de papel que poderá utilizar para beneficiar um dos grupos. Quando o fizer deverá anunciar em público que “uma nova reserva de matéria-prima foi descoberta” pelo grupo que recebeu o papel.

A notícia pode ser comunicada oralmente ou afixada na parede. Se isto acontecer já numa fase adiantada do jogo, quando os grupos tiverem acabado (ou quase), o papel pode alterar as relações no grupo. Analogias destas mudanças ocorrem com muita frequência quando são descobertos novos jazidas petrolíferas ou de novos minerais.

Podem ser incluídas algumas folhas de papel de cor para indicar a descoberta de uma nova matéria-prima de elevado ou baixo valor. O valor das figuras produzidas com esse material sobe ou desce de acordo com o significado que se queira dar a esse novo elemento.

Utilização do papel autocolante

Dois grupos recebem uma folha de papel autocolante de cor. O Coordenador não lhes deve dizer nada sobre a sua utilização e talvez eles nem notem que o têm. Na realidade, há muitos países que ignoram a existência e o valor dos seus recursos. O papel autocolante poderá ser valorizado, enviando uma mensagem secreta a dois grupos que o não têm, dizendo que se colocarem um centímetro quadrado de papel autocolante em cada uma das figuras, estas podem aumentar o seu valor quatro vezes (recorde-se de informar o Banqueiro).

Estes grupos vão então procurar obter o papel autocolante. Como os grupos que os detêm desconhecem o seu valor real, é possível que estes o cedam por pouco, tendo os primeiros a possibilidade de realizar grandes lucros. Mas, também, é possível que os proprietários do papel autocolante não o vendam, impedindo assim que alguém ganhe alguma coisa com esta “matéria-prima tão valiosa”.

Ajuda financeira

O Coordenador pode ajudar algum dos grupos concedendo ajuda financeira, com algumas condições. Poderá exigir, por exemplo, que um terço dos bens produzidos deverá ser pago ao Coordenador, como juros pela ajuda recebida. A ajuda pode ser igualmente concedida em forma de tecnologia, por exemplo, tesouras para um grupo que precise. Os grupos mais ricos também podem oferecer ajuda financeira ou tecnologia aos grupos mais pobres. Esteja atento às condições impostas. Por norma, os grupos mais ricos não concedem de boa vontade ajuda aos mais pobres, se não virem as vantagens. Por isso, talvez seja oportuno que o Coordenador dê o exemplo. As suas observações sobre o que acontece com a ajuda financeira no jogo podem ser úteis para discutir o que acontece com a ajuda internacional.

Associações comerciais

É possível que durante o jogo se desenvolvam “associações comerciais” ou outras formas de cooperação entre os grupos, tendo em vista a obtenção de maior lucro para ambos os grupos.

Todos os participantes têm conhecimento da existência de formas de cooperação económica semelhantes na Comunidade Europeia. Mas também existem associações e formas de cooperação entre países noutras partes do mundo, como na África Ocidental, América Latina, Ásia, entre outros.

Observe o tipo de cooperação que se estabelece entre os grupos, a partilha de tecnologia, de matérias-primas ou de mercados.

Colonização e anexação

A colonização e anexação de grupos são outras opções e tipos de acção que os grupos poderão fazer. Um grupo mais rico poderá oferecer apoio e protecção a um grupo mais fraco, ou anexá-lo prometendo porém respeitar os seus direitos, recursos e dar-lhe parte dos lucros. A História do mundo e de Portugal estão repletas de exemplos de territórios ocupados, anexados e colonizados.

Tarifas alfandegárias

Os grupos poderão impor tarifas alfandegárias ou medidas de protecção dos próprios produtos aos outros grupos que desejem negociar com eles. Na situação real do comércio internacional, muitos países ou comunidades económicas impõem quotas e tarifas alfandegárias para proteger os próprios interesses.

A própria UE, de que nós fazemos parte, limita a importação de produtos de muitos países mais pobres, impondo quotas que não podem ser ultrapassadas.

Cartel de produtores

Os grupos com menos tecnologia e mais matérias-primas (folhas de papel), podem associar-se para protegerem os próprios interesses contra os países mais ricos do grupo A. Na realidade, estes grupos são conhecidos como “cartel” e procuram estabilizar e competir por melhores preços, limitando a quantidade de produtos a colocar no mercado. A “OPEP” (Nações Produtoras e Exportadoras de Petróleo), “IBA” (Associação Internacional de Bauxite), são alguns exemplos dos “cartéis” que existem no mundo.

Mas infelizmente, os “Cartéis” de produtores não têm obtido grandes sucessos.

Embargo comercial

Os grupos com maior quantidade de papel podem deixar de negociar ou reduzir a quantidade a colocar no mercado, para obter preços e preservar os seus recursos naturais. Esta decisão tomada isoladamente, sem o apoio de outros produtores (Cartel), pode ser perigosa porque os outros países podem continuar a vender a preços ainda mais baixos.

Greves e desordens

O Coordenador do jogo pode parar a produção declarando uma greve geral por um pequeno período. Nesse caso, ele retira as tesouras de todos ou só de alguns grupos (greve limitada), obrigando a produção a parar.

Esta situação encontra analogias em acontecimentos do conhecimento dos participantes.

Conclusão

Alguns destes acontecimentos e incidentes talvez não surjam ao longo do jogo se o Coordenador não os introduzir. Não é necessário utilizar todas estas possibilidades durante o jogo. O Coordenador deve escolher aqueles que permitam aos participantes encontrar paralelismos com as relações comerciais internacionais, de modo a enriquecer a reflexão depois do jogo.

Neste jogo nem sempre se pode prever a conclusão, podendo os participantes aliarem-se entre si, fazer acordos, lutar pelos recursos, roubar, procurar enganar os outros, etc.

A reflexão sobre tudo o que acontece ajuda os participantes a compreender e a discutir a moralidade das leis que governam o mercado internacional.

Discussão final

Terminado o jogo, o Coordenador pode ajudar os participantes a reflectirem sobre a experiência e as dinâmicas do grupo. É possível que a análise do relacionamento ou confronto entre os grupos ricos e pobres possa encontrar analogias com o que acontece na realidade entre os países e blocos.

Será importante analisar a situação de cada grupo à partida e como as leis e regras do jogo, ainda que aparentemente justas e iguais para todos, afectaram de modo diferente o desenvolvimento de cada grupo. Os países que, no início, eram ricos ficaram mais ricos e aqueles que eram pobres ficaram ainda mais pobres e despojados dos seus recursos. A diferença entre países ricos e pobres não diminuiu, pelo contrário, aumentou.

O Coordenador poderá enriquecer o debate com informações, dados e quadros sobre a disparidade actual entre as nações ricas e pobres.

No livro “Interdependência Económica”, publicado pelo IED no âmbito da Campanha Norte/Sul, poderá encontrar dados para enriquecer e completar a reflexão do grupo.

A situação de desigualdade entre Norte e Sul e o domínio do Norte sobre o Sul, não se restringe ao campo económico mas alarga-se, igualmente, ao nível social e cultural.

É possível que encontre na reflexão do grupo alguns elementos para alargar a discussão também à interdependência cultural.

O livro “Interdependência Cultural”, também publicado pelo IED no âmbito da Campanha Norte/Sul, contém dados que podem ser utilizados para enriquecer a completar a discussão do grupo.

O Mundo do Algodão

Fonte: Suedwind

Adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 2 horas (atenção à gestão do tempo. Se houver tempo para alargar as discussões, pode ocupar até 3 horas; se houver menos tempo disponível, pensar qual das fases deixar de fora. Uma sugestão é fazer esta dinâmica por partes, em diferentes sessões)

Palavras-chave: algodão, cadeia de produção, maquiladora*, condições de trabalho, decomposição do preço, comércio internacional

Materiais: [opcional: mapa-mundo], 7 fotos (7 fases da produção do algodão; sugerimos fazer a ampliação das fotos, trabalhando com uma foto por folha), ficha “cadeia de produção do algodão”, pedaços de algodão em bruto, ficha “mapa da viagem de umas calças de ganga” + “régua-escala” (indicativos), ficha “a viagem das minhas calças de ganga podia ser assim”, ficha “maquiladoras”, ficha “questionário sobre Maquiladoras”, [opcional: filme sobre condições de trabalho em fábricas de vestuário], ficha “trabalho em cadeia”, ficha “trabalho em cadeia por completar”

* Maquiladora, ou maquila, é uma fábrica que importa materiais e equipamento sem pagar tarifas de importação para montar / produzir e re-exportar o produto acabado, geralmente de volta para o país de origem. Situadas na América-Latina (em especial no México, na fronteira com os EUA), beneficiam de isenções fiscais, e são conhecidas por exploração da mão-de-obra e desrespeito pela legislação ambiental. Os sectores mais habituais são os têxteis, electrónica e componentes automóvel. As maquiladoras são geralmente detidas a 100% por empresas estrangeiras e o seu uso constitui um exemplo de offshoring (investimento no estrangeiro, numa zona de “paraíso fiscal”).

Introdução (15 minutos)

O jogo deve ter início com a análise do mapa-mundo, para se chegar aos conceitos de países do Norte e países do Sul, distinguindo o conceito geográfico do conceito económico. Dar exemplos de países produtores de matérias-primas no CJ, todos eles “países do Sul”, pedindo que os alunos os localizem no mapa. Perguntar porque razão a Austrália não se encontra nesse grupo (ideia a transmitir: está geograficamente no Sul, mas não é um país economicamente menos desenvolvido).

Pergunta: se no Sul não existisse nada, se não houvesse ninguém, isso tinha algum impacto sobre nós? Procurar na resposta a ligação aos produtos que consumimos.

Destacar: se o Sul fosse deserto, isso teria influência sobre nós inclusive enquanto dormimos. Os pijamas / lençóis são muitas vezes feitos com algodão e esse algodão é produzido no Sul.

Indicação: Com este jogo vamos perceber melhor como funcionam estas ligações, conhecer a realidade do algodão.

1. (20 minutos) **Exposição de Fotos:** as fases de produção do algodão

- As fotos são colocadas de forma aleatória (propositadamente pela ordem errada). Sugestão: pendurar com molas numa corda tipo roupa.
- Distribuir a ficha “cadeia de produção do algodão” (1 por aluno).
- Pedir aos alunos (voluntários), um de cada vez, para lerem em voz alta os passos da ficha (por ordem). Esse aluno, depois de ler, vai colocar a foto correspondente à sua ficha na ordem correcta. As fotos são identificadas na exposição. O procedimento repete-se até as 7 fotos estarem pela ordem correcta.

2. (5 minutos) Dar um pedaço de algodão a cada aluno e pedir-lhes para o “transformar em fio” (o objectivo desta fase é permitir o contacto com a matéria-prima e mostrar a dificuldade da tarefa). Sugestão: expor, com o nome do aluno, os resultados da fição.

Destacar que deste resultado até estar feita uma t-shirt ou um pijama, ainda falta muito.

3. (15 minutos) Distribuir fotocópias dum mapa-mundo (ver o exemplo indicativo da ficha “mapa da viagem de umas calças de ganga”), “a viagem das minhas calças de ganga podia ser assim” e um instrumento para medir as distâncias no mapa (ver o exemplo indicativo da régua-escala)

É importante salientar que este é apenas um exemplo, entre muitas alternativas. O objectivo desta fase é fazer a ligação entre as fotos e a sua localização no mapa, mostrando que desde o fio de algodão até uma t-shirt, um pijama ou umas calças de ganga estarem prontas na loja para comprar, ainda há um longo percurso a percorrer.

Preparação prévia: seleccionar um mapa-mundo para fotocopiar, em que os países estejam legíveis e que tenha uma escala, por forma a possibilitar a medição das distâncias. Pode optar por assinalar à priori os diferentes países por onde passam as calças de ganga (como ilustrado no mapa indicativo), ou deixar mais esta tarefa para os alunos. Desenhar uma régua-escala ajustada à escala do mapa seleccionado, ou pensar noutra forma que permita aos alunos fazer as medições.

Pedir aos alunos, individualmente ou em pequenos grupos, para desenharem com um marcador o percurso das calças de ganga no mapa, unindo os países/fases de produção de acordo com a ficha distribuída. Com a ajuda de uma régua-escala, deverão preencher na ficha as distâncias percorridas entre as diferentes fases de produção, calculando no final o total de quilómetros percorridos.

Em alternativa, se a questão da escala e da medição das distâncias for complicada, pode optar por eliminar a pergunta dos quilómetros percorridos, centrando-se apenas na identificação e no assinalar do percurso, o que só por si já demonstra claramente a dimensão da viagem.

Perguntas para discussão: por quantos continentes viajam as calças? Por quantos países? Papel dos países do Sul versus países do Norte.

4. (15 minutos) Olhar em detalhe um dos pontos do percurso: a costura em fábricas na Guatemala

Distribuir ficha “maquiladoras” e o questionário – para ser respondido em pequenos grupos (2 a 3 elementos). Quanto à pergunta 5, como é trabalhar numa maquiladora, as 2 fases seguintes da actividade ajudam a compreender melhor.

5. (10 minutos) Mostrar um filme ou excerto de filme sobre o trabalho em fábricas de vestuário

(a discussão sobre o filme fica para o final da fase seguinte).

6. (20 minutos) Regressar à pergunta 5 do questionário. Para que os alunos sintam um pouco o que é trabalhar numa maquiladora, introduzir a ficha **“trabalho em cadeia”**. Recorte a descrição das tarefas da ficha por forma a ter cada tarefa individualmente numa tira de papel.

- a) A cada aluno é atribuído um número de 1 a x (sendo “x” o número total de alunos). Cada aluno recebe uma ficha “trabalho em cadeia” por completar e uma tira de papel com a descrição da tarefa que lhe corresponde. Uma vez que o trabalho em cadeia é composto por 14 tarefas, se o grupo tiver mais do que 14 participantes, há que dividir o grupo em 2 sub-grupos e fazer 2 círculos. Neste caso fazem-se 2 simulações da cadeia de produção em paralelo. Os alunos devem estar sentados em círculo, à volta de uma mesa grande, por ordem (o objectivo é simular uma cadeia de produção e permitir que o último número tenha continuidade com o número 1).
- b) As fichas por completar vão circulando entre os alunos, por ordem, que têm de escrever na tarefa correspondente ao seu número o que está descrito na ficha “trabalho em cadeia”. O ritmo de circulação das fichas é imposto pelo/a animador/a, que representa o chefe da fábrica e faz papel de “chefe autoritário e antipático”: vai insistindo para que trabalhem mais depressa; recorda que no final há o controlo da qualidade; não permite que se queixem. O tempo dado tem que ser insuficiente, significando que a tarefa fica necessariamente mal acabada. O ritmo pode ser dado com um bater de palmas ou um estalar de dedos.
- c) No final, o/a chefe faz o controlo dos trabalhos e são todos despedidos por falta de qualidade.
- d) Discussão: o que sentiram? Porquê? Quais as semelhanças entre esta nossa simulação e o filme que vimos?

Sugestões para complementar a discussão: referir o tema “trabalho infantil”.

7. (10 minutos) Regressar às calças de ganga e visualizar as conclusões: ligação ao preço de venda. Decomposição: para onde vai o dinheiro?

50% retalhistas

33% marca, promoção, marketing

12% transportes

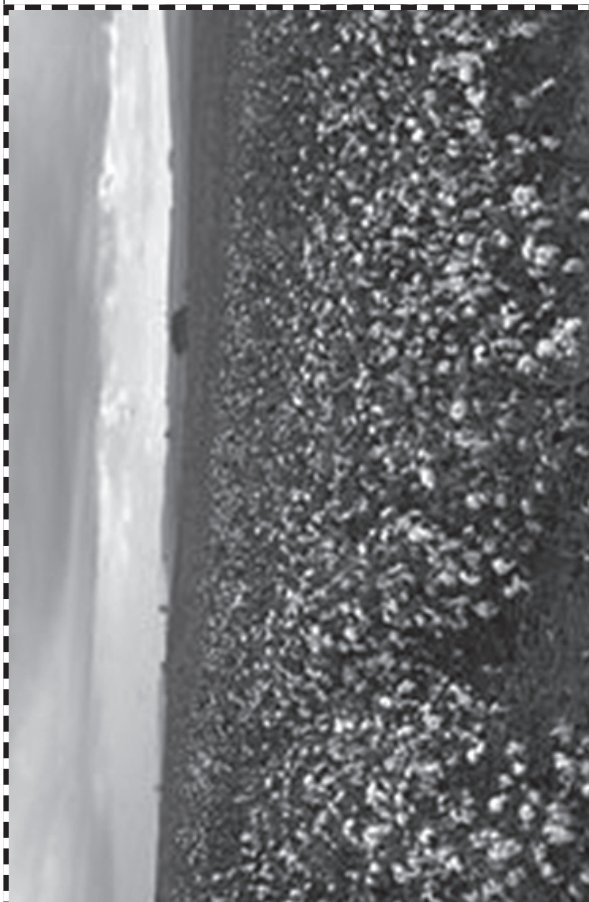
5% material

0,4% salários dos produtores

8. (10 minutos) Alternativas – que podemos nós fazer?

Referir que há várias alternativas; importa pensar em termos políticos e no cenário do próprio país; implicações nos estilos de vida / hábitos de consumo. Uma sugestão é olhar novamente para a ficha “cadeia de produção do algodão” e pensar nos problemas e alternativas das diferentes fases. Por exemplo, problemas ao nível ambiental, ao nível da organização dos trabalhadores, ao nível dos intermediários.

1. O Cultivo



2. A Colheita

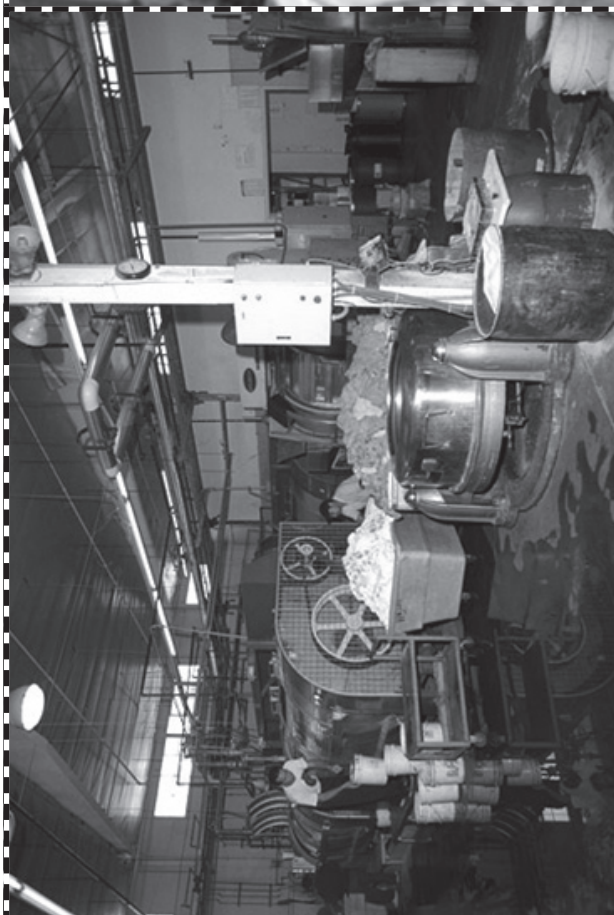


3. Fiação

4. Tecelagem



6. Tingimento e/ou Estampagem

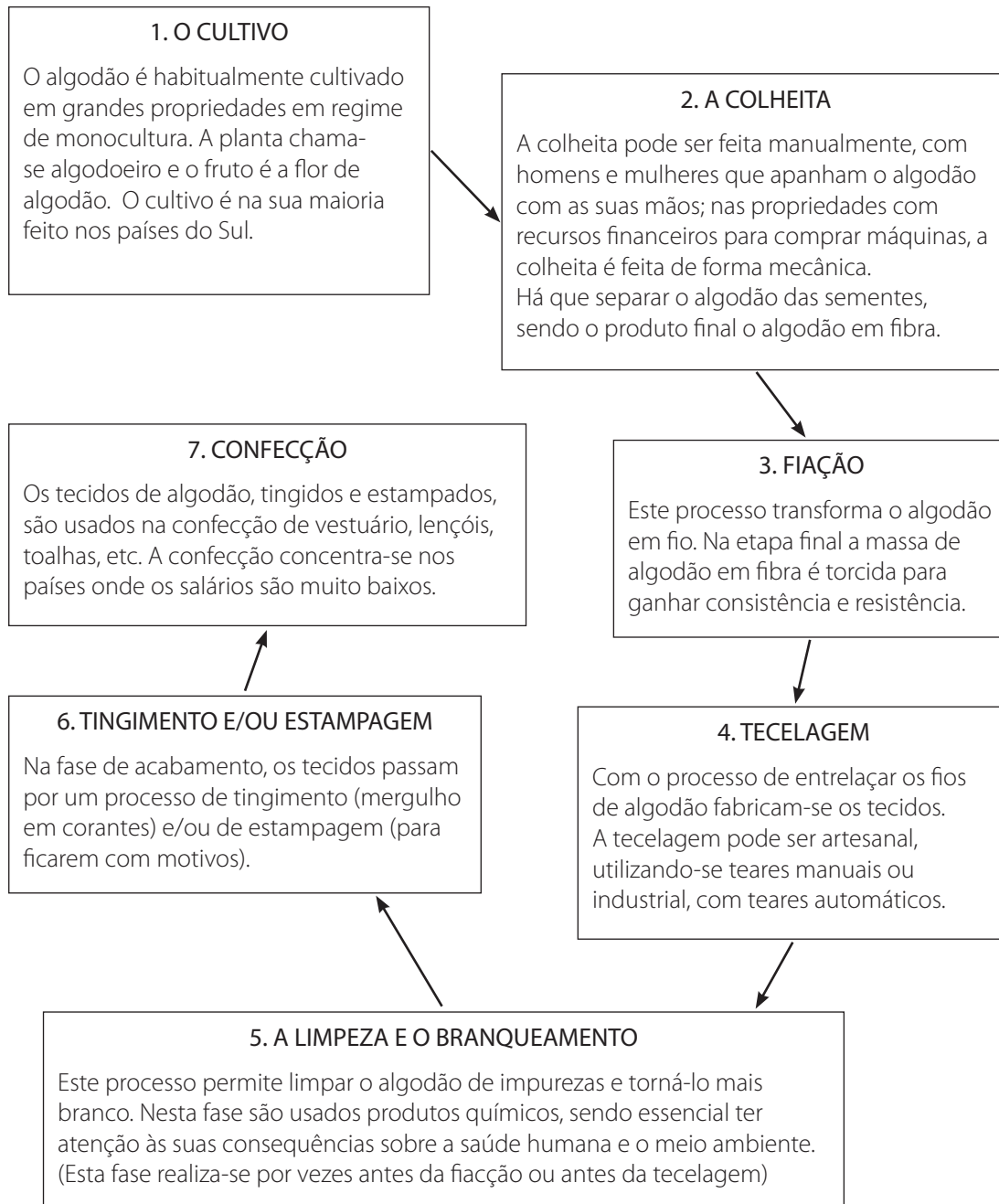


5. A Limpeza e o Branqueamento

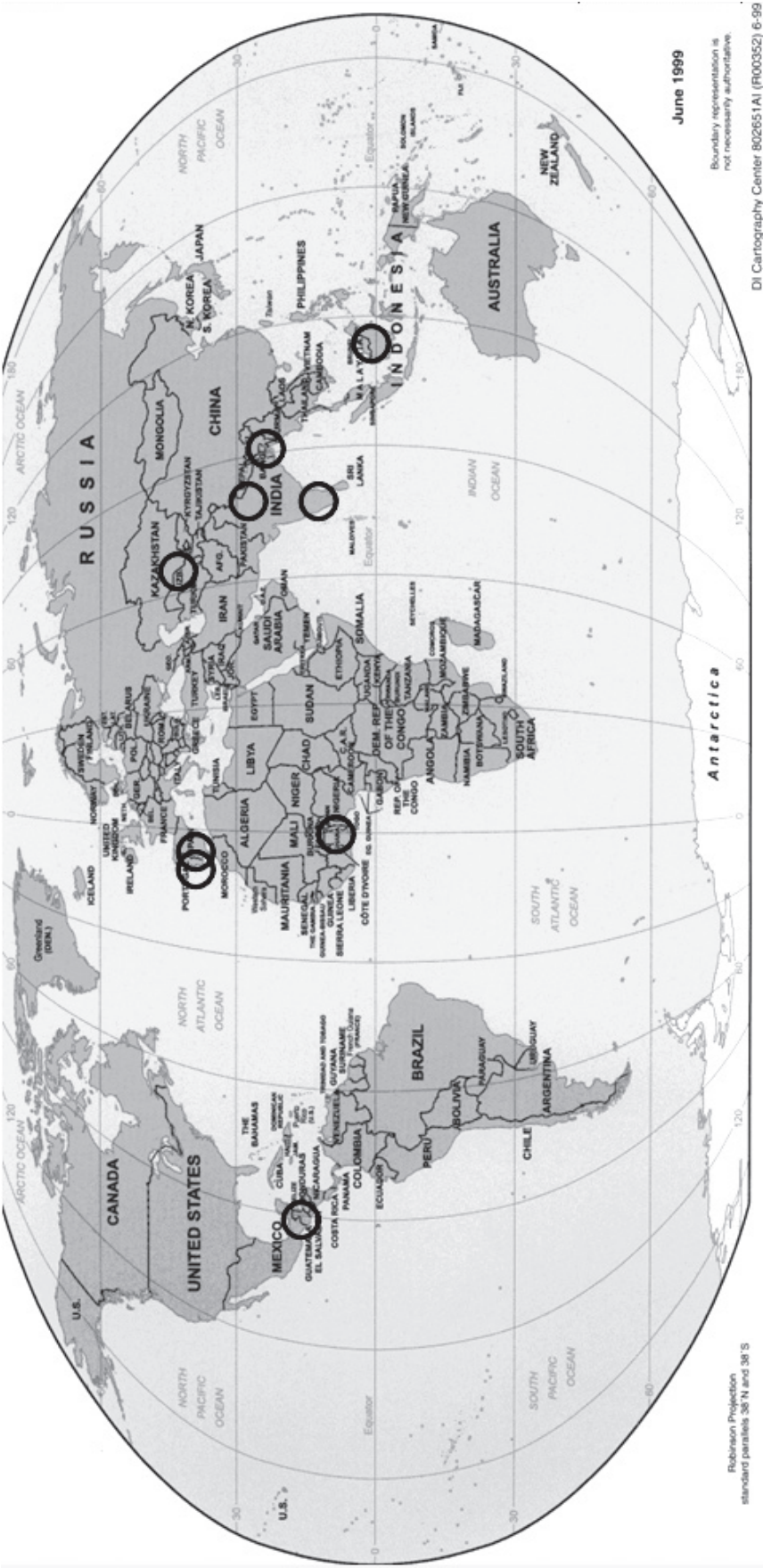


7. Confeção

A Cadeia do Algodão

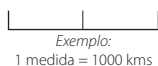


Mapa da viagem de umas calças de ganga



Régua-escala

Exemplo indicativo que serve de base para desenhar uma régua-escala ajustada à escala do mapa seleccionado, ou de inspiração para pensar noutra forma que permita aos alunos fazer as medições.



Exemplo:

1 medida = 1000 kms

A viagem das minhas calças de ganga podia ser assim...

Instruções:

Com a ficha “mapa da viagem de umas calças de ganga” e a régua-escala, preenche a tabela e calcula a distância total da viagem! Bom trabalho!

Países e fases de produção	Distância
O algodão é cultivado no Uzbequistão.	
O fio é fiado no Bangladesh.	
Depois o fio é tingido no norte da Índia.	
O fio é tecido no sul da Índia.	
O tecido é depois cortado na Indonésia.	
Os pedaços de tecido são costurados na Guatemala.	
As etiquetas são colocadas em Espanha.	
As calças de ganga são transportadas para o grossista em Coimbra.	
As calças de ganga são vendidas, em lojas, em Lisboa.	
Tu usas as tuas calças de ganga para onde quer que vás.	
As calças de ganga são vendidas no Gana como roupa de segunda-mão.	
Quilómetros totais:	

Maquiladoras

1. “Maquiladora” é uma fábrica, pertencente a uma empresa estrangeira, situada numa Zona de Comércio Livre. As empresas que gerem as fábricas pagam impostos baixos e não pagam impostos de exportação.
2. As maquiladoras situam-se geralmente nas partes mais pobres do mundo, tais como América do Sul, Ásia e Europa de Leste.
3. No México, existem cerca de 2.180 maquiladoras com mais de meio milhão de trabalhadores. Em 1991, 68% das maquiladoras pertenciam a empresas americanas.
4. Zonas de Comércio Livre são áreas industriais situadas nos países economicamente menos desenvolvidos ou na Europa de Leste, onde as empresas pagam impostos baixos e não pagam taxas de importação.
5. Nas Zonas de Comércio Livre, os trabalhadores e as trabalhadoras são geralmente muito mal pagos, sendo o salário médio mensal de 50 Euros. Os trabalhadores, na maior parte das vezes, têm que trabalhar horas extraordinárias, embora não recebam mais dinheiro por isso.
6. 10 horas de trabalho por dia é normal para estes trabalhadores. Na maioria das Zonas de Comércio Livre, os trabalhadores são proibidos de pertencer a sindicatos, não têm férias regulares e não recebem dinheiro quando estão doentes.
7. Dias de trabalho longos, postos de trabalho desconfortáveis, stress, falta de ventilação adequada e contacto com materiais perigosos pode resultar em problemas de saúde ao nível da pele, olhos, rins, músculos e circulação sanguínea, havendo frequentemente acidentes.

Questionário sobre Maquiladoras

1. O que é uma maquiladora?
 - a. Um tipo de comida
 - b. Uma fábrica, pertencente a uma empresa estrangeira, situada numa Zona de Comércio Livre
 - c. O nome duma máquina de vestuário
2. Em que partes do mundo se encontram maquiladoras?
 - a. Áustria e Grã-Bretanha
 - b. Em partes mais pobres do mundo, tais como América do Sul, Ásia e Europa de Leste
 - c. Austrália
3. O que é uma Zona de Comércio Livre?
 - a. Um local onde as empresas pagam impostos baixos e nenhuma taxa de importação
 - b. Um centro comercial onde não temos que gastar dinheiro
 - c. Um local onde podemos trocar coisas com outras pessoas
4. Porque é que empresas de outros países instalam maquiladoras nas Zonas de Comércio Livre?
 - a. Porque as condições de trabalho são muito boas
 - b. Porque as empresas não têm que pagar muito dinheiro aos trabalhadores e pagam impostos baixos
 - c. Porque está sempre calor e faz sol em países como o México
5. Como achas que seria trabalhar numa maquiladora?

Trabalho em cadeia

1. Eu desenho o modelo das calças.

2. Eu corto o tecido para as calças.

3. Eu coso os bolsos da frente e de trás.

4. Eu separo os botões por tamanhos.

5. Eu prego os botões e o fecho-éclair.

6. Eu coso as partes principais das calças.

7. Eu faço as bainhas e coso as presilhas.

8. Eu coso as etiquetas e os enfeites.

9. Eu passo as calças já prontas a ferro.

10. Eu dobro as calças em três partes iguais.

11. Eu coloco as calças em caixas de papel.

12. Eu fecho as caixas e ponho um autocolante.

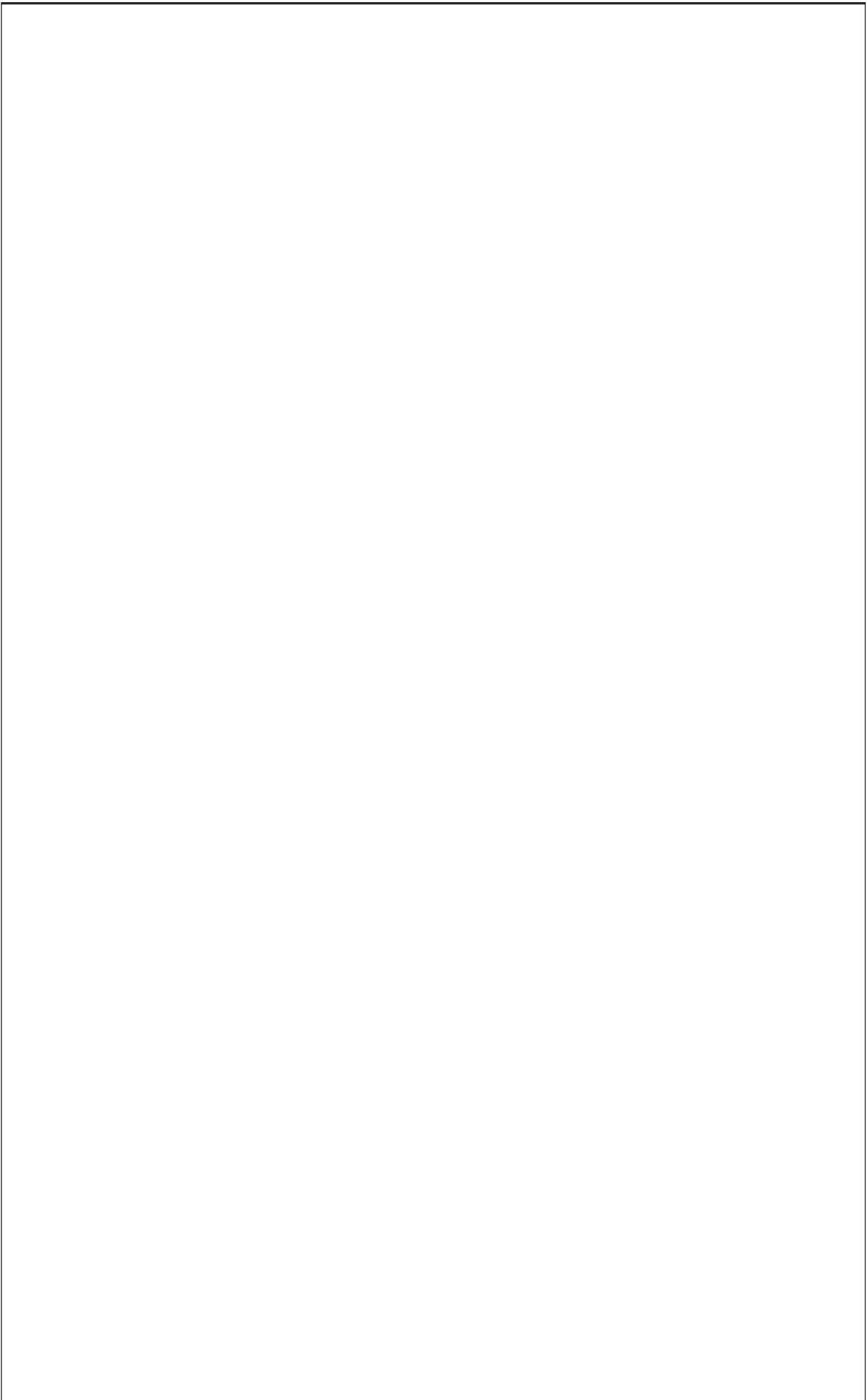
13. Eu junto as caixas em paletes grandes.

14. Eu levo as paletes cheias para o armazém.

Trabalho em cadeia

Por completar

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14..



O Jogo da Banana

Fonte: Christian Aid, adaptação pela Banana Link, Fevereiro de 2004

Adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora 35 minutos/ 2 horas

Palavras-chave: ciclo de produção da banana; plantação; expedidor, importador, grossista, maturador, retalhista; negociação; repartição do lucro/ repartição da riqueza criada

Materiais: fichas com os actores do jogo (agricultor; dono da plantação; expedidor; importador/grossista/maturador; retalhista); etiquetas para identificar os actores

Objectivo: Apresentar o ciclo de produção da banana; o que acontece a uma banana antes de chegar ao consumidor; apresentar a realidade de “quem obtém o quê” neste ciclo.

Instruções:

Parte I

- Diga ao grupo que irão jogar um jogo que mostra o percurso da banana desde que é exportada da plantação na América Latina até à nossa fruteira.
- (15 minutos) Divida o grupo em 5 grupos que representam elos deste ciclo. (Utilizamos 5 actores principais já que esta é uma versão ligeiramente simplificada do mundo real, mas adequa-se ao propósito deste jogo.) Pode fazê-lo perguntando ao grupo quem pensam ser a pessoa que primeiro contacta com a banana na cadeia de fornecimento. Quem disser “agricultor” escolhe outros “agricultores” para formarem o grupo;
- Siga o mesmo processo para preencher os papéis de dono da plantação, expedidor por via marítima, importador/grossista/maturador e retalhista. Certifique-se de que todos têm um papel a desempenhar;
- Distribua os grupos pela sala, deixando algum espaço entre eles e dê-lhes a ficha com o actor respectivo. Durante alguns minutos deixe-os imaginar o trabalho que o papel envolve;
- (15 minutos) Peça aos grupos para imaginar que a banana custa 30 cêntimos. A que porção daqueles 30 cêntimos deveriam ter direito? Peça-lhes para discutir o assunto durante alguns minutos e para preparar os argumentos que justificam as suas conclusões. Os grupos devem pensar sobre todo o trabalho envolvido e os recursos que utilizam no ciclo da banana;
- (30 a 45 minutos) Peça a cada grupo para apresentar e explicar os seus argumentos que justificam a importância a que acham ter direito. Cada grupo tem cerca de 5 minutos para a sua apresentação. O animador deverá certificar-se de que os pontos-chave para cada grupo sejam incluídos.

Parte II

10. (10 minutos) Segunda ronda: inevitavelmente, o total de todos os grupos será mais de 30 cêntimos. Precisarão então de negociar. Coloque uma pessoa de cada grupo numa fila (que representa a cadeia de produção) para que possa negociar com o jogador ao seu lado, como provavelmente aconteceria na vida real.
11. (5 minutos) Revele de seguida a distribuição real de quem recebe o quê do preço final de uma banana da América Latina. Para exemplificar, pode cortar uma banana em pedaços proporcionais à distribuição real, dando a cada grupo

o pedaço correspondente. Em alternativa, pode dar ao retalhista (quem vende ao cliente final) 30 cêntimos – o retalhista ficará com a sua parte e passará o resto ao importador, que ficará igualmente com a sua parte e passará o resto ao expedidor por via marítima e assim sucessivamente.

Actor	Valor	Proporção
Agricultor	1 cêntimo	3,33%
Dono da plantação	5 cêntimos	16,66%
Expedidor por via marítima	4 cêntimos	13,33%
Importador/grossista/maturador	7 cêntimos	23,33%
Retalhista	13 cêntimos	43,33%
Total	30 cêntimos	100,00%

Nota: Esta distribuição é relativamente precisa, mas é obviamente simplificada para o jogo. Cada país exportador de bananas terá uma distribuição ligeiramente diferente. Existe também uma diferença na forma como os lucros das bananas exportadas são distribuídos, conforme provêm de pequenas quintas ou de grandes plantações.

As pessoas, muitas vezes, perguntam acerca da distribuição do lucro de uma banana de Comércio Justo. Este jogo é sobre bananas “convencionais” – a forma como a maior parte das bananas é produzida. A questão do Comércio Justo não é abordada profundamente, já que o debate pode estagnar nas especificidades deste movimento. Outra questão é que o montante recebido por um agricultor de bananas de Comércio Justo varia de país para país, uma vez que o preço é determinado pelas circunstâncias específicas de cada país. O preço pago significa que os agricultores e trabalhadores recebem um “salário decente” – por outras palavras, um salário que lhes permite ter uma casa, alimentar e educar a família e ter um pequeno montante de sobra para despesas adicionais.

Enquanto grupo de trabalhadores ou pequenos agricultores de Comércio Justo, também lhes é pago um “prémio social” que o próprio grupo determina de que forma gastar: poderá ser para aumentar os salários, para projectos de desenvolvimento comunitário, para melhorar processos produtivos ou para questões ambientais.

3. (20 a 30 minutos) Discussão em plenário. Sugestões de discussão:

- O que é que o grupo pensa?
- Quem beneficia mais/menos? Trata-se de uma situação justa?
- Porque é que a distribuição de rendimentos é feita desta forma?
- Quem tem poder e porquê?
- O que é que poderia ser feito para melhorar a situação?
- Que papel podem os consumidores desempenhar?
- Estarias preparado para pagar mais pelas bananas se soubesses que os trabalhadores e agricultores obtinham um preço justo que lhes permitisse suprir as necessidades básicas?
- Têm conhecimento de situações semelhantes em Portugal – como por exemplo a utilização de trabalhadores ilegais na construção civil e apanha do morango?

Ideias-chave:

- Estamos ligados a pessoas de todo o mundo através dos produtos que consumimos.
- Muitos produtos das nossas lojas são feitos de matéria-prima importada dos países do Sul.
- Muitos trabalhadores de plantações não ganham o suficiente para suprir as necessidades básicas: alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação.
- Foi iniciada a etiquetagem de identificação de produtos de Comércio Justo para que os consumidores possam ter a garantia de que os produtores obtêm uma retribuição justa pelo seu trabalho.

Actores do jogo

Agricultor da banana – os vigilantes das bananas!

- 12-14 horas/dia de trabalho físico árduo sob altas temperaturas.
- Seleccionar as melhores bananas.
- Lavar bananas – mãos na água durante todo o dia.
- Cortar bananas – transportar pesados cachos de bananas às costas.
- Aplicar fertilizantes e pesticidas – pode levar a sérios riscos de saúde como cancro, esterilidade, deformações congénitas na descendência.
- Os pesticidas também são pulverizados a partir de aviões sobre escolas e casas.
- Tem de se preocupar com ter o suficiente para comprar comida, pagar as contas de saúde e pagar as despesas escolares dos filhos.
- Muitas vezes é desencorajado ou impedido de se juntar em sindicatos com outros trabalhadores para assegurar que o seu empregador respeita os seus direitos, que lhe paga como é devido e que lhe proporciona condições de trabalho e vida decentes.

Dono da plantação

1. Custos com a gestão da plantação: preço elevado dos pesticidas, do combustível para aviões de pulverização de pesticidas, das ferramentas e da maquinaria.
2. Custos com advogados no caso dos trabalhadores o processarem por acidentes de trabalho.
3. Desperdício: as normas europeias exigem fruta perfeita, sem defeitos, o que exige muito investimento e mesmo assim uma grande parte da sua colheita não está à altura das elevadas exigências. Portanto, acaba por perder muito dinheiro em cada colheita por causa destas bananas rejeitadas.
4. Factor de risco: é você que suporta os custos se a colheita for má, ou se um furacão ou uma praga destruir a colheita.
5. Investimentos de modernização: precisa de fundos para investir na modernização da sua plantação de forma a poder manter-se no negócio.
6. Custo da terra: quanto mais tempo uma plantação for utilizada para a produção de banana, mais fertilizantes precisará, já que o solo vai ficando sem os seus componentes mais importantes. Como tal, tem de investir em fertilizantes mais caros ou em mais terra.

Expedidor por via marítima

- Navios: os grandes navios cargueiros são muito caros e têm elevados custos de manutenção.
- Combustível: uma carga entre a América Latina e a Europa pode demorar até 5 semanas.
- Seguro: em caso de uma carga se perder ou sofrer danos, pelos quais seja considerado responsável.
- Refrigeração: a bordo, as bananas são mantidas em grandes compartimentos de refrigeração para as impedir de amadurecer durante a viagem, o que as faria chegar ao destino “estragadas”.
- Taxas portuárias: têm de ser pagas às autoridades portuárias em cada um dos lados da viagem.

Importador/Maturador

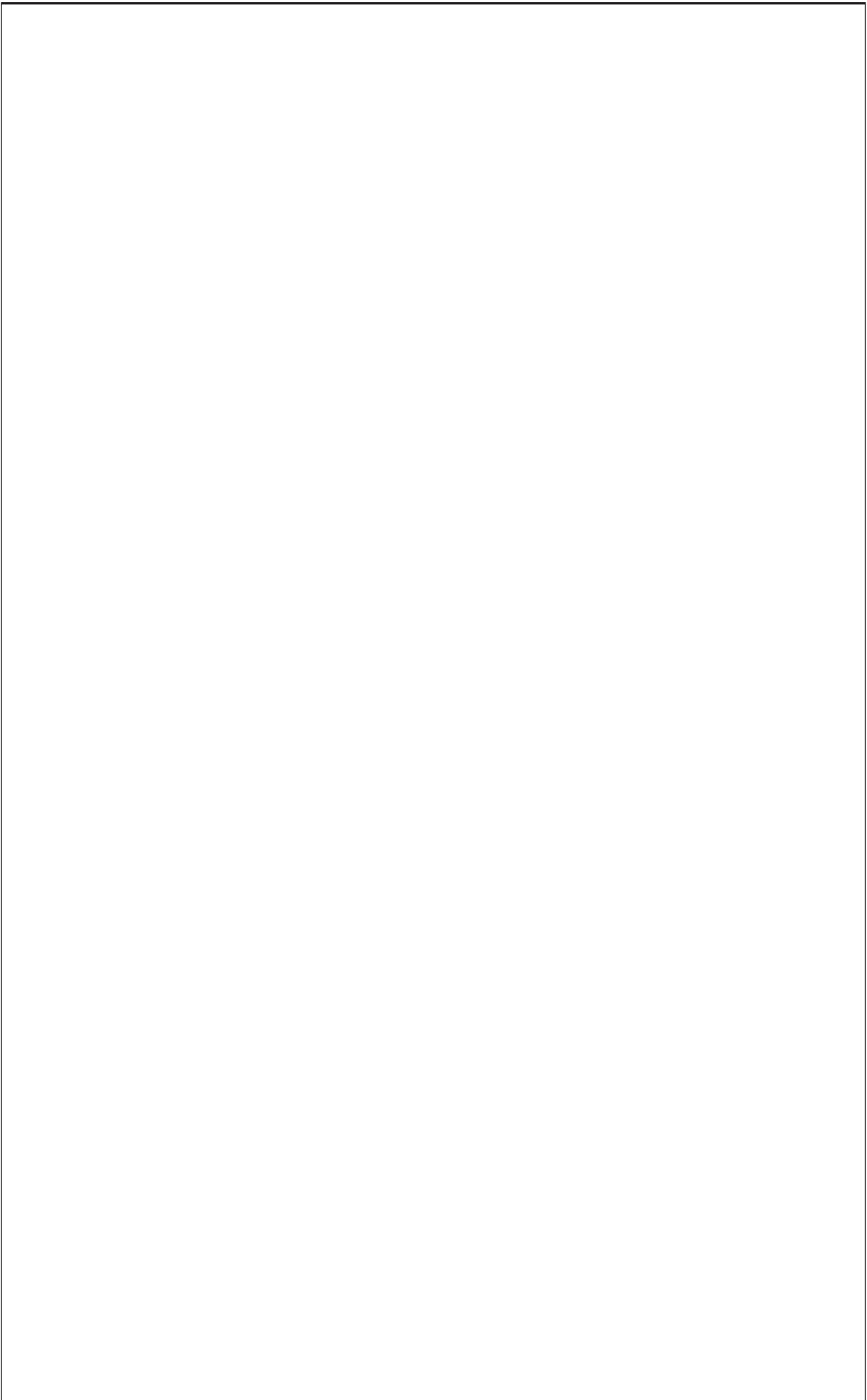
- Transporte: por caminhão desde os grandes portos europeus até grandes centros de maturação e, daí, para os retalhistas.
- Contratos: o importador tem contratos com os produtores a quem compra (prometendo comprar uma determinada quantidade de bananas por semana) e com os retalhistas (prometendo fornecer determinada quantidade de bananas por semana). Tem que cumprir estes contratos, mesmo se os produtores ou retalhistas falharem com os seus compromissos.
- Taxa de licença: os importadores pagam licenças para a importação das bananas para a União Europeia.
- Grandes escritórios/Administração: os importadores “precisam” de grandes edifícios de escritórios para a administração e burocracia que o seu trabalho envolve.
- Gás de maturação: é utilizado etileno para amadurecer as bananas.
- Reembalagem: após amadurecerem, as bananas têm de voltar a ser embaladas.

Supermercados

- Colaboradores: os supermercados precisam de muitos colaboradores.
- Custos de funcionamento: iluminação, transporte, design de uniformes dos colaboradores, sacos de transporte, entre outros.

Desenvolver/comprar novas propriedades para permanecerem competitivos.

- Risco: os supermercados não podem deixar a imagem degradar-se no que diz respeito à qualidade dos seus produtos. Se as bananas forem mal manuseadas ou chegarem às prateleiras demasiado amadurecidas acabarão por perder clientes a longo-prazo.
- Imagem/publicidade: para atrair e manter clientes, os supermercados precisam de investir em publicidade e construção da imagem.



Luzes e Sombras

Fonte: “Global Express, La actualidad en el aula”, Maio 2007, Intermón Oxfam
<http://www.intermonoxfam.org>

Tradução e adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos

Palavras-chave: turismo internacional, turismo responsável, impactos locais do turismo

Materiais: [opcional: acetatos e projector]; folhas de papel e canetas; quadro ou Flip-chart; fotocópias da ficha “vantagens do Turismo”; fotocópias da ficha “Desvantagens do Turismo”

Objectivos: Pôr em questão as informações positivas que recebemos sobre o turismo, propondo a reflexão e o conhecimento sobre os aspectos positivos e negativos do turismo.

Instruções

- [10 minutos] Ler a seguinte introdução à questão do turismo: [uma opção é colocar esta informação num acetato e projectá-lo, para que a informação seja mais facilmente transmitida]
 1. O turismo é a maior indústria do mundo, à frente da indústria automobilística ou petrolífera. Mais ainda, depois do tráfico de armas, é o maior negócio no âmbito internacional, sendo que no ano de 2005 representou 11% do PIB mundial. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), prevê-se que o número de viajantes internacionais – que foi de 808 milhões em 2005 – chegue quase aos 1.000 milhões em 2010 e possa alcançar os 1.600 milhões em 2020;
 2. O turismo é uma realidade que provoca a movimentação de milhões de pessoas por grande parte do planeta. Naturalmente, estas deslocações, que aos poucos se concentram em determinadas áreas dos diversos continentes, têm enormes consequências em todos os âmbitos – económico, social, cultural e ambiental – e não são valorizadas da mesma forma por todos.
- [15 minutos] Dividir as/os participantes em pequenos grupos – pedir-lhes para pensarem nos possíveis aspectos positivos e negativos do impacto do turismo para os países do Sul. Devem registar tudo em papel, fazendo 2 listas: uma lista para os aspectos positivos e uma lista para os aspectos negativos;
- [15 minutos] Partilhar em plenário o trabalho dos grupos, elaborando duas listas em conjunto, na qual todos se revejam;
- [20 minutos] Distribuir fotocópias da ficha “Vantagens do Turismo”. Dizer aos grupos para lerem a ficha com atenção e, com base nas informações apresentadas, devem completar a lista de possíveis vantagens do turismo para os países, em especial para os países mais pobres;
- [30 minutos] Distribuir fotocópias da ficha “Desvantagens do Turismo”. Dizer aos grupos para lerem a ficha com atenção. No final, colocar as seguintes perguntas:
 1. Que questões vos surpreenderam? Porquê?
 2. A que conclusões chegaram?
 3. Com base nas informações apresentadas, completem ou modifiquem a lista de possíveis desvantagens do turismo que elaboraram.

Vantagens do Turismo

O turismo é riqueza para a pessoa, para a família, para a comunidade e para o mundo inteiro.

Fonte: Organização Mundial do Turismo, 2002

O turismo converteu-se na principal fonte de divisas para os 49 países menos desenvolvidos (excluindo a indústria petrolífera), com um incremento das suas receitas de 47% nos últimos 10 anos, face aos 7,8% que registaram os países da União Europeia.

Fonte: Jornadas de Turismo Justo: Amparo Sancho, "Un reto para el desarrollo".

O turismo constrói-se a partir de recursos naturais (sol e praia) e/ou culturais, especialmente presentes nos países empobrecidos.

Para iniciar o sector turístico são necessários menos requisitos do que para outras actividades e menos gastos de manutenção.

O sector do turismo é intensivo em mão-de-obra, a qual, por outro lado, não requer uma formação inicial excessiva para a maioria dos postos de trabalho.

A chegada do turismo serve para potenciar o desenvolvimento das obras públicas e do transporte, o que pode beneficiar as comunidades locais.

Por se tratar de um serviço que se consome no momento da sua utilização, ou seja, no próprio país, o turismo pode estimular a procura e a produção interna de outros bens e serviços (por exemplo, os alimentos).

Desvantagens do Turismo

O turismo ameaça a Reserva de Biosfera de Marrocos

Na lagoa de Smir e na zonas húmidas de Restinga-Smir vão-se construir três grandes complexos turísticos. Dois deles irão afectar directamente estas zonas. Já não haverá zonas naturais em toda a costa que vai de Ceuta a Tetuán, já não haverá lugar para que as aves migratórias possam descansar e alimentar-se. A contaminação da costa com águas residuais aumentará, o que provoca o desaparecimento de muitas espécies marinhas.

Fonte: www.turismoresponsable.net

Nos países do Sul, muitas das obras públicas destinadas à melhoria das infra-estruturas para aumentar o desenvolvimento turístico fazem-se com fundos públicos, que deixam de ser investidos em saneamento, educação ou agricultura. Isto representa um grave prejuízo para as populações locais.

Em relação ao tema da ocupação, o sector turístico é muito atractivo, já que oferece salários mais elevados do que outros sectores económicos, como por exemplo a agricultura. No entanto, provoca que a população mais jovem abandone o campo e vá viver nas zonas pobres que rodeiam os complexos turísticos, onde esperam encontrar um trabalho temporário e vulnerável.

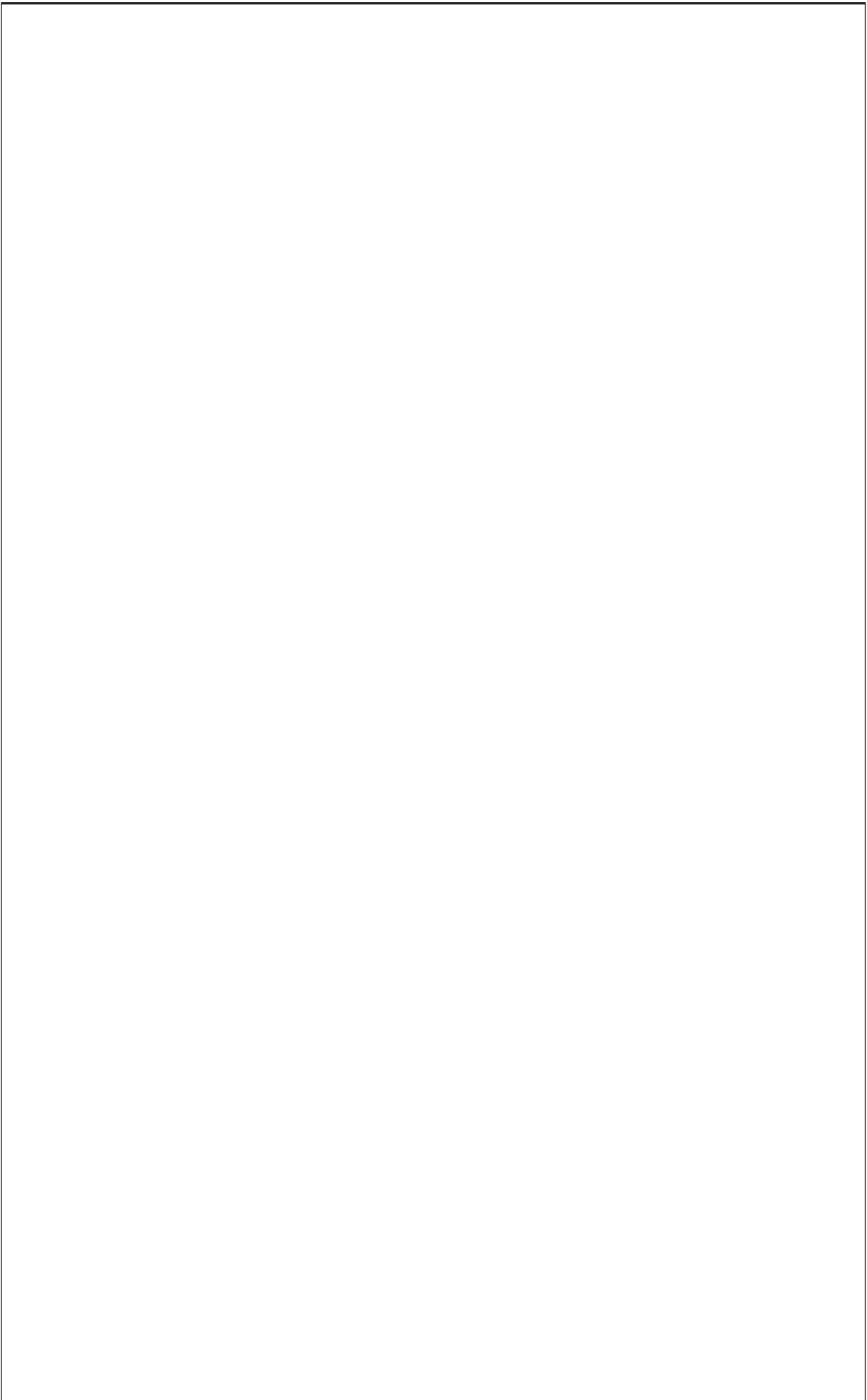
Perder a terra significa entrar forçosamente na economia global do dinheiro. O dinheiro é a única moeda reconhecida pela economia global. Sem dinheiro (e sem trabalho) não há saída, porque a terra e o antigo estilo de vida já não existem. Pode-se dizer que o turismo destrói postos de trabalho na medida em que contribui para afastar a população da terra. Em síntese, o turismo destrói sistemas de sobrevivência.

Fonte: Nocholson-Lord D. "Viaggiatore d'Occidenti", em *Internazionale*. 17/10/1997.

Turismo sexual em crescimento

20% das viagens realizadas por turistas ocidentais possuem fins sexuais, sendo que 3% destas são protagonizadas por pedófilos. Estes foram os dados estatísticos apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante a I Conferência Internacional sobre o Turismo e a Exploração Sexual Comercial Infantil [Março 2007]. De acordo com a OIT (...) "este é um negócio que gera milhões e encontra-se em franca expansão". As estatísticas apresentadas pela OIT mostram também que das cerca de 800 milhões de viagens turísticas realizadas em 2006, 160 milhões tiveram como objectivo o turismo sexual infantil.

Fonte: www.publituris.pt



Vamos de Viagem!

Fonte: “Global Express, La actualidad en el aula”, Maio 2007, Intermón Oxfam
<http://www.intermonoxfam.org>

Tradução e adaptação: CIDAC

Duração aproximada: 1 hora/ 1 hora 15 minutos

Palavras-chave: turismo internacional, turismo responsável, Código Ético Mundial para o Turismo

Materiais: fotocópias da ficha “Viagem – Plano das Actividades”; fotocópias da ficha “Respeito pelo Código Ético Mundial para o Turismo – Sim ou Não”

Instruções

- Explicar que o objectivo deste jogo é planear uma viagem de finalistas, com a duração de 7 dias. O destino será escolhido entre todos;
- [15 minutos] Dividir as/os participantes em grupos e pedir-lhes para pensarem com detalhe nas actividades previstas durante as 24 horas de cada um dos dias da viagem. Para o efeito, distribuir a ficha “Viagem – Plano das Actividades” (ou, em alternativa, pedir para os grupos desenharem eles próprios uma tabela idêntica em folhas brancas);
- [15-30 minutos] Informar que existe um Código Ético Mundial para o Turismo, que foi adoptado pela Organização Mundial do Turismo em 1999, assim como pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 21 de Dezembro de 2001. Distribuir a ficha “Respeito pelo Código Ético Mundial para o Turismo – Sim ou Não” e pedir que os grupos a preencham segundo as instruções na própria ficha. Para grupos mais jovens, ou quando o tempo disponível for menor, poderá utilizar apenas a 1ª página da ficha;
- [15 minutos] Pedir aos grupos para, com base na ficha anterior, fazer 3 alterações que considerem imprescindíveis à sua programação inicial para que as directrizes do referido Código sejam cumpridas;
- [15 minutos] Em plenário, pedir aos grupos para debater: o que acharam mais difícil? O que os surpreendeu mais? Que conclusões tiram?

Viagem – Plano das Actividades

Descrição: viagem de finalistas

Duração: 7 dias

Destino: _____

	MANHÃ	TARDE	NOITE
1º DIA			
2º DIA			
3º DIA			
4º DIA			
5º DIA			
6º DIA			
7º DIA			

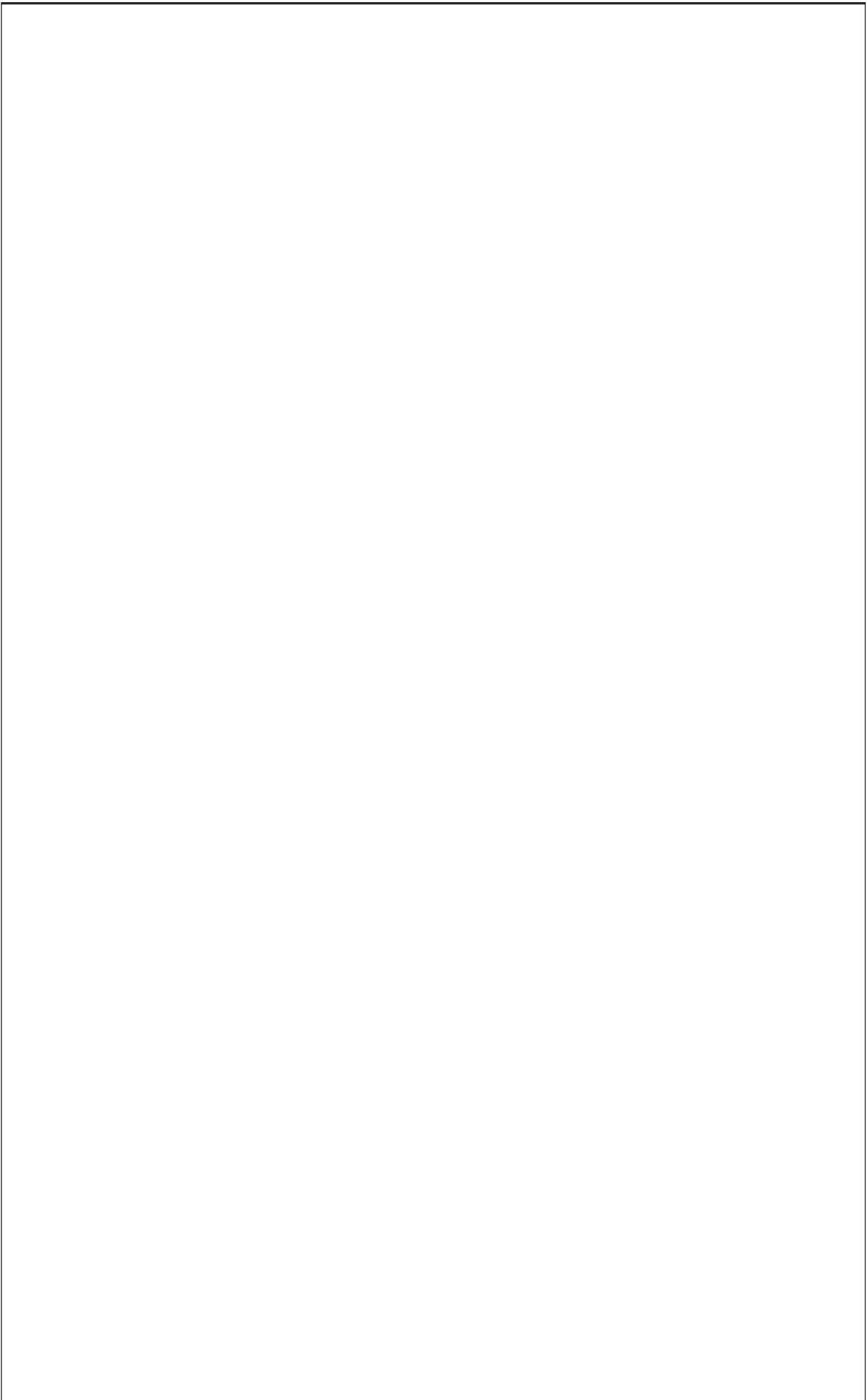
Respeito pelo Código Ético Mundial para o Turismo – Sim ou Não

Analisem se o vosso projecto de viagem turística respeita, ou não, os seguintes aspectos retirados do Código Ético Mundial para o Turismo, justificando o porquê da vossa resposta.

ARTIGOS	SIM	NÃO	PORQUÊ
A viagem está organizada a partir do conhecimento das particularidades, tradições, leis e características sanitárias do país a visitar.			
Consideramos o turismo como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e colectivo. As nossas actividades turísticas irão respeitar e promover os Direitos Humanos.			
Na preparação da viagem valorizámos a salvaguarda do meio ambiente, dos recursos e do património natural. Podemos classificar a nossa viagem como “eco-turismo”.			
As actividades turísticas programadas respeitam o património artístico, arqueológico e cultural. Não contribuem para a sua normalização (ou alienação) e empobrecimento.			
Asseguramo-nos que os benefícios da viagem contribuem para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e que respondem às suas necessidades.			
Através das autoridades e da imprensa especializada em turismo, informámo-nos sobre situações de conflito ou possíveis riscos na região a visitar.			
Consideramos o turismo como um direito pessoal a descobrir as riquezas do nosso mundo, entendendo-o como uma consequência do direito ao descanso e ao tempo livre.			
Segundo o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os turistas e visitantes beneficiam da liberdade de circular pelo interior dos seus países ou de um Estado para outro. Conhecemos esta legislação.			

ARTIGOS	SIM	NÃO	PORQUÊ
Existe uma relação equilibrada entre empresas de países emissores e receptores, contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável do turismo e para uma repartição equitativa dos benefícios do seu crescimento. Exigimos este tratamento equitativo na nossa viagem.			
Sabemos que os agentes públicos e privados do desenvolvimento turístico irão cooperar na aplicação dos presentes princípios e irão controlar a sua prática efectiva.			

Globalização e Pobreza



A Luta por Riqueza e Poder

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos

Palavras-chave: pobreza, globalização, desigualdade, poder

Materiais: 120 moedas, 3 a 4 pares de meias, 2 folhas grandes (A3) e marcadores, papel e canetas

Preparação:

Leia o exercício até ao fim para ficar com uma ideia do desenvolvimento da actividade. Note, por exemplo, que a simulação se divide em três partes: 1.ª parte – A corrida (10 minutos); 2.ª parte – Os donativos (10 minutos); 3.ª parte – Fomentar a justiça económica. A análise será feita apenas no final da actividade.

- O coordenador do jogo selecciona e guarda 20 moedas (ficando ainda com 100);
- Escolher 3 pessoas para representarem os migrantes;
- Fazer uma tabela onde se possa marcar a riqueza dos jogadores;
- Preparar uma outra tabela intitulada "Doadores Honorários".

Instruções:

Explicar que esta actividade consiste numa simulação onde os participantes vão distribuir a riqueza e o poder do mundo entre si.

1.ª Parte: A corrida (10 minutos)

1. O objectivo do jogo é obter o maior número possível de moedas. Só têm de obedecer a uma regra: nenhum participante pode tocar noutro membro do grupo (podem até estipular uma penalidade para quem quebrar essa regra como, por exemplo, pagar uma moeda);
2. Pedir a todas as pessoas, excepto aos que vão desempenhar o papel de "migrantes", que se sentem no chão, em círculo (de forma a que tenham espaço suficiente para jogar);
3. Distribuir as 20 moedas guardadas por 4 ou 5 participantes;
4. Dar a cada um dos 4 restantes participantes um par de meias. Explique que vão ter de as manter enfiadas nas mãos durante todo o jogo. As discussões em relação às razões para partilhar as moedas ou as meias devem ser adiadas até à fase de análise da actividade;
5. Espalhe as restantes 100 moedas de forma equitativa pelo meio do círculo;
6. Quando ouvirem a palavra "comecem", os participantes devem recolher o maior número de moedas possível. Isto provavelmente não demora mais de 2 minutos;
7. Quando tiverem recolhido todas as moedas, cada participante deve informar o resto do grupo da sua riqueza. Na tabela da riqueza, faça o registo do nome do participante e do número de moedas recolhidas;
8. Lembrar os participantes que essas moedas representam a sua riqueza e o seu poder no mundo. O montante que possuem determina a sua capacidade de satisfazer as suas necessidades (ou seja: educação básica, alimentação adequada, bons cuidados médicos, alojamento) e os seus desejos (ou seja:

educação superior, carro, computador, brinquedos, televisão e outros produtos de luxo). E tudo de acordo com a lista que se segue:

- a) Seis ou mais moedas – os participantes serão capazes de satisfazer as suas "necessidades" e a maioria dos seus "desejos".
- b) Três a cinco moedas – os participantes serão capazes de satisfazer as suas "necessidades" básicas.
- c) Duas ou menos moedas – os participantes terão dificuldades em sobreviver devido a doenças, falta de educação, má nutrição e falta de alojamento.

Nota: Se o grupo for pequeno, usar menos moedas. Por exemplo, para 12 pessoas usar 80 moedas. Em alternativa, reajustar o número de moedas necessário para cada nível de riqueza. Para que os resultados sejam demonstrativos da realidade, deverá haver um número muito reduzido de participantes com seis ou mais moedas, havendo uma clara maioria de participantes nos outros dois níveis (3 a 5 moedas e 2 ou menos moedas).

2.ª Parte: Os Donativos (10 minutos)

1. Informar os participantes que podem, se quiserem, dar moedas aos outros membros do grupo. No entanto, não são obrigados a isso. Caso o façam, o seu nome será anotado como doadores, na lista de "Doadores Honorários";
2. Durante 3 a 4 minutos, os participantes podem redistribuir o dinheiro se o quiserem fazer;
3. No final, perguntar o nome dos participantes que quiseram doar as suas moedas e o montante doado. Anotar os seus nomes na lista de "Doadores Honorários";
4. Verificar na tabela da riqueza se alguém mudou de categoria como resultado desta redistribuição de moedas e registar as alterações na tabela com uma seta.

3.ª Parte: Fomento da justiça económica (40 minutos)

1. Dividir o número de participantes em três grupos em função do número de moedas que eles tenham (muita riqueza, alguma riqueza e pouca riqueza);
2. Pedir a três "migrantes" para se juntar a outro grupo. Anotar as suas reacções ao serem colocados num grupo e não no outro, mas não discutir esta colocação até à análise no final;
3. Distribuir as canetas e o papel. Cada grupo tem como tarefa criar um plano para uma repartição justa das moedas (a riqueza do mundo) de forma a diminuir o fosso entre as diferentes categorias de riqueza e de poder. Cada plano deve:
 - Explicar o que precisa de ser feito (o que for preciso);
 - Descrever os planos do grupo e as suas razões;
 - Mostrar a razão da justiça do plano.
4. Os grupos têm 10 minutos para esboçarem os seus planos. Explicar que não são necessários grandes detalhes, mas que devem realçar algumas das acções e abordagens possíveis para acabar com o problema da pobreza;
5. Pedir a cada grupo que nomeie um porta-voz para explicar o plano ao resto dos participantes e para responder a dúvidas que possam surgir. Anotar os planos numa folha A3;
6. Anunciar que vão levar os vários planos a votos para decidir qual será adoptado. A distribuição dos votos será a seguinte:
 - Cada participante do grupo com "muita riqueza e poder" – 5 votos.
 - Cada participante do grupo com "alguma riqueza e poder" – 2 votos.
 - Cada participante do grupo com "pouca riqueza e poder" – meio voto.

7. Pedir aos participantes que votem. Registrar os votos numa folha A3 e anunciar qual o plano vencedor;
8. Desenvolver o plano e, caso seja necessário, redistribuir a riqueza.

Análise e avaliação

Comece por avaliar a forma como decorreu a actividade e pergunte aos participantes se se divertiram. Depois comentem o que aconteceu e o que foi aprendido. Promova a discussão, baseada nas seguintes perguntas:

1. O que é que os participantes sentiram sobre a forma como as moedas foram adquiridas e distribuídas? Sentiram-se tratados com justiça?
2. Quais os motivos que levaram os participantes a oferecerem as suas moedas? Para serem “notados”? Porque se sentiam culpados? Outras razões?
3. Como se sentiram as pessoas que receberam as moedas na parte 2? Agradecidas? Auxiliadas?
4. E os participantes com as meias? Que tipo de pessoas representam? Ficaram em que grupo?
5. E os 3 “migrantes” distribuídos pelos grupos: sentiram-se tratados com justiça? O que aconteceu com eles é semelhante ao que acontece com pessoas em todo o mundo? Que tipo de pessoas?
6. Quais as diferenças entre os planos propostos para a existência de uma distribuição justa? Estes planos reflectiram a riqueza do grupo que fez a proposta?
7. Porque é que alguns participantes tiveram mais votos que outros? Isto foi uma representação correcta da distribuição de poder no mundo?
8. Os Direitos Humanos são infringidos quando existem tais diferenças de riqueza e poder? Se sim, quais?
9. Deviam os que “têm” estar preocupados com os que “não têm”? Porquê? Razões de segurança, económicas, morais/religiosas ou políticas? Porque será que os que “têm” dão dinheiro e recursos aos que “não têm”? É possível resolver os problemas de pobreza desta forma?
10. Que podem fazer os que “não têm” para melhorar a sua situação? Que tipo de acções foram tomadas na realidade?

Dicas para o animador

O objectivo desta actividade consiste em consciencializar as pessoas para a desigualdade na distribuição da riqueza e do poder no mundo. No entanto, há o perigo de confirmarem as desigualdades dentro do seu grupo. Assim, tenha em atenção a composição social e económica do grupo e desenvolva o debate de acordo com as diferentes realidades dos participantes. Peça-lhes que se deixem envolver pelo jogo de maneira a que pareça que as moedas sejam realmente a sua riqueza.

Deixe bem claro que, tal como acontece na vida real, se eles derem algumas das suas moedas, perderão parte da sua riqueza e poder. Se estiver demasiado calor para usar meias, pense noutra solução para diferenciar os participantes que têm mais riqueza e poder dos outros. Pode, por exemplo, avisá-los de que só poderão entrar 15 a 30 segundos mais tarde do que os mais ricos. Ou então pode atar-lhes uma das mãos atrás das costas – se eles forem dextros, ate a mão esquerda e vice-versa.

As questões sugeridas para análise e avaliação são complexas e podem, por isso, requerer tempo e discussões profundas. Se tiver pouco tempo ou se o grupo for demasiado grande, aconselhamos a que divida as perguntas por pequenos grupos. Estes grupos mais pequenos devem ser "mistos", ou seja, devem incluir pessoas das três diferentes categorias. No final, peça aos grupos para nomearem um porta-voz que apresente os resultados da análise em plenário, para que todos possam ter hipótese de ouvir e reflectir sobre as várias questões.

Nota: esta actividade foi adaptada de uma outra que encontrámos no Centro de Recursos de Direitos Humanos "Justiça social e económica: uma perspectiva de Direitos Humanos", na Universidade do Minnesota, 1999.

Sugestões para aprofundamento

Pode aprofundar ainda mais estas questões ou pedir aos participantes que escrevam um relatório. Sugerimos os seguintes tópicos:

- Como é que a riqueza e o poder afectam a capacidade individual de usufruirmos dos nossos Direitos e dignidade Humana?
- Há alguma responsabilidade associada à riqueza e ao poder?

Ideias para Acção

Entrem em contacto com uma organização que trabalhe com pessoas desfavorecidas na vossa comunidade, de forma a assegurar as necessidades locais. Desenvolvam um projecto que possa ajudar a vossa comunidade.

Muitas vezes, fazer alguma publicidade ao problema é um passo de gigante para uma mudança. Por isso, pode sugerir que os participantes discutam o problema da distribuição da riqueza com os seus pais e amigos.

Horóscopo da Pobreza

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 1 hora

Palavras-chave: pobreza, globalização, direitos sociais

Materiais: [anexo: cartões], uma folha de papel para cada participante, uma folha grande de papel ou um quadro, marcadores ou giz, fita-cola.

Preparação

Fotocopie as cartas do horóscopo e da vida e recorte-as. Junte quatro cartas da vida com o horóscopo correspondente em três conjuntos. Guarde cada conjunto num envelope para que não se misturem.

Instruções

1. Faça uma pequena introdução à actividade. Fale brevemente sobre os horóscopos em geral. Os participantes costumam ler horóscopos? E acreditam no que lêem? Que tipo de informação é que nos costumam fornecer?
2. Divida o número de participantes em três grupos e entregue a cada um o envelope com os conjuntos das cartas da vida e horóscopos.
3. Os grupos têm 20 minutos para inventar o horóscopo das quatro cartas da vida que lhes foram dadas. Devem usar a imaginação, a intuição e mesmo o senso comum para prever o que irá acontecer a essas pessoas no próximo ano. Não se esqueça de os avisar que, nesta actividade, não há respostas certas ou erradas, mas que os participantes devem tentar fazer previsões que estejam dentro dos limites da realidade.
4. Quando tiverem terminado chame-os para o plenário. Cada grupo, na sua vez, deve apresentar o trabalho que realizou: primeiro, apresentar as personagens, lendo as cartas da vida e, depois, ler os horóscopos por eles imaginados.
5. No final, cole os cartões numa folha de papel para fazer uma tabela (não se esqueça de que a folha tem de ser grande).

Análise e avaliação

Inicie a análise perguntando a cada grupo como é que decidiram o futuro de cada uma das personagens. Tente, com a ajuda deles, definir pobreza e discutir as consequências da mesma.

- Que imagens vêm logo à cabeça quando pensamos em pessoas carenciadas? E quais as diferenças entre o nosso próprio país e os países em desenvolvimento? São estereótipos? As imagens correspondem à realidade? Onde é que as pessoas vão buscar essas informações?
- Como é que os participantes definem pobreza?
- Uma pessoa pode ser considerada "rica" num país e "pobre" noutro? Ou seja, a pobreza é relativa e depende do contexto?
- Na vossa sociedade, por que é que algumas pessoas são ricas e outras são pobres?
- Quais são as formas de escapar à pobreza, tanto no vosso país como na Eritreia, que é um dos países mais pobres do mundo? Ter um tio rico? Ganhar a lotaria?

Ter educação? Ser saudável? Conhecer as pessoas certas? Trabalhar muito? E que mais?

- Será que é fácil para as pessoas pobres libertarem-se desse círculo de pobreza? Ou melhor, se uma pessoa nasce numa família pobre, qual é a probabilidade de continuar pobre quando for adulto?
- Que tipo de oportunidades têm as pessoas ricas?
- Que tipo de oportunidades têm as pessoas pobres?
- As pessoas têm culpa de serem pobres? Será que é simplesmente o destino? Será que a culpa é das forças sociais, políticas e económicas?
- A pobreza anda normalmente de mãos dadas com a fome, má nutrição, saúde precária, falta de instrução, falta de habilitações e desemprego. Será coincidência ou estão mesmo relacionadas? Se sim, quais são as relações?
- De uma forma geral, como é que as pessoas tratam/vêem os pobres?
- Que tipo de programas políticos e sociais originam um maior número de oportunidades de vida para todos os cidadãos?
- Até que ponto a educação é uma chave fundamental na redução da pobreza no vosso país?
- Na maioria dos países, o fosso entre os ricos e os pobres continua a aumentar. O abismo entre os vários países está também a aumentar. Que consequências trará para a Europa?
- Será que esse aumento é grave? Se os participantes acharem que sim, então quem tem a responsabilidade de reduzir esse fosso?
- O que é que indivíduos, grupos, comunidades locais e países podem fazer para diminuir esse abismo?

Dicas para o animador

Explique aos participantes que este horóscopo tem como objectivo dar asas à imaginação e que não é, de todo, necessário que eles sejam astrólogos ou tenham conhecimentos sobre as características normalmente atribuídas aos signos do Zodíaco. Devem sim prestar atenção aos detalhes que lhes são fornecidos nas histórias de vida e usar a sua cultura geral e os seus conhecimentos de história, economia e sociologia. No item "Amor", devem ter em atenção e referir, não só pormenores para a vida amorosa da personagem, como também o relacionamento com a família e com os amigos.

Variantes

O animador pode adaptar e substituir as histórias, por outras que considere mais interessantes ou mais apropriadas, ou até mesmo por casos reais que conheça, ou dos quais tenha ouvido falar, dentro da comunidade ou região onde vivem.

Cartões pessoais

Maria, mãe solteira com três filhos, vive numa zona muito pobre da Ilha da Madeira, Portugal. O seu último companheiro acabou de abandoná-la. Trabalha para uma família rica como empregada, mas por quanto tempo? Alguém roubou um anel da senhora, que suspeita das criadas domésticas. Como não conseguem descobrir quem roubou o anel, todas as empregadas vão ser despedidas. Maria é Capricórnio.

Amina é da Turquia. Vive numa pequena aldeia numa das regiões mais pobres do país. Tem 12 anos e os seus pais - aldeões muito pobres – falam já em arranjar-lhe um marido. Mas ela não quer casar-se e, por isso, decidiu fugir de casa para a capital, onde espera conseguir um futuro melhor. Amina é Gémeos.

Misha é de Tornsk, na Sibéria. Está desempregado há vários meses e não sabe o que fazer. A sua mulher está muito doente e tem de ficar na cama o dia todo. Tem quatro filhos com 20, 18, 10 e 8 anos e os dois mais novos são portadores de deficiência. Misha é Virgem.

Yuriy vive com os pais e três irmãos mais novos em Tornsk, na Sibéria. Tem 20 anos e é jogador de hóquei no gelo com uma carreira promissora. O tio, que vive na América, ofereceu-se para arranjar uma bolsa de estudo para que ele possa ir estudar para lá. O pai de Yuriy, Misha, está desempregado há vários meses e, por agora, a única fonte de rendimento da família são os pequenos trabalhos de Yuriy. Yuriy não sabe o que fazer. A mãe está muito doente, os dois irmãos mais novos são portadores de deficiência e a família depende dele. Yuriy é Caranguejo.

Bengt é um jovem “cabeça rapada” sueco. Já foi preso duas vezes este ano por comportamento violento. Está desempregado há dois anos e, apesar disso, continua a rejeitar as ofertas que lhe têm sido feitas. Prefere passar o tempo a treinar o cão – um pitbull terrier –, a exercitar-se no ginásio e a passear na rua com os seus amigos, que estão ligados a vários incidentes racistas nos últimos tempos. Bengt é Carneiro.

Ricardo vive sozinho em Barcelona, Espanha, num pequeno apartamento que mal pode pagar. Há muito tempo que está doente e que vive dos subsídios da segurança social do Estado. Antes ia ganhando algum dinheiro com pequenos trabalhos. A mulher dele fugiu e levou os filhos com ela quando soube que ele tinha SIDA. Ricardo é Balança.

Abdoul saiu da Mauritânia há muitos anos, para ir procurar emprego na capital francesa, Paris. Passou os primeiros anos sozinho, mas depois conseguiu trazer a mulher, os quatro filhos e os pais. Vivem todos juntos num apartamento num bairro pobre de Paris. Durante uns tempos as coisas correram bem, especialmente quando a mulher deu à luz gémeos. No entanto, tem sido muito difícil educar as crianças de acordo com as tradições da Mauritânia. Os gémeos têm agora 12 anos. Têm tido muitos problemas na escola e, muitas vezes, recusam-se a obedecer aos pais. Recentemente, Abdoul perdeu o emprego por causa da crise económica. Abdoul é Leão.

Os gémeos, Moktar e Ould nasceram em Paris, França. São os filhos de Abdoul, um trabalhador imigrante, que veio da Mauritânia. A sua família – pais, quatro irmãos mais velhos e avós – vive num apartamento num bairro pobre de Paris. Os gémeos têm 12 anos e muitos problemas na escola. Recusam-se a estudar, faltam às aulas muitas vezes para passear com os amigos nos subúrbios de Paris e não obedecem aos pais, com quem discutem frequentemente e, muitas vezes, de forma violenta. Os relatórios da escola mostram que eles estão a ficar cada vez mais violentos. Moktar e Ould são Aquário.

Krista, 20 anos, paga a renda de um apartamento exíguo num subúrbio pobre de Praga e sonha ir viver para a Alemanha. Leu um anúncio de oferta de emprego em Berlim. Telefonou e encontrou-se com um senhor que lhe prometeu que a tirava da miséria, dizendo que facilmente arranjará emprego em Berlim. Ela decidiu acreditar, arriscar e ir para a Alemanha. Krista é Sagitário.

Jane é uma viúva já idosa que vive na Escócia. O marido era alcoólico e raramente trabalhava. Sobrevive com uma pensão do Estado irrisória, mas agora precisa de algum cuidado acrescido visto que a sua saúde está a piorar. Jane é Peixes.

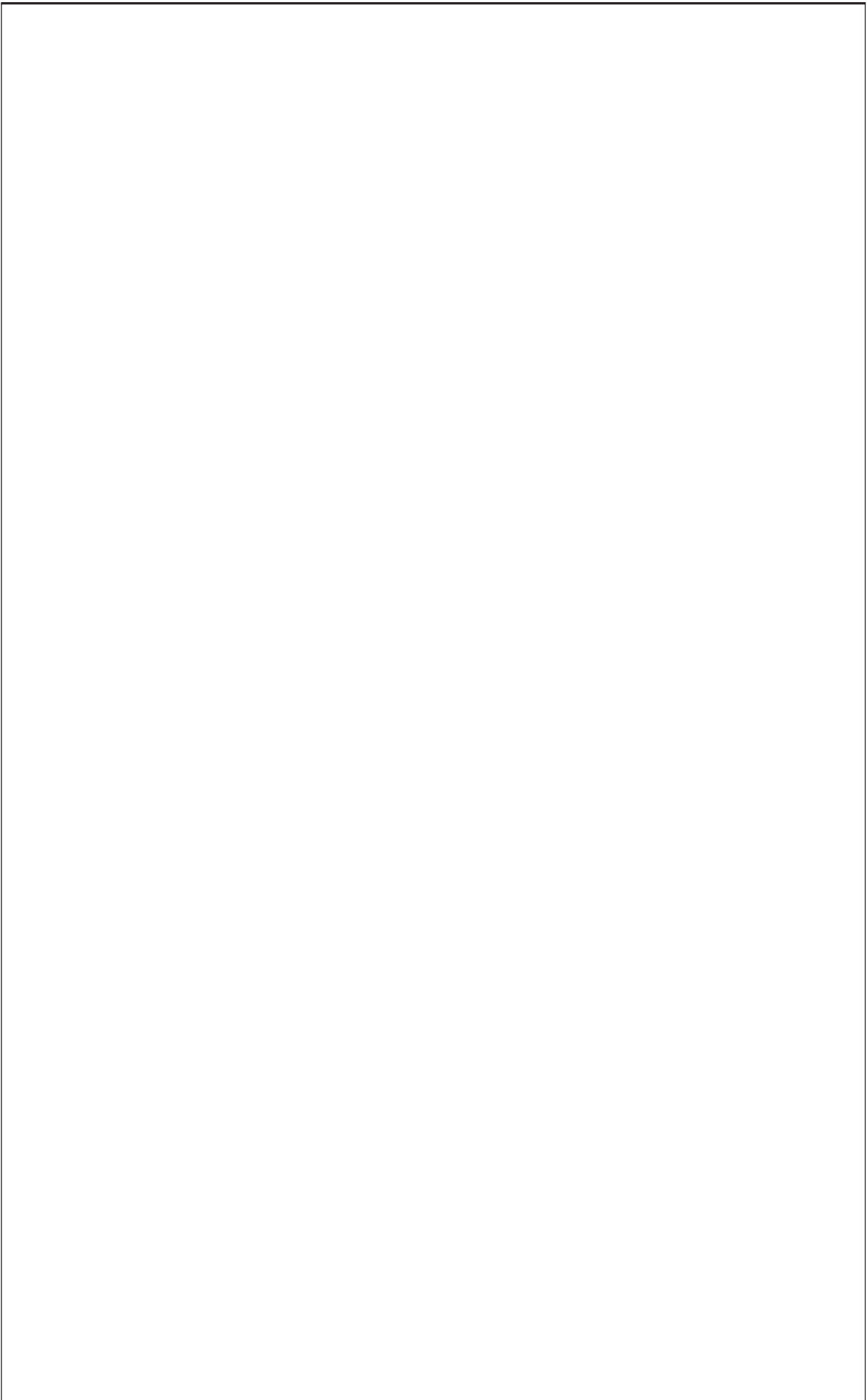
Bella vive com a irmã, Angélica, em Palermo, na Itália. Os pais morreram quando elas tinham 16 e 17 anos, o que significa que tiveram de desistir da escola e começar a trabalhar para se sustentarem. Agora têm 22 e 23 anos. Bella tem dois empregos: trabalha na restauração durante o dia e como empregada de limpeza no hospital durante a noite. Também tem a irmã a seu cargo, que é toxicodependente. Bella recusa-se a abandonar a irmã, pois sabe o quanto ela sofreu às mãos do pai, que era muito violento. Bella tem problemas com o seu temperamento, pois tem dificuldades em controlar-se, o que já fez com que perdesse o emprego duas vezes. Bella é Touro.

Angelica vive com a irmã, Bella, em Palermo, na Itália. Os pais morreram quando elas tinham 16 e 17 anos, o que significa que elas tiveram de desistir da escola e começar a trabalhar para se sustentarem. Agora têm 22 e 23 anos. Bella tem dois empregos e também toma conta de Angelica, que é toxicodependente. Angelica rouba, frequentemente, o salário da irmã para comprar drogas. Já conseguiu livrar-se das teias da droga, mas acaba sempre por voltar, pois é muito difícil para ela controlar a sua dependência. Angelica é Escorpião.

<p>Carneiro (Bengt) - 21 Março a 21 Abril</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Balança (Ricardo) - 23 Set a 22 Out</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>
<p>Touro (Bella) - 22 Abril a 21 Maio</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Escorpião (Angelica) - 23 Out a 22 Nov</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>
<p>Gêmeos (Amina) - 22 Maio a 21 Jun</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Sagitário (Krista) - 23 Nov a 21 Dez</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>

<p>Caranguejo (Yuriy) - 22 Jun a 22 Jul</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Capricórnio (Maria) - 22 Dez a 20 Jan</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>
<p>Leão (Abdoul) - 23 Jul a 22 Ago</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Aquário (Moktar and Ould) - 21 Jan a 19 Fev</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>
<p>Virgem (Misha) - 23 Ago a 22 Set</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>	<p>Peixes (Jane) - 20 Fev a 20 Março</p> <p>Amor</p> <p>Trabalho</p> <p>Saúde</p>

Direitos Humanos



A Vida do Ashique

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos

Palavras-chave: exploração do trabalho infantil; direitos das crianças; rendimento das famílias

Materiais: ficha "Factos da vida do Ashique" (1 ficha por pessoa), ficha "Ideias para soluções" (1 ficha por grupo – de preferência em tamanho A3 ou numa folha de Flip-chart), [opcional – ficha "trabalho infantil – o que é?"], [opcional – ficha "quiz sobre trabalho infantil I / II"]

Instruções:

1. [opcional] Para 'quebrar o gelo', o animador propõe que contem uma história relacionada com o Ashique, (por exemplo, sobre como decorre um dia na sua vida quotidiana), começando por lançar uma ideia e a partir daí cada pessoa vai aos poucos acrescentando uma frase, da sua imaginação;
2. Dividir os alunos em grupos com o máximo de 5 elementos;
3. Distribuir a ficha "Factos da vida do Ashique" e reservar cerca de 5 minutos para a leitura individual e comentários em grupo;
4. Dar a cada grupo a ficha "Ideias para soluções" e pedir para que se discutam possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo Ashique e outras crianças que trabalham – as ideias são escritas nas colunas respectivas e deve ser escolhido um/a porta-voz para apresentar as suas soluções, em voz alta, no final. Tempo disponível: 30 minutos;
5. Seguindo a ordem das colunas, pedir a cada grupo as suas conclusões, registando as ideias principais no quadro. Quando a tabela estiver completa proporcionar espaço para comentários e debate, tendo em conta as restrições de tempo. A discussão irá depender da capacidade/conhecimento dos alunos, devendo abranger as diferentes visões sobre o trabalho infantil, assim como as possíveis soluções. Possíveis questões:
 - a) O que já sabiam sobre trabalho infantil antes desta actividade? Como obtiveram essa informação?
 - b) Existe trabalho infantil no vosso país/cidade? Que trabalho fazem as crianças e porque trabalham?
 - c) As crianças deveriam trabalhar? Deveriam poder escolher se querem trabalhar ou não?
 - d) "O trabalho infantil cria um rendimento necessário às famílias e às comunidades. Se lhes retirarmos o trabalho infantil, serão as crianças que mais irão sofrer." - Como responder a isto?
 - e) Que impacto é que o trabalho infantil tem sobre nós, consumidores?
 - f) Foi difícil pensar em soluções? Quais das 3 colunas foi mais difícil de preencher? Porquê?
 - g) Quem devia ser responsável por resolver o problema?
 - h) De que forma é que nós podemos ajudar a resolver este problema?

Sugestões:

- Se os alunos não têm muita informação sobre trabalho infantil, pode ser útil começar a actividade fornecendo alguns dados. Uma forma divertida é usar as estatísticas e transformá-las num quiz [ver anexo]
- As primeiras duas colunas ("Amanhã" e "No próximo mês") podem ser difíceis de preencher, podendo gerar um sentimento de impotência e frustração. Nessa altura, o melhor é motivar os alunos, lendo-lhes a seguinte frase:
"Esta é uma grande tarefa; mas não tão grande que seja impossível ou penosa. Vale a pena que os países em desenvolvimento aprendam a lidar com a exploração infantil. A causa da exploração do trabalho infantil não é a escassez de recursos, mas sim a falta de verdadeiro zelo. Isto tem de parar."
Afirmção do Supremo Tribunal no caso de M. C. Mehta versus o Estado de Tamil Nadu e outros, na Índia, em 1986.

Por norma, os participantes apercebem-se que, para encontrarem soluções duradouras e efectivas, a primeira coisa a fazer é identificar as causas. Depois de uma análise das causas, as soluções tornam-se mais claras. No entanto, é preciso atenção pois alguns grupos podem estar demasiado preocupados com a procura de soluções e esquecerem-se desse pequeno, mas grande, pormenor. Nessa altura é importante que lhes seja recordado esse facto.

Para "provocá-los", podem sugerir-se algumas das seguintes ideias:

- Reduzir a pobreza, para que não seja preciso as crianças trabalharem;
- Aumentar os salários dos adultos, para que não seja preciso as crianças trabalharem;
- Apostar na educação, de forma a torná-la mais atraente e incluí-la nas necessidades das crianças;
- Desenvolver normas internacionais que legislem a contratação de crianças;
- Banir os produtos produzidos por empresas que explorem o trabalho infantil;
- Desenvolver normas de trabalho mundiais mínimas que sejam exigidas como requisitos de adesão à OMC – Organização Mundial do Comércio.

Na aplicação deste jogo podem ser utilizadas notícias sobre o trabalho infantil – locais ou globais – de forma a tornar a actividade mais interessante e mais clara a transposição da ficção para a realidade.

Factos da vida do Ashique



Dados pessoais

Nome: Ashique Hashmir

Idade: 11 anos

Nacionalidade: Paquistanês

Família: Pais, 2 avós, 1 irmã e 3 irmãos

Rendimentos da família: cerca de 70€/mês

Dados “profissionais”

“Profissão”: trabalhador numa fábrica de tijolos

Horário de trabalho: entre 12 a 16 horas diárias (30min de pausa)/ 6 dias por semana

Produção: cerca de 600 tijolos por dia

Salário: €1,30 por cada 1000 tijolos (dos quais metade serve para pagar um empréstimo feito pela família)

Idade em que começou a trabalhar: 5 anos

Informação sobre a situação familiar

A família contraiu um empréstimo de cerca de 110€ há 2 anos. Actualmente, com os juros, o valor em dívida é de cerca de 280€. O pai do Ashique autorizou-o a ir à escola durante 3 meses, mas o dono da fábrica foi buscá-lo e obrigou-o a voltar a trabalhar. O pai foi castigado pelo que fez. Os rendimentos da família são muito baixos, não chegam para enviar os filhos para a escola ou dar-lhes alimentação e cuidados de saúde convenientes.

Fonte

Esta é uma situação real, cuja informação foi recolhida dos materiais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da campanha “Free the Children” (Libertem as Crianças). Mais informação acerca desta campanha em www.freethechildren.com

Sugestão

Imprimir estes factos em folhas de gramagem superior de cores diferentes, num formato de ficha, por exemplo, A5. É importante criar empatia visual com os materiais disponibilizados.

Ideias para soluções

O que pode ser feito pelo Ashique – e por todas as crianças que trabalham?

Amanhã	Próximo mês	Futuro

Trabalho infantil – o que é?

O trabalho infantil é...

- ... trabalho a tempo inteiro realizado por crianças com menos de 15 anos;
- ... trabalho que impede as crianças de frequentar a escola;
- ... trabalho que é perigoso para as crianças e que põe em causa a sua saúde física, mental e emocional.

As razões por detrás desta prática são muitas vezes extremamente complexas e vão desde práticas culturais a situações de pobreza em que os pais e a família precisam do salário que as crianças trazem para casa.

Em termos de consequências, para além de privar as crianças de uma educação adequada e comprometer o seu desenvolvimento físico e mental, o trabalho infantil pode levar a graves problemas de saúde tais como deformações a nível muscular e do esqueleto, envenenamento químico, cortes e outras lesões corporais, doenças respiratórias, queimaduras graves, etc.

Entre os exemplos de artigos feitos por crianças contam-se tapetes, tijolos, fósforos, açúcar, vestuário, sapatos, cigarros (beedis), material empregue em fogo-de-artifício, casas e outros edifícios, lápis e artigos em pele. As crianças também são utilizadas em colheitas, trabalho fabril, transporte de objectos pesados, pesca e nas tarefas domésticas normais.

Estatísticas-chave (fonte OIT, Junho de 2005)

1. 246 milhões de crianças empregues em trabalho infantil;
2. 73 milhões de crianças trabalhadoras têm menos de 10 anos de idade;
3. Nenhum país se encontra imune: há 2,5 milhões de crianças trabalhadoras nas economias desenvolvidas e outros 2,5 milhões em economias em transição;
4. Todos os anos, 22.000 crianças morrem em acidentes relacionados com o trabalho;
5. O maior número de crianças trabalhadoras – 127 milhões – com 14 anos ou menos situa-se na região Ásia-Pacífico;
6. A África subsariana regista a maior proporção de crianças trabalhadoras: aproximadamente um terço das crianças com 14 anos ou menos (48 milhões de crianças);
7. A maior parte das crianças trabalha no sector informal, sem qualquer protecção legal ou regulação:
 - 70% na agricultura, caça e pesca comercial ou silvicultura;
 - 8% na manufactura;
 - 8% no comércio grossista e venda a retalho, restaurantes e hotéis;
 - 7% em serviço comunitário, social e pessoal, como por exemplo trabalho doméstico;
 - 8,4 milhões de crianças encontram-se presas nas teias da escravatura, tráfico, servidão por dívida, prostituição, pornografia e outras actividades ilícitas;
 - 1,2 milhões destas crianças foram traficadas.

A nível mundial, uma em cada seis crianças está hoje em dia envolvida em trabalho infantil, sujeita a trabalho prejudicial ao seu desenvolvimento mental, físico e emocional. Estas crianças trabalham em vários tipos de indústrias, nos mais variados locais do mundo. A grande maioria encontra-se no sector da agricultura, onde podem estar expostas a químicos e equipamentos perigosos. Outras são crianças de rua,

pedintes ou vivem de pequenos expedientes. Alguns são trabalhadores domésticos, empregados fabris ou encontram-se envolvidos na prostituição. Mas, todas elas são crianças que perderam o direito que as assiste a uma verdadeira infância, à educação ou a uma vida digna. As crianças trabalham porque a sua sobrevivência e a da sua família depende disso. O trabalho infantil persiste, mesmo em países onde foi declarado ilegal, sendo normalmente rodeado por um muro de silêncio, indiferença e apatia.

Mas esse muro começa a ruir. Apesar da total erradicação do trabalho infantil ser um objectivo de longo prazo em muitos países, algumas formas das quais se reveste têm de ser confrontadas de imediato. Um estudo da OIT mostrou pela primeira vez que as vantagens económicas da eliminação do trabalho infantil serão sete vezes maiores do que os custos. Isto não inclui os incalculáveis benefícios sociais e humanos da eliminação desta prática: cerca de três quartos das crianças trabalhadoras estão envolvidas naquelas que são consideradas as piores formas de trabalho infantil, que incluem tráfico, conflitos armados, escravidão, exploração sexual e trabalho perigoso. A abolição efectiva do trabalho infantil é um dos mais urgentes desafios que os nossos tempos enfrentam.

Quiz – Trabalho Infantil I

Fonte: <http://library.thinkquest.org/03oct/01908/spanish800/childlaborquizwebpage.htm>

Quantas crianças trabalhadoras existem, aproximadamente, hoje em dia no mundo?

- 250 milhões ☐
- 200.000 ☐
- 1,2 mil milhões ☐
- 7,5 milhões ☐

Em que trabalha a maior parte destas crianças?

- Tarefas domésticas ☐
- Minas ☐
- Agricultura ☐
- Recolha de lixo ☐

Qual é um dos motivos associado à exploração do trabalho infantil?

- As leis internacionais forçam os empregadores a substituir trabalhadores adultos por mão-de-obra infantil ☐
- Muitas crianças gostam de trabalhar muitas horas e receber pouco dinheiro porque as faz sentirem-se adultas ☐
- Muitas pessoas acreditam que as crianças têm demasiado tempo livre, e como tal, obrigam-nas a trabalhar ☐
- Os adultos não conseguem trabalho, e como tal precisam que as suas crianças trabalhem para sustentar a família ☐

Qual destes países emprega crianças mineiras?

- Índia ☐
- Brasil ☐
- México ☐
- Indonésia ☐

Qual a área de trabalho infantil sobre a qual existem menos estatísticas?

- Agricultura ☐
- Tarefas domésticas ☐
- Exército ☐
- Prostituição ☐

Quantas crianças-soldado existem hoje em dia no mundo?

- 10,000 ☐
- 5 milhões ☐
- 250 milhões ☐
- 200,000 ☐

Em que área da agricultura trabalham muitas crianças da América Latina?

- Trigo ☐
- Batata ☐
- Café ☐
- Feijão ☐

Qual é outro termo para trabalho infantil "forçado"?

- Trabalho infantil não forçado ☐
- Trabalho vigiado ☐
- Servidão em cativeiro ☐
- Servidão por dívida ☐

Quiz – Trabalho Infantil II

Fonte: UNICEF

A verdade acerca do Trabalho Infantil

1. Onde é que a maior parte da mão-de-obra infantil trabalha?
 - a. Em fábricas cujas condições de trabalho não respeitam os direitos humanos, produzindo artigos baratos destinados a exportação para países ricos
 - b. Na vizinhança, entregando jornais
 - c. Nas ruas, vendendo artigos, no campo, efectuando trabalho agrícola, e em casa, realizando tarefas domésticas
2. Como poderá o trabalho infantil ser travado?
 - a. A única forma de travar o trabalho infantil é fazer com que os consumidores e os Governos façam pressão através de sanções e boicotes, ou seja, recusando-se a comprar artigos feitos com mão-de-obra infantil
 - b. O que é necessário é uma forma de juntar as pessoas de uma comunidade e sugerir soluções e alternativas, incluindo proporcionar oportunidades para que as crianças obtenham uma educação básica
 - c. Pouco há a fazer para travar o trabalho infantil
3. Em que países é que o trabalho infantil constitui um problema?
 - a. Apenas constitui um problema em países pobres e economicamente menos desenvolvidos
 - b. É um problema em países ricos e industrializados, bem como em países pobres e economicamente menos desenvolvidos
 - c. Apenas é um problema em países industrializados
4. Qual é a ligação entre trabalho infantil e pobreza?
 - a. Apenas será possível eliminar o trabalho infantil quando já não houver pessoas pobres
 - b. Não há qualquer ligação entre trabalho infantil e pobreza
 - c. É possível eliminar o trabalho infantil independentemente da redução da pobreza

Quiz – Trabalho Infantil II – respostas certas

Questão 1

- a. As fábricas com artigos de exportação são os locais mais visíveis onde as crianças trabalham. Por exemplo, podemos encontrar bolas de futebol feitas por crianças paquistanesas que irão ser utilizadas por crianças de países ricos. Mas, na realidade, poucas crianças trabalhadoras fazem artigos para exportação – provavelmente menos de 5 por cento;
- b. Poucas pessoas de países ricos afirmariam que uma criança que entrega jornais na vizinhança uma ou duas horas antes de ir para a escola é uma criança explorada. Muitas vezes, esta iniciativa será encorajada como uma oportunidade para a criança ganhar experiência no mundo “real” do trabalho e negócio;
- c. A maior parte das crianças trabalhadoras trabalham, na realidade, naquele que é designado como o sector informal – vendendo coisas na rua, trabalhando no campo ou escondidas em casa a executar tarefas domésticas. Estão fora do alcance dos inspectores de trabalho oficiais e não atraem as atenções dos jornais e televisão. Não podemos esquecer as dezenas de milhões de crianças em todo o mundo que trabalham, não em fábricas a produzir bens para exportação, mas na rua, no campo ou em casa. Têm de enfrentar muitos perigos e riscos e são muitas vezes abusadas e exploradas.

Questão 2

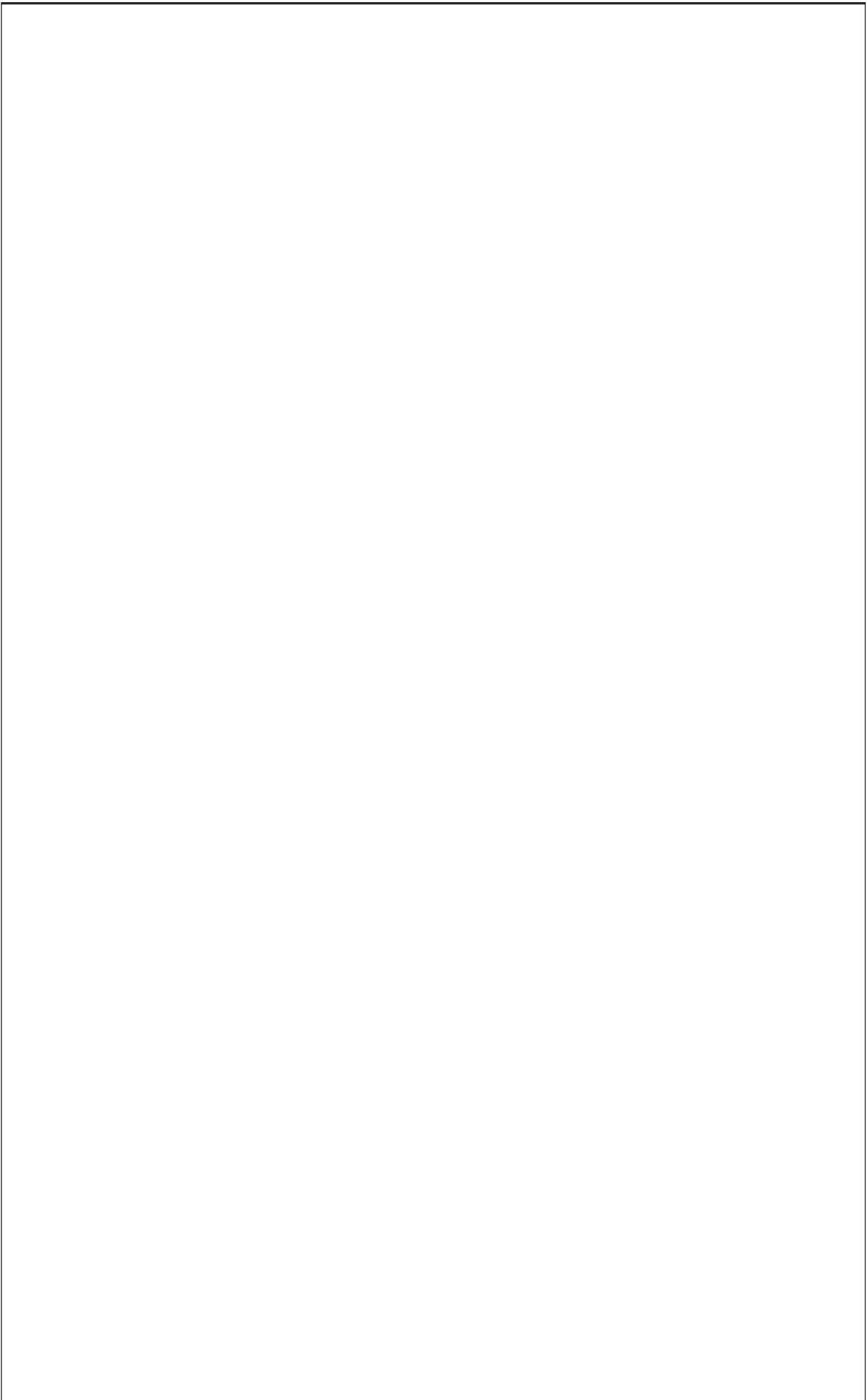
- a. O empenho de países e Governos e a pressão que podem fazer é muito importante. Mas os boicotes e outras medidas generalistas apenas atingirão as empresas que exportam bens. No entanto, estas empresas são apenas responsáveis por uma parte da exploração do trabalho infantil. Tais medidas poderão também, inadvertidamente, afectar um grande número de pessoas e muitas vezes prejudicam mais do que beneficiam as crianças envolvidas. Por exemplo, o projecto-lei Harkin (Harkin Bill) foi apresentado no congresso americano há dois anos, com o objectivo de impedir importações para os EUA de artigos feitos por crianças com menos de 15 anos de idade. A mera possibilidade desta lei ser aplicada fez entrar em pânico a indústria do vestuário do Bangladesh, levando a que muitas crianças trabalhadoras, a maioria delas meninas, fossem expulsas do trabalho. Muitas destas crianças foram, mais tarde, encontradas em condições ainda mais perigosas, entre as quais a prostituição;
- b. A UNICEF encoraja e apoia pessoas a tomar as suas próprias iniciativas na proposta de alternativas e oportunidades, especialmente dando a oportunidade a ex-crianças trabalhadoras de obterem um bom ensino primário. Por exemplo, nas Filipinas, a UNICEF ajuda equipas de inspectores governamentais, trabalhadores sociais, polícia, organizações não-governamentais, delegados do ministério público e meios de comunicação a investigar regularmente as condições de trabalho das crianças e a afastar aquelas que se encontrem em perigo;
- c. Na verdade pode ser feita muita coisa. A UNICEF recomenda cinco acções-chave numa estratégia abrangente contra o trabalho infantil perigoso: promover e melhorar a educação; trabalhar em leis nacionais e internacionais contra o trabalho infantil e melhorar as condições de aplicação destas leis; dar a oportunidade aos mais pobres de terem uma intervenção mais activa no que respeita às suas vidas; mobilizar a sociedade; e fazer campanha para que as empresas sejam mais responsáveis pelas suas acções e pelas dos seus sub-contratantes. Por exemplo, no Bangladesh, onde o ensino primário é uma prioridade, em 1995 foi levado a cabo um programa educativo não formal conjunto entre o Governo e organizações não-governamentais para 1,4 milhões de crianças pobres.

Questão 3

- a. Na verdade, as crianças trabalham diariamente em todos os países industrializados e podem ser encontradas formas de trabalho infantil em muitos destes países. Nos EUA, por exemplo, muitas crianças trabalham na agricultura, sendo uma grande parte delas oriunda de famílias de imigrantes e de minorias étnicas. Um estudo de 1990 acerca de crianças americanas de origem mexicana a trabalhar no estado de Nova Iorque, mostrou que quase metade tinha trabalhado em campos ainda molhados com pesticidas e mais de um terço tinham mesmo sido pulverizadas;
- b. A grande maioria das crianças trabalhadoras encontra-se, de facto, nos países economicamente menos desenvolvidos. Mas as crianças trabalham diariamente em todos os países, ricos ou pobres. A natureza do seu trabalho é que determina se as crianças são ou não prejudicadas por ele – não apenas pelo facto de trabalharem;
- c. Apesar da maioria das crianças trabalhadoras se encontrar nos países economicamente menos desenvolvidos, a percentagem de crianças a trabalhar em países industrializados pode ser surpreendentemente alta, se considerarmos todas as formas de trabalho. No Reino Unido, por exemplo, as estatísticas mais fiáveis apontam para 15 a 16 por cento de crianças de 11 anos e entre 36 a 66 por cento de crianças de 15 anos a trabalhar. A maior parte destas crianças trabalhadoras dos países industrializados também frequenta a escola. E não é verdade que as crianças no Ocidente trabalham apenas para ganhar dinheiro para guloseimas.

Questão 4

- a. É-nos dito que devemos tolerar o intolerável até que a pobreza acabe no mundo. Isto é muito conveniente para aqueles que beneficiam da actual situação. Mas também é falso. A verdade é que quando uma criança se vê envolvida em trabalho perigoso, alguém – um empregador, um cliente ou um familiar – beneficia desse trabalho. É esta exploração que é ignorada por aqueles que vêem o trabalho infantil como inseparável da pobreza;
- b. É claro que o trabalho infantil e a pobreza estão ligados, uma vez que a grande maioria se regista nos grupos mais pobres e desfavorecidos da sociedade. O trabalho infantil, de facto, pode prolongar a pobreza no tempo, já que uma criança trabalhadora irá transformar-se num adulto refém de trabalhos mal remunerados e sem qualificações;
- c. A UNICEF acredita que o trabalho infantil perigoso pode e deve ser eliminado, independentemente da redução da pobreza. O cenário já começa a mudar. Os Governos começaram a agir ao mais alto nível, apercebendo-se de que têm de cumprir a promessa que fizeram ao ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança. A um nível local, activistas e organizações não-governamentais exploram formas criativas de afastar as crianças do trabalho perigoso e de lhes fornecer alternativas.



Os Direitos das Crianças

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 1 hora

Palavras-chave: Convenção dos Direitos das Crianças (CDC); Direitos fundamentais das crianças; rendimento das famílias

Materiais: um conjunto de cartões com os Direitos das Crianças por cada grupo [anexo]; quadro ou uma folha grande de papel com uma tabela de listagem dos artigos; chapéu (opcional)

Preparação: desenhar no quadro ou na folha de papel uma tabela com a listagem de artigos (escolher da lista em anexo quais os mais interessantes para discutir com o grupo em questão); fazer os cartões (um conjunto para cada grupo).

Instruções:

1. Comece por fazer uma pequena revisão sobre a CDC. Descubra o que é que os participantes sabem sobre a referida Convenção. Mostre o quadro e reveja os principais artigos;
2. Peça aos participantes para se juntarem em pequenos grupos de três ou quatro pessoas e distribua os envelopes com os cartões que contêm as Convenções;
3. Explique o procedimento do ranking em diamante. Cada grupo deve discutir a importância das nove declarações para a sua vida. Depois devem dispô-las num modelo tipo diamante, por ordem de importância: a declaração mais importante deve ser posta em cima; logo abaixo, devem estar, lado a lado, as duas consideradas mais importantes; por baixo destas, devem ser colocadas as três declarações com importância moderada; a quarta fila, terá mais duas declarações e, finalmente, a quinta fila apresenta a última, aquela que tem menos importância de acordo os participantes. Desta forma, os cartões tomarão a forma dum diamante;
4. Os grupos têm 25 minutos para discutir e decidir a ordem do ranking;
5. Quando todos os grupos tiverem acabado, deixe que cada participante passe pelas mesas dos outros para ver como é que cada grupo ordenou as declarações. No final, reúna todos os participantes para a sessão em plenário.

Análise e avaliação

Começar por pedir a cada grupo que apresente os resultados da sua análise. Depois perguntar aos participantes se gostaram da actividade e questioná-los sobre o que aprenderam.

- Como são os resultados dos diferentes grupos? Quais são as semelhanças e as diferenças?
- Por que é que pessoas diferentes têm prioridades diferentes?
- Depois de terem ouvido os restantes grupos alguém quer reconsiderar a sua ordenação dos cartões? Que argumentos foram mais persuasivos?
- De uma maneira geral, que Direitos não são respeitados na sua comunidade e porquê?
- Há algum Direito que não esteja contemplado na Convenção e que achem que deva estar?
- Açam que as crianças precisam da sua própria Convenção? Porquê?

- Se as crianças têm a sua própria Convenção, não acham que deveria haver uma para os Jovens de idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos?
- Quais os direitos que deveriam estar incluídos numa convenção para os jovens?
- É certo que as crianças têm os seus direitos proclamados na CDC mas, na realidade, será que alguma vez chegam a ter conhecimento deles e a reivindicá-los?
- Como é que as pessoas reivindicam os seus direitos?
- Se a participação no processo democrático é uma forma de reivindicar os direitos, o que é que os participantes podem fazer a partir de agora para começarem a "reivindicar os seus direitos" em casa, na escola ou no seu grupo?
- A quem é que as crianças da vossa comunidade se podem dirigir se forem vítimas de violações dos seus direitos?

Sugestões para o animador

Lembrar aos participantes que não existem maneiras certas ou erradas de ordenar os cartões.

Devem ter consciência de que as experiências variam de pessoa para pessoa e que, por isso, as prioridades de cada um também diferem. Isso deve ser respeitado. No entanto, no seio de cada grupo, devem tentar chegar a uma decisão consensual sobre a ordem das Convenções, porque também, na vida real, as prioridades têm de ser definidas e as decisões tomadas tendo em conta os interesses de todos!

Variantes

Em vez de entregar 9 artigos para o grupo ordenar, pode entregar só 8 e deixar um cartão em branco para que os participantes identifiquem o nono.

Coloque os cartões com as Convenções num chapéu e peça a cada um dos participantes para tirar um papel e falar sobre o artigo durante um minuto. Peça aos grupos para escreverem uma pequena história ou para apresentarem uma peça relatando um incidente relacionado com os artigos seleccionados.

Como alternativa, as histórias/representações podem basear-se em eventos contados pelos meios de comunicação social, algo que se ouviu ou viu num filme ou peça de teatro, ou que se leu num livro ou revista. As peças podem ser pensadas de forma a começar com o incidente e, depois improvisarem-se soluções ou formas de prevenção desse incidente em particular, ou da violação, em geral.

Sugestões para aprofundamento

Convide alguém que esteja familiarizado com a CDC para conversar com o grupo (um advogado, o responsável por uma linha telefónica de ajuda a crianças, um psicólogo infantil ou da escola ou alguém do gabinete do Provedor de Justiça). Antes da conversa, faça uma pequena reflexão em grupo sobre os abusos dos Direitos Humanos das crianças: abuso infantil, exploração sexual, negligência entre crianças. Descubra quem é a pessoa responsável na vossa comunidade; por exemplo: pais, polícia, linhas telefónicas de ajuda, assistentes sociais, entre outros. Pergunte, também, o que devem fazer se presenciarem uma violação, especialmente em casos graves como um vizinho a maltratar os próprios filhos. Não se esqueça de que tem de lidar com estes assuntos com muita cautela, preocupação e cuidado.

Ideias para Agir

Verifique até que ponto a gestão da escola, a sua organização, orientação e curricula escolares assumem os deveres e responsabilidades que lhes competem, em relação à CDC. Por exemplo: planifica uma educação que promove o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus talentos e capacidades, ou dá ênfase excessiva à aprendizagem para os exames? Os alunos têm o direito a exprimir as suas opiniões livremente sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito? E essas opiniões são tidas em consideração? Isto é, existe uma Assembleia de Escola? E até que ponto essa Assembleia é eficaz? A forma de disciplina salvaguarda a dignidade da criança? Como é que a escola lida com episódios racistas e de violência quer física, quer psicológica? Discutam todos os pontos que podem ser melhorados e as medidas que podem e devem ser tomadas de forma a abordar essas questões. Dê uma espreitadela ao exemplo de "1,2,3... Acção", e planifique um projecto.

Cartões com Artigos da Convenção dos Direitos da Criança

Fotocopie os artigos que se seguem e recorte-os para fazer cartões com frases.

Toda a criança tem direito a exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe dizem respeito, sendo estas devidamente tomadas em consideração. A criança tem direito à liberdade de expressão.

O direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião deve ser respeitado. Toda a criança tem direito à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.

Nenhuma criança deve ser submetida a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, família, domicílio ou correspondência. A criança deve ser protegida de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

Os pais têm a responsabilidade principal na educação e desenvolvimento da criança.

Toda a criança tem direito à educação. O Estado deve providenciar ensino primário obrigatório, acessível e gratuito para todos. A disciplina escolar deve ser assegurada de forma compatível com a dignidade da criança. A educação deve promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e capacidades; incutir o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais; preparar a criança para uma vida responsável numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade e amizade e de respeito pelo meio ambiente.

A criança tem direito ao descanso e ao lazer, a brincar e a participar livremente na vida cultural e nas artes.

A criança deve ser protegida da exploração económica e do trabalho que ponha em risco a sua vida ou desenvolvimento. Toda a criança deve ser protegida de todas as formas de exploração e violência sexual, de prostituição ou outras práticas sexuais ilícitas, na produção de espectáculos ou materiais de natureza pornográfica.

O Estado deve tomar todas as medidas possíveis para proteger e ajudar as crianças atingidas por um conflito armado.

Toda a criança suspeita ou acusada de ter infringido o direito penal é presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente decretada; deve beneficiar de assistência jurídica para a preparação e apresentação do seu caso; não deve ser obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada; deve ver plenamente respeitada a sua vida privada; deve ser tratada de forma apropriada à sua idade, circunstância e bem-estar. Nenhuma criança com menos de 18 anos poderá ser condenada à morte ou a prisão perpétua.

A Convenção sobre os Direitos da Criança

Adoptada pela Assembleia-Geral nas Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal a 21 de Setembro de 1990.

Versão de Leonor Baeta Neves, in "Noesis", Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Outubro/ Dezembro de 1998. (Versão Simplificada)

Fonte: www.dgidec.min-edu.pt

Artigo 1.º

Os direitos desta Convenção aplicam-se a toda a gente que tiver menos de 18 anos.

Artigo 2.º

Estes direitos são teus, sejas tu quem fores, sejam os teus pais quem forem, seja qual for a cor da tua pele, o teu sexo ou religião, fales que língua fales, sejas rico ou sejas pobre, tenhas que capacidades tiveres.

Artigo 3.º

Tudo aquilo que um adulto fizer em relação a ti, deverá fazê-lo do modo que for melhor para ti.

Artigo 6.º

A vida é um direito natural e todos devem ajudar para que te desenvolvias o melhor possível.

Artigo 7.º

Tens direito a uma identidade e a um nome. O teu nome, o dos teus pais, e a data do nascimento devem ser registados ao nasceres.

Artigo 8.º

Tens direito a uma nacionalidade, a viver com os teus pais e a ser educado por eles.

Artigo 9.º

Não podes ser separado dos teus pais a não ser para teu bem (se, por acaso, eles não tomarem bem conta de ti). E, no caso de decidirem viver separados, tens o direito de ver qualquer deles sempre que o queiras.

Artigo 10.º

Se os teus pais viverem cada um no seu país, tens o direito de viver naquele onde te sentires melhor e visitares o outro quando quiseres.

Artigo 12.º

Os adultos devem escutar-te como deve ser, sobretudo quando tenham de tomar uma decisão a teu respeito.

Artigo 13.º

Tens o direito de dizer tudo o que pensas: a falar, a escrever, a desenhar, ou por qualquer forma de expressão (excepto se, com isso, ofenderes os direitos de outros).

Artigo 14.º

És livre de pensares como quiseres e de escolheres a religião que desejares. Os teus pais devem ajudar-te a ver melhor o que está certo e o que está errado.

Artigo 15.º

Tens o direito de te reunir, fazer amigos e fazer parte de grupos, a não ser que, com isso, prejudiques os direitos de outros.

Artigo 16.º

Tens direito a ter uma vida privada (por exemplo, ninguém pode ler as tuas cartas, ouvir os teus telefonemas, ou ler o teu Diário, se tu não quiseses).

Artigo 17.º

Tens direito a receber todas as informações que te interessarem, pela rádio, jornais, televisão, etc., de todo o mundo e a receber essas notícias de um modo que tu entendas.

Artigo 18.º

Os teus pais são responsáveis pelo teu desenvolvimento, e devem fazer, sempre, o que seja melhor para ti.

Artigo 19.º

Ninguém poderá maltratar-te e deves ser protegido de abusos, violência e abandono, mesmo da parte dos teus pais.

Artigo 20.º

Se já não tens pais, ou se não é seguro para ti viver com eles, tens direito a uma protecção especial.

Artigo 21.º

Se fores adoptado, os adultos devem ter a certeza de que é para teu bem.

Artigo 22.º

Se fores refugiado (quer dizer, se deixaste a tua terra por não ser seguro viver lá) deves ter direito a uma ajuda especial.

Artigo 23.º

Se por qualquer razão não consegues ver, ouvir, falar, raciocinar ou mover-te como os outros habitualmente conseguem, tens direito a cuidados de educação especiais para te ajudarem a crescer da mesma maneira que as outras crianças

Artigo 24.º

Tens direitos a bons cuidados de saúde. Quer dizer que se estiveres doente deves ser tratado por um especialista. Os adultos devem fazer todo o possível para que não adoeças e ensinar-te a ter, tu mesmo, cuidado contigo.

Artigo 27.º

Tens direito a uma boa "qualidade de vida". Quer dizer que os teus pais têm a responsabilidade de te dar uma boa comida, roupa e um lugar para viver. Se os teus pais não puderem, o governo deverá ajudar.

Artigo 28.º

Tens direito à educação. O ensino básico deve ser gratuito e os teus pais têm de mandar-te à escola. Também tens o direito de poder continuar os teus estudos.

Artigo 29.º

A educação serve para ajudar a desenvolver a tua personalidade, talentos e capacidades. A educação também te deve preparar para viveres com responsabilidade e em paz, numa sociedade livre, para compreenderes os direitos dos outros e para respeitares o ambiente.

Artigo 30.º

Tens o direito de falar a tua língua, praticar a tua religião e os teus costumes, mesmo se a tua família tiver costumes diferentes da maioria das outras famílias do país onde vives.

Artigo 31.º

Tens o direito de brincar, descansar e ter tempos livres.

Artigo 32.º

Se já tiveres idade para trabalhar, tens o direito a ser protegido de trabalhar em lugares e condições perigosos para a tua saúde ou que prejudiquem a tua educação. Se alguém tiver lucro com o teu trabalho deves ser pago com justiça.

Artigo 33.º

Tens o direito a ser protegido do uso da droga.

Artigo 34.º

Tens o direito a ser protegido de abusos sexuais. Quer dizer que ninguém pode fazer nada com o teu corpo, nem mexer-te, nem fotografar-te, nem fazer filmes, desde que tu não queiras.

Artigo 35.º

Nunca ninguém te poderá raptar ou vender.

Artigo 37.º

Mesmo no caso de teres feito alguma coisa muito grave, ninguém te pode castigar de um modo humilhante, ou magoar-te muito. Não deves ser preso a não ser como último recurso e, se tiveres de ir para a prisão, deves ter visitas regulares da tua família e muita atenção dos adultos.

Artigo 38.º

Tens direito a ser protegido em tempo de guerra e, se aí tiveres sido ferido ou maltratado de qualquer maneira, tens direito a tratamento e cuidados especiais.

Artigo 40.º

Tens direito a defender-te se fores acusado de cometer um crime. A polícia, advogados e juizes devem respeitar a tua dignidade e tens direito a compreender com clareza tudo aquilo que se está a passar.

Artigo 42.º

Todos os adultos e todas as crianças devem conhecer esta Convenção. Deves aprender tudo sobre os teus Direitos e ficar certo de que os adultos também os conhecem bem.

O que Vês na Imagem?

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 30 minutos a 1 hora

Palavras-chave: Direitos Humanos, interpretação/visão individual dos direitos

Materiais: [ficha “Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)”], fotos/imagens [a recolher e preparar pelo/a animador/a]; para a variante, usar a ficha “Declaração de Filadélfia”

Introdução

O trabalho com imagens é extremamente criativo e divertido. Logo, este tipo de actividades é ideal para "quebrar o gelo", enquanto se reforça o conhecimento sobre os assuntos focados. Por exemplo:

- Estereótipos;
- Interpretação individual do mundo;
- Como as imagens podem ser utilizadas para informar e desinformar.

Preparação

Selecione um conjunto de 25 imagens com pessoas de diferentes nacionalidades em diferentes cenários.

- Cole as imagens no cartão e plastifique-as para que fiquem mais resistentes (opcional);
- Numere as imagens.

Instruções

1. Distribua as imagens pelas várias mesas da sala;
2. Peça aos participantes para trabalharem individualmente;
3. Leia em voz alta um dos artigos da DUDH e escreva-o no quadro;
4. Peça aos participantes para olharem com atenção para as imagens e para escolherem a que melhor representa o artigo que acabaram de ouvir/ler;
5. Peça a cada participante para revelar a imagem seleccionada e para explicar o porquê da escolha;
6. Tome nota das imagens seleccionadas escrevendo o número no quadro;
7. Faça quatro a cinco rondas com diferentes artigos da DUDH (seleccionar direitos políticos, civis, sociais e económicos).

Análise e avaliação

Comece por rever a actividade em si e depois faça uma pequena avaliação dos conhecimentos adquiridos.

- Foi difícil escolher imagens que representassem os diferentes direitos? Foram seleccionadas várias imagens, ou acharam que uma ou duas imagens representavam os vários direitos enumerados?
- As mesmas imagens foram escolhidas por diferentes participantes em diferentes alturas, ou será que as pessoas têm ideias muito distintas sobre o

que melhor representa os diferentes direitos? O que é que isto nos mostra em relação à forma individual que cada um de nós tem de ver o mundo?

- Olhem para a lista no quadro. Que fotografias foram mais vezes seleccionadas? O que é que elas têm de especial? Por que é que essas foram mais vezes seleccionadas? O tamanho e as cores também tiveram peso na decisão, ou só interessava o que a imagem representava?
- Houve alguma imagem que tenha sido seleccionada para representar diferentes direitos?
- Houve alguém que não tenha concordado com a interpretação de um colega?
- Houve alguma imagem que nunca tenha sido seleccionada? E se olharem agora para ela, conseguem decifrar qual o direito humano que ela pode representar? Os participantes devem explicar o porquê das suas escolhas.
- Conheciam todos os direitos abordados nesta actividade? Se não, quais os que não conheciam?
- Como é que os meios de comunicação social utilizam as imagens para o bem e para o mal? Escolham um exemplo de um acontecimento actual e analisem a forma como foi apresentado nos jornais e na televisão. Como é que os Direitos Humanos relacionados foram apresentados?

Dicas para o animador

Uma fotografia em particular pode ser escolhida várias vezes numa ronda, ou em várias rondas. Por outras palavras, pode representar o mesmo artigo para as mesmas pessoas, ou pode representar diferentes artigos para diferentes pessoas. Pode colecionar fotografias de revistas, de panfletos de agências de viagens, calendários velhos e postais. Certifique-se de que as imagens não têm legendas, mas não se esqueça de tomar as notas que achar necessárias atrás para que possa responder a qualquer pergunta relativa à foto. As imagens devem ser o mais abrangente possível e mostrar uma grande variedade de aspectos da "vida na terra".

Variantes

Pode também pedir aos participantes que escolham a fotografia que, para eles, melhor represente o conceito de Direitos Humanos. Quando todos tiverem escolhido a sua foto, devem explicar a escolha.

Outra alternativa é fazer toda a actividade centrada nos direitos laborais. Para isso, escolher imagens que retratem pessoas no trabalho (homens, mulheres e crianças), em diversas situações e em diversos países. Em vez de usar a DUDH, usar a adaptação da Declaração de Filadélfia, da Organização Internacional do Trabalho (ficha). Na fase de discussão, pode fazer-se a ligação com o Comércio Justo, fazendo referência aos princípios laborais defendidos por este movimento.

Sugestões para aprofundamento

Peça máquinas fotográficas emprestadas, ou compre descartáveis e, na sua localidade, organize um projecto com fotos: "Perspectivas sobre Direitos Humanos".

As imagens não provêm só de fotografias mas também de situações e acontecimentos.

Informação complementar

Saber "ler" imagens é uma aptidão que deve ser aprendida e desenvolvida. Fala-se de instrução, ou seja, da capacidade de reconhecer as letras do alfabeto e de ler a palavra impressa. Mas o termo implica muito mais do que isso. Também se refere à capacidade de analisar, compreender e interpretar o texto como um todo. Da mesma maneira, algumas pessoas falam de "instrução visual" para descrever as capacidades necessárias para "ler" uma imagem. Para saber "ler" uma imagem deve-se sempre perguntar quem a fez e por que razão a fez daquela maneira - quais foram os seus motivos? Também se deve ter em atenção o impacto emocional de uma foto e o modo como pode afectar a atitude em relação ao sujeito/objecto.

O sujeito: quem, o quê, onde e quando?

- Quem é a pessoa da foto? Qual a sua idade, sexo, saúde, riqueza ou estatuto social?
- O que é que a sua postura e expressão facial me dizem?
- O sujeito sabe que está a ser fotografado? Está a posar para a foto, ou é uma foto natural?
- Como é o ambiente da foto? Está em harmonia com a pessoa ou contrasta com ela?
- O que é que está a fazer? É uma actividade normal ou especial?
- Qual é a impressão geral com que se fica da pessoa? Positiva, negativa, simpática ou desinteressada?

O contexto

- Onde é que a imagem foi publicada? Num jornal, revista ou num panfleto de uma loja de viagens? Ou seja, foi usada com o objectivo de informar, vender ou publicitar? Ou outro?
- Há um título ou qualquer tipo de informação juntamente com a imagem que confirme a mensagem que o fotógrafo quer passar?

Detalhes técnicos

- É a preto e branco ou a cores? Esse pormenor tem algum efeito no impacto da foto? A foto teria mais impacto se fosse maior?
- Ficaram impressionados com o ângulo em que a foto foi tirada?
- Quais os efeitos especiais que foram utilizados, como luminosidade ou focagem? E porquê?
- A imagem foi manipulada? A imagem está a mentir? E será a imagem que se encontrava à frente do fotógrafo quando este carregou no botão ou terá a imagem sido retocada em computador (para que a pessoa parecesse mais sedutora, por exemplo)?

Quem tirou a foto?

- Qual a relação entre o fotógrafo e o sujeito?
- Aquele é complacente com o sujeito?
- Foi pago ou é uma fotografia de um amador?
- Porque quis o fotógrafo tirar a foto? Quais foram os seus motivos? O que é que nos estava a tentar transmitir?

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Fonte: www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh

Adoptada e proclamada pela Assembleia-Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

Artigo 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.
2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.
3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º

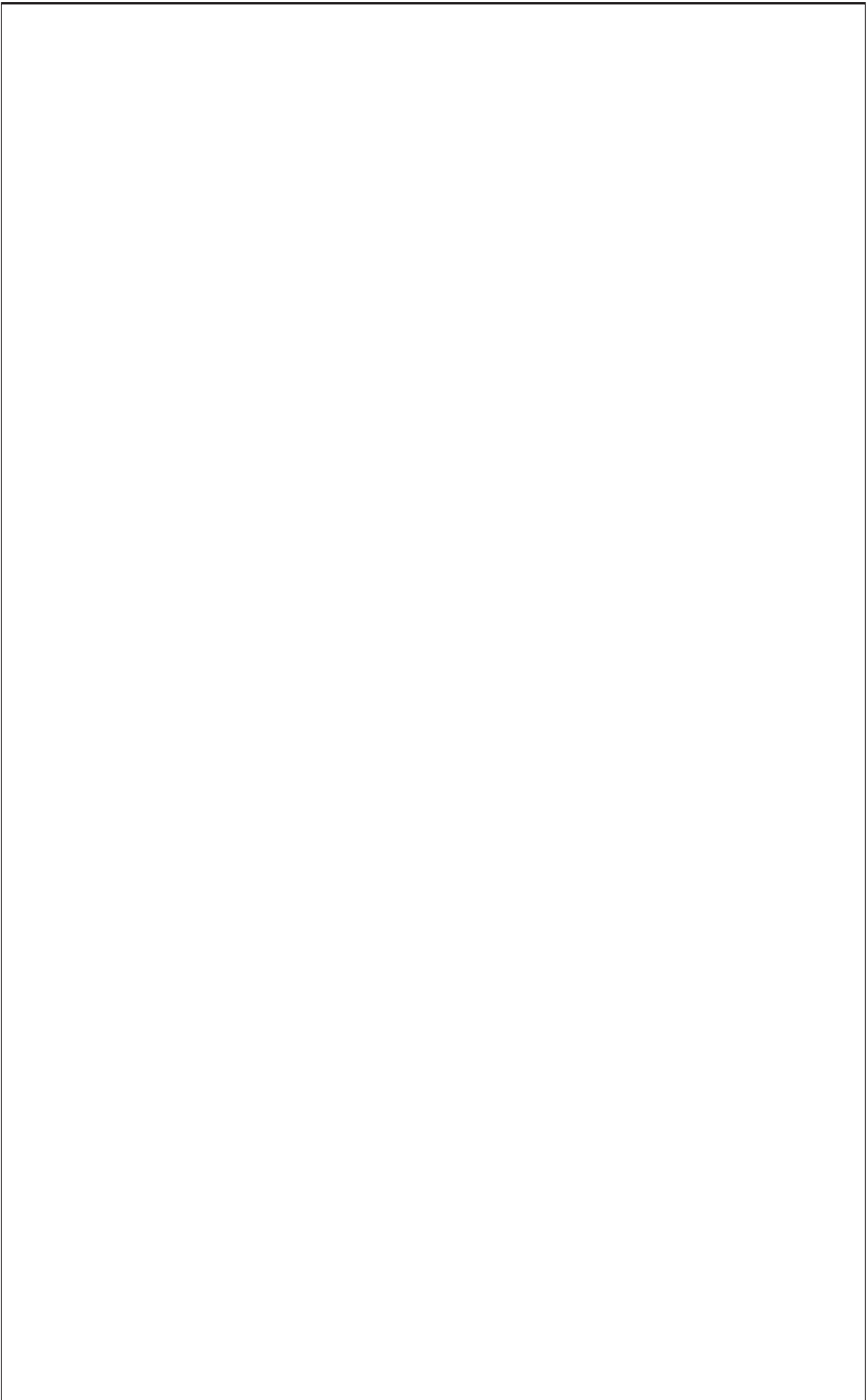
Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Declaração de Filadélfia

Adoptada em 1944 pela Organização Internacional do Trabalho. Adaptação de uma parte do texto da declaração pelo CIDAC.

São direitos universais dos trabalhadores e das trabalhadoras:

- a) o pleno emprego e a elevação do nível de vida;
- b) o emprego dos trabalhadores em ocupações nas quais tenham a satisfação de aplicar toda a sua habilidade e os seus conhecimentos e de contribuir da melhor forma para o bem-estar comum;
- c) para atingir esse objectivo, a concretização, mediante garantias adequadas para todos os interessados, de possibilidades de formação e meios próprios para facilitar as transferências de trabalhadores, incluindo as migrações de mão-de-obra;
- d) uma participação justa nos frutos do progresso em termos de salários e de ganhos, de duração do trabalho e outras condições de trabalho e um salário mínimo vital para todos os que têm um emprego e necessitam dessa protecção;
- e) o direito de negociação colectiva e da cooperação entre empregadores e os trabalhadores para a melhoria contínua da organização e da produção, assim como da colaboração dos trabalhadores e dos empregadores para a elaboração e aplicação da política social e económica;
- f) a extensão das medidas de segurança social com vista a assegurar um rendimento de base a todos os que precisem de tal protecção, assim como uma assistência médica completa;
- g) de uma protecção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores em todas as ocupações;
- h) a protecção da infância e da maternidade;
- i) a um nível adequado de alimentação, de alojamento e de meios recreativos e culturais;
- j) a garantia de igualdade de oportunidades no domínio educativo e profissional.



O que Vês no Pancho?

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com; *Ilustrador:* Pancho

Duração aproximada: 30 minutos a 1 hora

Palavras-chave: Direitos Humanos, interpretação/visão individual dos direitos

Materiais: [anexo: ilustrações]

Introdução:

O trabalho com imagens é extremamente criativo e divertido. Logo, este tipo de actividades é ideal para "quebrar o gelo", enquanto se reforça o conhecimento sobre os assuntos focados. Por exemplo:

- Estereótipos;
- Interpretação individual do mundo;
- Como as imagens podem ser utilizadas para informar e desinformar.

Para mais informação sobre como trabalhar com imagens ver "informação complementar" do jogo "O que vês na imagem?"

Materiais/Preparação

- Fotocopie todas as ilustrações do Pancho no manual e, se possível, amplie-as.
- Faça vários conjuntos das ilustrações: um conjunto para cada grupo.

Instruções

1. Divida os participantes em grupos;
2. Distribua os conjuntos das ilustrações e peça-lhes que, individualmente, escolham a que mais gostam – seja porque razão for;
3. Quando todos tiverem escolhido, peça a cada participante para partilhar a sua escolha, explicando:
 - O que é que a banda desenhada lhe diz
 - Por que escolheu aquela imagem
 - Por que motivo está relacionada com as suas preocupações e com a sua realidade
 - Por que razão está relacionada com os Direitos Humanos
4. Depois de cada participante ter falado, o restante grupo deve partilhar com os outros elementos a sua reacção à imagem;
5. Quando todos tiverem falado, reúna o grupo em plenário.

Análise e avaliação

Peça comentários gerais aos grupos sobre as suas impressões e prossiga com as mesmas questões sugeridas no primeiro jogo de imagens: "O que é que consegue ver?"

Dicas para o animador

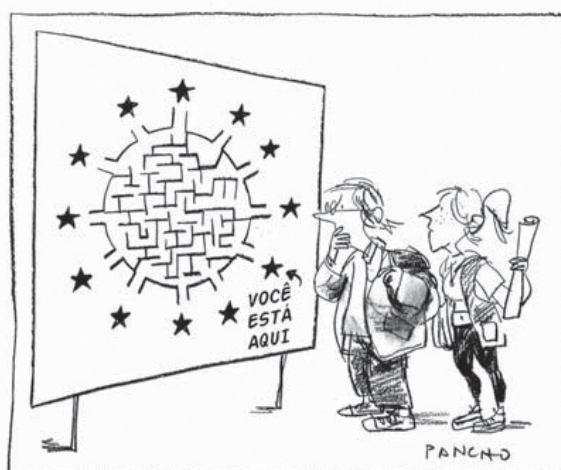
Pode usar as ilustrações do Pancho de várias maneiras. Pode, por exemplo, pedir aos participantes que escrevam legendas para as figuras ou pode apagar as falas nos balões e sugerir-lhes que pensem no que vão escrever.

Não deixe, no entanto, de lembrar a importância de respeitar os direitos de autor do artista.

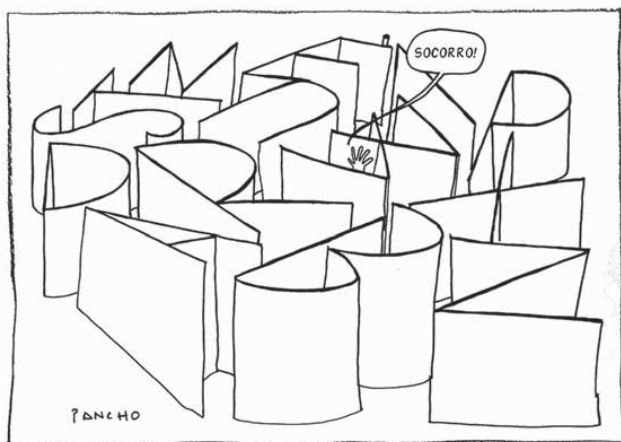
Ilustrações do Pancho I



Ilustrações do Pancho II



Ilustrações do Pancho III



Direitos Humanos, Mostra-me o que São

Fonte: Farol, versão portuguesa do COMPASS: www.humanaglobal.com

Duração aproximada: 1 hora 30 minutos

Palavras-chave: direitos humanos, encenação (teatro sem palavras)

Materiais: adereços (roupas, brinquedos, utensílios de casa, etc.), papel e marcadores, lápis de cor, cola, cordel e cartão.

Instruções

Explique que o objectivo desta actividade consiste em representar a ideia geral ou o conceito de Direitos Humanos, de modo a ser entendido por pessoas de diferentes culturas, que falem línguas diferentes.

1. Explique que os participantes têm de realizar uma representação mímica e que não poderão usar palavras. No entanto, os grupos podem, se quiserem, usar os materiais ou adereços fornecidos;
2. Divida o número de participantes em pequenos grupos de quatro a seis pessoas e entregue uma folha grande e lápis/marcadores a cada um;
3. Dê dez minutos a cada grupo para uma reflexão em grupo inicial e para que possam escolher três ou quatro ideias que gostariam de mimar;
4. Agora dê-lhes 30 minutos para pensarem e ensaiarem a mímica. Explique que isto deve ser um trabalho de grupo e que todos devem participar na dramatização;
5. Passados os 30 minutos, volte a juntar os grupos para que todos assistam às várias representações;
6. Depois de cada representação deve haver feedback e análise;
7. Peça aos espectadores que falem sobre o que viram e que identifiquem as ideias chave da representação;
8. Dê também a hipótese a cada grupo responsável de explicar sumariamente alguns pontos que não tenham sido captados pelos espectadores.

Análise e avaliação

Agora faça uma revisão da própria actividade.

- Como é que se sentiram com esta actividade? Foi mais ou menos difícil do que imaginavam? Quais foram as maiores dificuldades, ou quais foram os aspectos mais difíceis de representar?
- Aprenderam alguma coisa nova sobre Direitos Humanos?
- Houve diferenças ou semelhanças entre os diversos grupos? Estavam todos de acordo com a ideia geral de Direitos Humanos? Se não estavam, porquê?

Dicas para o animador

A menos que os participantes nada saibam sobre Direitos Humanos, será muito mais interessante começar a actividade com o mínimo de orientação por parte do

animador. O objectivo principal desta actividade consiste em revelar as impressões e os conhecimentos que os jovens têm sobre Direitos Humanos, fruto das suas experiências. Valerá a pena explicar este aspecto aos jovens para que eles não se sintam constrangidos por não "saberem" exactamente o que são Direitos Humanos.

Deixe também claro que a ideia é a de retratar Direitos Humanos em geral, e não um direito humano específico. Contudo, eles podem decidir pegar num Direito Humano particular para fazer a ligação com o conceito genérico. No final da sessão, os espectadores devem ser capazes de (ou pelo menos começar a) responder à questão: "O que são Direitos Humanos?".

Não deixe que aqueles que não acreditam na sua veia de actor fiquem para trás. Explique que há muitos papéis para desempenhar e que esta actividade conta com a participação de todo o grupo. Adereços fora do vulgar podem ajudar a despertar ideias criativas – vale tudo, desde panelas, carrinhos de brincar, chapéus, almofadas, pedras, uma tampa de caixote do lixo, entre outros.

Variantes

Esta actividade também pode ser feita com desenhos: peça aos grupos que desenhem um cartaz – sem palavras – que exponha as principais ideias acerca de Direitos Humanos.

A actividade pode não ser uma tarefa de introdução aos Direitos Humanos, mas sim uma ajuda para organizar e clarificar ideias com que já tenham trabalhado ou que tenham aprendido numa pesquisa.

Outra alternativa é focar esta actividade nos direitos laborais, centrando depois a discussão em:

1. condições de trabalho;
2. motivos e consequências da exploração laboral;
3. ligação entre condições de trabalho e formas de produção;
4. ligação entre condições de trabalho e hábitos de consumo;
5. ligação entre condições de trabalho e modelos de desenvolvimento / situações de pobreza e exclusão social;
6. alternativas a esta realidade – tais como Comércio Justo;
7. o que podemos fazer para contribuir para a mudança desta realidade.

Sugestões para aprofundamento

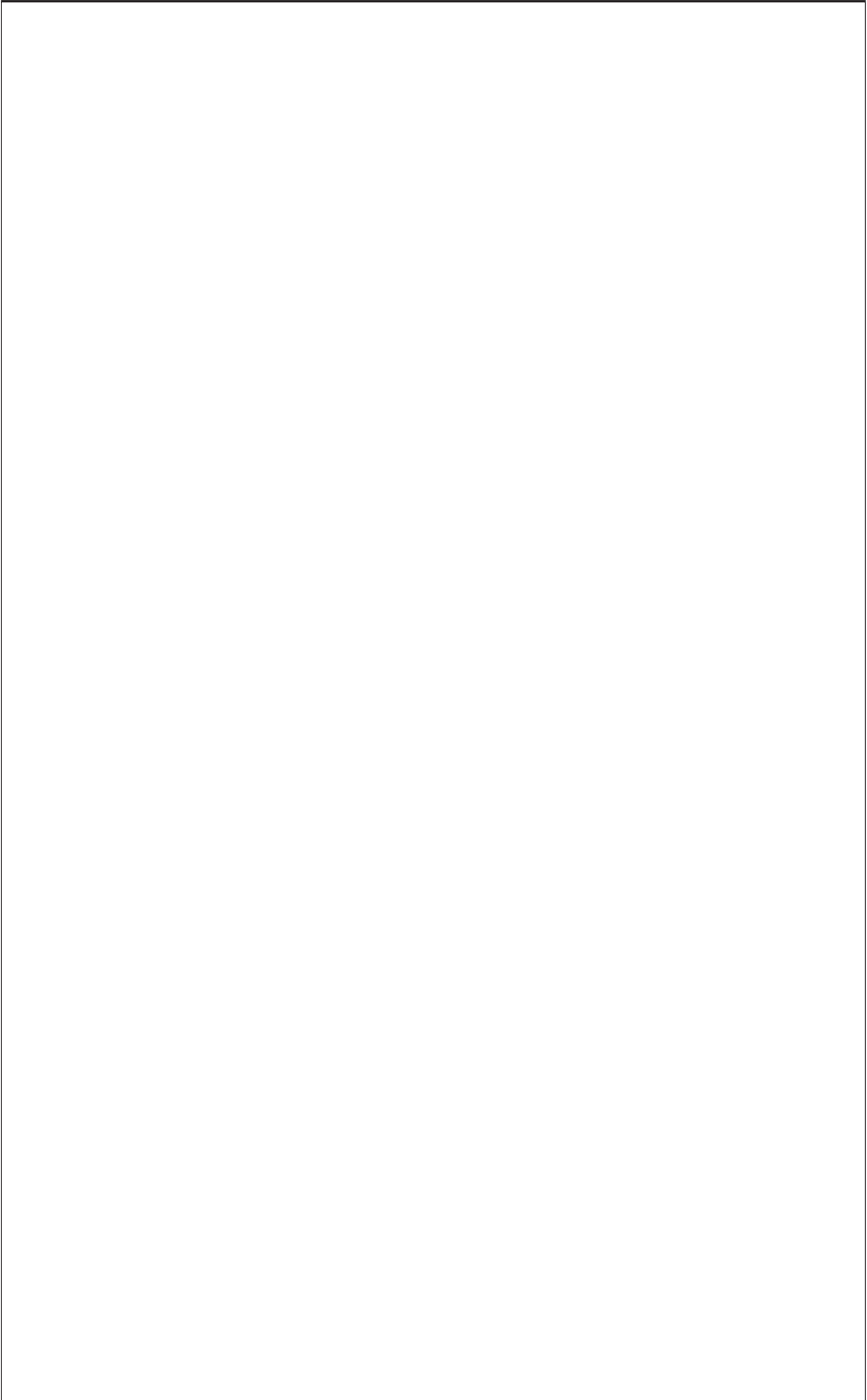
Leiam algumas peças de teatro ou outro tipo de literatura que tenha como tema os Direitos Humanos e organizem uma representação para os membros da vossa comunidade local.

Se o grupo quiser avançar e aprofundar algum Direito Humano em particular, façam a actividade "Os Direitos da Criança".

Ideias para Acção

Podem desenvolver as vossas mímicas ou pensar numa produção que envolva todo o grupo e representá-la para a comunidade. Se optarem pela variante dos cartazes, façam depois uma exposição. Qualquer uma destas ideias é boa para celebrar o Dia dos Direitos Humanos.

Anexos



As verdadeiras proporções do Mundo

Será que conhecemos a verdadeira forma do mundo em que vivemos, as proporções reais dos seus continentes? Poderíamos dizer que a civilização ocidental utilizou para seu próprio benefício uma geografia onde o território do Norte tem mais espaço, apesar de que na verdade, o Sul ser maior. Podemos ver, no mapa abaixo, a dimensão que o território Europeu ocupa. Afinal não é muito.

Mapa Mercator, o mais conhecido e utilizado é o que se chama um mapa conforme, pois preserva a direcção entre quaisquer dois pontos do globo. Mas o mapa de Mercator introduz distorções inevitáveis, que moldaram a nossa intuição geográfica. Nesse mapa, a Gronelândia parece enorme, maior que a América do Sul, quando, afinal, esta tem uma área nove vezes maior. Este mapa é feito a partir da projecção cilíndrica central, em que as distâncias das latitudes aumentam à medida que se afastam do equador em direcção aos pólos. É usado pelos marinheiros, pois as rotas de navegação são indicadas pela bússola e traçam o mesmo ângulo com os meridianos, aproximando-se mais da menor distância entre dois portos. Este tipo de mapa é usado em atlas escolares.

Mapa Peters, também chamado de “mapa para um mundo mais solidário”, pela forma como se apresenta pretende dar uma maior percepção das proporções dos continentes, em termos de dimensão ocupada e população habitante. Este mapa é usado para comparar a área dos países. Neste tipo de representação todos os países apresentam a sua área correcta e proporcional.

Sugestão de utilização:

Os mapas apresentados nas páginas seguintes expressam a visão de mundo de quem os construiu, possibilitando uma leitura ideológica. Peça aos alunos que observem atentamente os mapas e peça para expliquem duas das diferenças que essas projecções apresentam. Divida os alunos em dois grupos, em que um deve pesquisar a origem do mapa Mercator e o outro do mapa Peters. Depois de terminadas as pesquisas, devem fazer uma pequena apresentação oral ao resto dos colegas. Analise as reacções dos alunos e de que forma eles se apercebem das diferenças e desigualdades apresentadas/provocadas pelos mapas. Proponha que eles escolham qual dos mapas gostariam de ver na sua sala de aula, a partir deste momento. Prepare com eles os argumentos a apresentar aos outros colegas e ao Director de Turma e/ou Professores de Geografia.

Mapa de Mercator



Mapa de Peters



Para saber mais

Comércio Justo

- “Adónde va el comercio justo?: modelos y experiencias”, Xavier Montagut e Esther Vivas, Xarxa de Consum Solidari, Barcelona, 2006 (Icaria Editorial)
- “Caderno de Proposições para o século XXI – Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário – Comércio Justo e Solidário”, Instituto Pólis, Brasil, 2004. PDF disponível online em www.polis.org.br
- Diseño para el Desarrollo, organização que presta formação e assistência técnica - www.disenoparaeldesarrollo.org
- EFTA - European Fair Trade Association - www.european-fair-trade-association.org
- “El rompecabezas de la equidad: investigación y aportes críticos al movimiento de comercio justo”, Federica Carraro, Rodrigo Fernández e José Verdú, Barcelona, 2006 (Icaria Editorial)
- Espacio Comercio Justo - www.espaciocomerciojusto.org
- IFAT - International Fair Trade Association - www.ifat.org
- NEWS! - Network of European Worldshops - www.worldshops.org

Consumo Responsável

- Campanha Roupas Limpas (Clean Clothes Campaign) - campanha internacional centrada na melhoria das condições de trabalho da indústria de vestuário - www.cleanclothes.org
- “Consumo Público, Consumo Ético”, CIDAC e Lina Afonso, Lisboa, 2007. PDF disponível em www.cidac.pt
- “Consumo Responsável - questões, desafios e guia prático para um futuro sustentável”, Cores do Globo e Sandra Oliveira, Lisboa, 2007. PDF disponível em coresdoglobo.org
- “Guía de Consumo Responsable de Córdoba”, IDEAS, 2005 - www.consumo.ayuncordoba.es/secundarias/omic/folletos/GUIA_CONSUMO_RESPONSABLE.pdf
- “Guião de Educação do Consumidor”, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e Instituto do Consumidor, Dezembro 2006. PDF disponível em www.dgidc.min-edu.pt

Direitos Humanos

- Amnistia Internacional Portugal - www.amnistia-internacional.pt
- ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (antigo ACIME) - www.acidi.gov.pt
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - www.cig.gov.pt
- “FAROL” – Manual de educação para os Direitos Humanos com jovens (versão portuguesa do COMPASS, do Concelho da Europa, 2002). Inclui diversa informação de base sobre Direitos Humanos e outros assuntos globais - www.humanaglobal.com
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado, instrumentos e textos universais sobre Direitos Humanos - www.gddc.pt
- UNICEF Portugal - www.unicef.pt

Desenvolvimento

- CONCORD – Confederação Europeia das ONG de Emergência e Desenvolvimento, www.concordeurope.org
- IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – www.ipad.mne.gov.pt
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – disponibiliza informação variada, incluindo um relatório anual sobre desenvolvimento humano - www.undp.org
- Plataforma Portuguesa das ONGD, que representa a maioria das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento portuguesas - www.plataformaongd.pt
- Instituto Marquês de Valle Flôr – www.imvf.org

Educação para o Desenvolvimento / Educação Global

- “A educação para o desenvolvimento e os jovens: pistas de reflexão”, Paulo Manuel Costa, CIDAC, Lisboa 2001
- “Caderno de Proposições para o século XXI – Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário – Educação para o século XXI”, Instituto Pólis, Brasil, 2003. PDF disponível online em www.polis.org.br
- Centro Norte-Sul do Concelho da Europa – entre outros, tem o objectivo de sensibilizar o público europeu sobre as questões de interdependência e solidariedade global através da educação e dos jovens - www.coe.int/t/dg4/nscentre
- CIDAC – www.cidac.pt
- Conectando Mundos, espaço para a participação e intercâmbio entre alunos e alunas de diferentes realidades culturais, económicas e sociais - www.conectandomundos.org
- “Educação para o desenvolvimento: uma experiência europeia de formação e de investigação-acção em ED destinada a animadores-as de jovens”, CIDAC, Rede Polígono, Lisboa 2000
- “Introdução à educação para o desenvolvimento”, Instituto Marquês de Valle Flôr, Oikos, Lisboa 2005

Sustentabilidade Ambiental

- GAIA - Grupo de Acção para a Intervenção Ambiental - www.gaia.org.pt
- Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e Instituto do Consumidor, Dezembro 2006 - www.dgidc.min-edu.pt
- LPN – Liga para a Protecção da Natureza - www.lpn.pt
- QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza - www.quercus.pt

Turismo Ético

- Global Express – material pedagógico sobre turismo responsável, da Intermón Oxfam, Maio 2007 - www.intermon.org/page.asp?id=2803
- Mó de Vida – organização de Comércio Justo do Pragal, Almada - www.modevida.com
- Tourism Concern - www.tourismconcern.org.uk